

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



RICARDO EMANUEL FERNANDES MARQUES
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais
XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Crime e insegurança em meio urbano

Um estudo de caso

Orientador:
Prof. Doutor Paulo Machado

Lisboa, 3 de maio de 2017



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



RICARDO EMANUEL FERNANDES MARQUES

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Crime e Insegurança em Meio Urbano Um Estudo de Caso

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Paulo Machado





Estabelecimento de Ensino:

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Curso:

XXIX CFOP

Orientador:

Professor Doutor Paulo Machado

Título:

Crime e Insegurança em Meio Urbano: Um estudo de caso

Autor:

Ricardo Emanuel Fernandes Marques

Local de Edição:

Lisboa

Data de Edição:

Maio de 2017

DEDICATÓRIA

Ao João Abel que muito cedo nos deixou

AGRADECIMENTOS

Chegados a este momento torna-se obrigatório prestar a devida homenagem e o devido reconhecimento a quem direta ou indiretamente contribuiu quer na feitura desta dissertação de mestrado, quer a todos aqueles que até hoje contribuíram na minha formação pessoal e profissional.

Primeiramente, agradecer à minha família principalmente aos meus pais por me terem formado, apoiado ao longo de todos estes anos, ao terem fornecido, na medida das suas possibilidades e dos seus esforços, as ferramentas básicas e necessárias no meu processo de crescimento e de constante aprendizagem. Agradecer de igual modo aos meus irmãos: a eles devo tudo e deles retirei a inspiração, a energia e o exemplo necessários para não ter desistido e para ter persistido.

Ao Professor Doutor Paulo Machado, pela inigualável orientação e conhecimentos transmitidos. O meu muito obrigado pelo apoio prestado desde o início e sem o qual não teria sido possível a realização da presente dissertação.

Aos elementos do Comando Distrital de Leiria, sobretudo aos pertencentes à Divisão Policial de Leiria, por tão carinhosamente me terem acolhido e por terem contribuído na minha formação pessoal e profissional. De Leiria levo na memória excelentes profissionais ao serviço da PSP.

Ao COMETLIS, sobretudo ao Núcleo de Operações do mesmo, pela total disponibilidade e apoio na feitura desta dissertação de mestrado.

À 65ª Esquadra da Divisão da Amadora e a todos os seus elementos, por me terem acolhido e por me fazerem sentir como membro integrante da equipa, bem como pelos ensinamentos transmitidos que serão cruciais no desempenho das minhas futuras funções.

À *Ad Urbis*, principalmente na pessoa da Ana Sousa, por desde o início ter aceite fazer parte na feitura desta dissertação e por nos auxiliar na difusão e insistência no preenchimento dos questionários, sem a qual não seria possível chegar aos dias de hoje com o volume de respostas obtidas.

Ao Rúben Duarte pelo auxílio prestado na elaboração da georreferenciação das ocorrências.

À PSP e ao ISCPSI por me terem acolhido neste período de cinco anos, por me terem formado e por me terem possibilitado o ingresso numa das funções mais nobres existentes na nossa sociedade.

Finalmente, ao 29.º CFOP, por estes anos de companheirismo, camaradagem e amizade. A Vós vos levo para o resto da vida como a excelência do produto existente nesta Polícia. Foi e será sempre um prazer poder trabalhar e conviver convosco.

RESUMO

Na atualidade, as questões em torno do crime e do sentimento de insegurança afiguram-se como sendo das principais prioridades de qualquer estado de direito democrático, em termos de escrutínio e na busca de melhores soluções, onde muitos dos recursos são direcionados, já que influenciam de sobremaneira a vida e o bem-estar da população e de todos aqueles que nos procuram. Presentemente, a cidade é o palco onde a maior parte da população se agrega em busca de satisfazer e suprir as mais variadas necessidades. É na urbe onde se concentram os principais serviços e, consecutivamente vai atraindo diariamente um vasto conjunto de pessoas das mais variadas proveniências e com os mais variados propósitos. Deste modo, é também em meio urbano onde se concentram as principais oportunidades para o cometimento de delitos tipificados ora como crime, ora como incivildades. Defendemos, então que o espaço onde tais atos são praticados assume particular importância e que influencia tanto a prática delituosa como a percepção que as pessoas têm do espaço que os circunda, influenciando, assim, na segurança subjetiva da população. cremos que uma boa planificação e gestão do espaço, alicerçados nos princípios da criminologia ambiental, assumem-se cada vez mais como uma importantíssima ferramenta na prevenção criminal e na diminuição do sentimento de insegurança. Neste sentido, efetuámos uma análise estatística referente à criminalidade participada à Polícia de Segurança Pública (PSP), bem como uma análise através de um inquérito por questionário, de forma a aferir tanto a criminalidade que não é participada, o histórico de vitimação dos inquiridos e o sentimento de insegurança dos mesmos.

Palavras-chave: Crime, sentimento de insegurança, meio urbano, prevenção criminal, criminologia ambiental.

ABSTRACT

Currently, the issues surrounding crime and insecurity seem to be the top priorities of any democratic rule of law in terms of scrutiny and the search for better solutions where many of the resources are directed, as they greatly influence the life and well-being of the population and all those who seek us. Nowadays, the city is where the majority of the population chooses to live in order to satisfy their most varied needs. It is in the urban environment where the main services are concentrated and, consecutively, it draws a vast group of people from the most varied origins and for the most varied purposes. Therefore, there is a greater chance for offenses to be perpetrated either known as crime or incivilities. We defend, then, that the space where such acts have been practiced are of particular importance as that contributes to criminal practice and influences the perception that people have of the space that surrounds them, and consequently, their own subjective safety. We believe that good planning and space management, grounded in the principles of environmental criminology, are increasingly becoming a very important tool in crime prevention and in reducing the feeling of insecurity. In this sense, we carried out an analysis of the statistics related to the crime participated in the PSP, as well as a study using a questionnaire survey in order to assess the crime that is not participated, the history of victimization of the respondents and the feeling of insecurity.

Keywords: Crime, insecurity, urban environment, crime prevention, environmental criminology.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice Geral	vi
Índice de Figuras	viii
Índice de Gráficos.....	viii
Índice de Tabelas.....	viii
Índice de Siglas	ix
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	4
1.1.A Urbe face ao crime e à (In)segurança	5
1.1.1. A Dialética entre Espaço urbano e Segurança.....	5
1.1.2. Crime e incivilidades.....	7
1.1.3. O sentimento de insegurança	10
1.2.Prevenção Criminal em Meio Urbano.....	13
1.2.1. Teoria <i>Broken Windows</i>	14
1.2.2. Teoria <i>Defensible Space</i>	15
1.2.3. <i>Crime Prevention Through Environmental Design</i>	18
1.3.Contributos da Criminologia Ambiental	20
1.3.1. Teoria da Escolha Racional.....	21
1.3.2. Teoria das Atividades Rotineiras.....	22
1.3.3. Teoria dos Padrões Criminais	25
Capítulo II – Método	29
2.1. Opção metodológica	29
2.2. Participantes.....	30
2.3. <i>Corpus</i>	31
2.4.Instrumentos.....	31
2.4.1. Recolha de dados	31
2.4.2. Análise de dados	33
2.5. Procedimento.....	34
Capítulo III – Estudo de caso	37

3.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados	37
3.1.1. Caracterização da área de estudo: nível regional e municipal.....	38
3.1.2. Caracterização da área de estudo: nível local e de quarteirão urbano	43
3.1.3. A unidade territorial mínima de análise: o quarteirão como estudo de caso	49
3.1.4. A unidade de vizinhança e o crime local	57
3.2. Considerações finais	59
Conclusão	61
Lista de Referências.....	64
Anexos	68
Anexo 1 – Delimitação do espaço segundo a teoria do Espaço defensável de Newman	68
Anexo 2 – Processo SARA.....	69
Anexo 3 – Teoria da Escolha Racional	70
Anexo 4 – Questionário.....	72
Anexo 5 – Matriz de ocorrências.....	80
Anexo 6 – Resultados do questionário.....	81
Anexo 7 – Análise dos questionários aplicados aos condomínios	100
Anexo 8 – Tabela de codificação	105
Anexo 9 – Criminalidade ocorrida nas uv's	108
Anexo 10 – Intensidade da distribuição dos crimes.....	110

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - O Triângulo do Crime.....	24
Figura 2 - Processo de procura de potenciais alvos.....	28
Figura 3 - Níveis de unidades territoriais consideradas.....	38
Figura 4 - Demarcação dos espaços segundo Newman.....	68
Figura 5 - Modelo exemplificativo da Teoria da Escolha Racional	71
Figura 6 - Intensidade da distribuição criminal por ruas na UV do 'Arco do Carvalhão'	110
Figura 7 - Intensidade da distribuição criminal por ruas na UV do 'Sacadura Cabral'	110

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Principais incivilidades referenciadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto	9
Gráfico 2 - Proporção dos crimes contra o património e contra as pessoas no conjunto dos crimes registados, 2011 a 2016.....	40
Gráfico 3 - Proporção de crimes contra o património registados pelas autoridades policiais, na AML e por município, de 2011 a 2016	40
Gráfico 4 - Taxas de criminalidade (%) por 1000 habitantes, na AML e por município, de 2011 a 2016.....	42

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Coeficientes de variação das taxas de criminalidade, por grande categoria criminal, e por município, de 2011 a 2016.....	41
Tabela 2 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo	45
Tabela 3 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo	46
Tabela 4 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo	47
Tabela 5 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo	48
Tabela 6 - Análise dos resultados globais	50
Tabela 7 - Processo SARA aplicado ao CPTED	69
Tabela 8 - Análise dos resultados do 'Sacadura Cabral'	100
Tabela 9 - Análise dos resultados do 'Arco do Carvalhão'	102
Tabela 10 - UV 'Arco do Carvalhão'	108
Tabela 11 - UV 'Sacadura Cabral'	109

ÍNDICE DE SIGLAS

AML	Área Metropolitana de Lisboa
COM	Comissão Europeia
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
CPTED	<i>Crime Prevention Through Environmental Design</i>
DGPJ	Direção Geral de Política de Justiça
EUA	Estados Unidos da América
FSS	Forças e Serviços de Segurança
INE	Instituto Nacional de Estatística
MJ	Ministério da Justiça
PSP	Polícia de Segurança Pública
SARA	<i>Scanning, Analysis, Response, Assessment</i>
UE	União Europeia
UV	Unidade de Vizinhaça
VIVA	Valor, Inércia, Visibilidade, Acesso

INTRODUÇÃO

No âmbito da Dissertação de Mestrado do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, enquadrado no Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), ministrado no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), é nossa intenção realizar um estudo acerca da importância que o meio urbano assume no comportamento humano, designadamente o seu papel influenciador no que concerne às incivildades e à criminalidade, vulgo criminalidade de rua, que por sua vez se repercute no sentimento de insegurança dos seus transeuntes e habitantes.

Nesta senda, é em meio urbano, segundo Clemente (2007) onde se concentra a principal atividade criminal e, deste modo, são nestes espaços onde a segurança se encontra mais frequentemente e com mais intensidade posta em causa, sendo, por tais factos, nos grandes centros urbanos e respetivas áreas envolventes, que a segurança pública assume uma importância maior e cada vez mais premente. A par da atividade criminal, sendo também, por vezes, antecessores da mesma, surgem também outros comportamentos, não tipificados como crime na nossa ordem jurídica que igualmente põem em causa a segurança e a ordem estabelecidas e que, por vezes, podem ser mais nefastos que a própria criminalidade (Grangeia & Cruz, 2013; Skogan, 2008), influenciando assim a perceção que cada um, consciente ou inconscientemente, tem do espaço, rotulando este como sendo mais ou menos seguro.

A perceção de forma negativa de um determinado espaço pode levar ao desmembramento de uma determinada comunidade com assento em espaço urbano, levando a que esse espaço, outrora ocupado por uma comunidade coesa e vigilante, se torne uma área agora ocupada por uma comunidade delinvente cujo pano de fundo principal é o crime e o cometimento de incivildades.

Nesta senda, as FSS (Forças e Serviços de Segurança), principalmente a PSP, já que tem presença e território na sua dependência essencialmente em meio urbano, cabe-lhe através de mecanismos preventivos e, em *ultima ratio*, repressivos, atuar sobre essas áreas, conforme os desideratos legais com o fim de devolver a cidade aos seus legítimos proprietários. Mecanismos preventivos que atuam no aspeto físico do espaço de forma a limitar e eliminar comportamentos delituosos e aumentar assim a segurança objetiva e subjetiva de determinado local.

No intuito de se conseguir implementar as melhores medidas é necessário ter um suporte teórico devidamente enquadrado com os objetivos pretendidos. Daí propomos um

quadro de referências assente na criminologia ambiental para melhor entender o comportamento humano e o porquê da prática de certos atos em determinado local, bem como o respetivo acervo teórico acerca das questões ligadas ao crime, às incivildades e ao sentimento de insegurança.

A segunda parte deste trabalho prende-se especificamente com a área de estudo escolhida para a presente dissertação, mediante uma breve caracterização da área de estudo, primeiramente a nível regional, mais concretamente a Área Metropolitana de Lisboa (AML), até a um nível mais microscópico da realidade (a unidade de vizinhança e o quarteirão).

Não só de números trata a segurança e o controlo do desvio. Existem outros fatores intangíveis que influenciam de sobremaneira a vida e o quotidiano das pessoas. Um dos mais importantes elementos resultantes da ação criminal e da prática de incivildades não se restringe meramente aos efeitos materiais e imediatos do crime, mas aos seus efeitos psicológicos, por vezes não imediatos mas mais onerosos e mais difíceis de superar: nomeadamente, o sentimento de insegurança da população.

Assim, através da aplicação de um inquérito por questionário foi feita uma aferição acerca da perceção de segurança existente no contexto da área de estudo, e assim, cumulativamente com as restantes ferramentas utilizadas, foi possível traçar o perfil de cada uma das realidades em termos criminais, sociodemográficos e securitários, numa dupla vertente, aparente e real, e assim aferir a existência, ou não, de eventuais discrepâncias entre aquilo que é a realidade e aquilo que é percecionado como tal.

Deste modo, propomos o seguinte problema de investigação assente na seguinte pergunta de partida:

De que modo o espaço e tudo o que com ele se relaciona influi no sentimento de insegurança e na criminalidade?

Apesar de, no problema de investigação não se explicitar o contexto em que foi feito, este estudo realizou-se, como referido já anteriormente, em contexto urbano, na medida em que temos a perceção que os assuntos relacionados com a segurança, a criminalidade e a prevenção são tratados de maneira diferente, isto porque as dinâmicas sociais, os choques civilizacionais e étnicos, o espaço público, o quadro de ameaças e muitos outros fatores que têm uma representatividade e uma expressão *sui generis* que difere daquela que se verifica em ambientes mais rurais ou menos urbanos. Assumimos assim, como objetivo geral e decorrente do problema de investigação, conhecer o modo como se exprimem o sentimento de insegurança e a criminalidade em contexto urbano e qual a importância que assume o meio como dissuasor dos mesmos.

Estabelecido este objetivo geral são traçados os seguintes objetivos específicos:

1. Levantamento das teorias e do conhecimento que servem de suporte à temática aqui introduzida;
2. Analisar o conhecimento que as pessoas detêm acerca da criminalidade existente na sua área;
3. Identificar os fatores que influenciam o sentimento de insegurança num determinado contexto;
4. Elaborar um dispositivo de informação estatística, proveniente de fontes secundárias e da própria PSP, com o qual se julga poder desenvolver uma monitorização da realidade sócio criminal com relevância para o trabalho policial.

Introduzida a problemática de investigação, enunciado o seu suporte teórico e identificados os objetivos, pretende-se agora fazer o levantamento de um conjunto de hipóteses que funcionaram como perguntas orientadoras para a pesquisa desenvolvida (e, por conseguinte, não assumem o estatuto da hipótese no contexto do exercício experimental, cuja validação ou refutação deve corresponder ao propósito desse mesmo exercício):

- H1: Não existe uma relação diretamente proporcional entre a criminalidade participada e o sentimento de insegurança da população;
- H2: O sentimento de insegurança é socialmente diverso num mesmo contexto socioecológico, sendo essa diversidade explicada pela idade, pelo género, pelo estatuto socioeconómico e pelas redes sociais informais de vizinhança;
- H3: O sentimento de insegurança é indeterminado (em relação aos sujeitos propagadores de insegurança e às situações concretas que o suscitam), extrapolado e difuso (por não dizer diretamente respeito às áreas de residência dos sujeitos).

A fim de se conseguir chegar a uma resposta para o problema de investigação, recorreu-se a um estudo descritivo de natureza exploratória mas com uma preocupação compreensiva (Marconi & Lakatos, 2006). Este está dividido em duas partes: uma teórica e outra prática. Na primeira parte será feita uma apresentação da literatura, essencialmente no âmbito da criminologia ambiental e alguns dos seus títulos serão explorados com maior profundidade (*in-depth review*), por forma a compreender a problemática da criminalidade à micro escala urbana e o sentimento de insegurança a ela associado. Assim, abordaram-se as teorias explicativas que fazem a relação entre o fenómeno criminógeno, o sentimento de insegurança e o espaço urbano.

Quanto à segunda parte do trabalho foi levado a cabo um estudo, com características também empíricas na Área Metropolitana de Lisboa, recorrendo a diferentes estratégias de recolha e análise de dados, entre as quais se incluiu um inquérito por questionário, com o

intuito de se focalizar em duas pequenas áreas urbanas (*pedaços* de cidade), operacionalizadas através da identificação de quarteirões, e nestes, junto de alguns grupos populacionais residentes em condomínios, de modo a “recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados” (Sarmento, 2013, p.67). Esta operação teve como objetivo conhecer o sentimento de insegurança dos inquiridos e relacioná-lo com a informação estatística disponível na PSP (criminalidade reportada) para esse mesmo *pedaço* e para a sua envolvente (à escala da freguesia). Assim, foram recolhidas e analisadas as estatísticas criminais das respetivas unidades de vizinhança (UV), com consulta nos registos da PSP confinantes aos locais de residência dos inquiridos, bem como se procedeu a um levantamento exaustivo dos elementos sociourbanísticos desses mesmos locais. Recorreu-se a uma versão (por nós adaptada) do *Victimisation Survey* da Eurostat, versão portuguesa de 2009 (INE, 2009) para a medição do sentimento de insegurança dos inquiridos, versão que, tanto quanto é do nosso conhecimento, foi pela primeira vez utilizada em Portugal. A operação de aplicação deste questionário foi apoiada por uma empresa de gestão de condomínios¹.

A presente dissertação, em termos de estrutura, está organizada em três capítulos:

- Capítulo 1: Enquadramento teórico – Neste capítulo foi feito o levantamento e revisão da literatura concernente aos conceitos de meio e espaço urbano, crime e incividades, o sentimento de insegurança, a prevenção criminal em meio urbano e as várias teorias que constituem o acervo teórico da criminologia ambiental.
- Capítulo 2: Método de investigação – Neste capítulo fez-se um enquadramento acerca do método utilizado durante a parte empírica do presente estudo. São descritos os participantes, o *corpus* do trabalho, os instrumentos de recolha e análise de dados utilizados, assim como todo o procedimento adotado neste estudo.
- Capítulo 3: Estudo de caso – Contemplou a caracterização da área de estudo, bem como o enquadramento criminal da mesma. Posteriormente são apresentados os resultados obtidos através do inquérito por questionário aplicado, sendo confrontados todos os resultados obtidos, com consequente análise e interpretação.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

¹ Agradece-se à AD URBIS, na pessoa da sua gerente, Dr^a Ana Sousa, a prestimosa colaboração.

1.1. A URBE FACE AO CRIME E À (IN)SEGURANÇA

1.1.1. A DIALÉTICA ENTRE ESPAÇO URBANO² E SEGURANÇA

O espaço público é, *per si*, o espaço de referência onde se cruzam, pelos seus diferentes trajetos, e onde se concentram, para as mais variadas atividades, os urbanitas. O espaço público urbano é bem distinto do espaço público rural, porque distintas são as atividades humanas e a organização social que preside ao seu uso e ocupação. A densidade humana, apontada recorrentemente como uma das principais diferenças entre os aglomerados urbanos e não urbanos é, com efeito, apenas um dos atributos diferenciadores. Para esta distinção relevam a “dimensão e densidade onde se desenvolve um conjunto significativo e diversificado de atividades e onde se determina um modo de vida aos habitantes, por comparação [e] em oposição ao mundo rural” (Ferreira, 2013, p.45). Este espaço público urbano pode ser designado como “o bem comum por excelência, uma vez que funda a cidade democrática” (Gomes, 2007, p.62).

Atualmente, segundo o *World Urbanization Prospects* das Nações Unidas, pouco mais de metade da população mundial, cerca de 54%, reside em áreas urbanas. Para o ano de 2050 projeta-se que cerca de 66% da população mundial resida em áreas consideradas urbanas. Em números, espera-se que entre os anos de 2014 e 2050 haja um incremento de 2.5 biliões de pessoas nestas áreas (2014, p.1). O espaço urbano assume-se assim como o ponto primordial de reunião e de fusão da sociedade.

No que concerne à segurança e à sua definição, esta, segundo alguns autores, carece ainda de ser definida de forma rigorosa e precisa, ou por ser muito contestada ou por ser deficitariamente explicada (Baldwin, 1997; Duque, 2015; Zedner, 2009). Fator que também poderá explicar tal situação é, segundo Lucia Zedner (2009), a própria promiscuidade da palavra segurança, sendo esta utilizada, desnecessariamente, em campos tão diversos como por exemplo a segurança social, a saúde, a segurança militar, a segurança humana e muitos outros.

Acompanhando ainda Zedner (2009), a segurança pode ser abordada segundo quatro perspetivas: segurança objetiva, segurança subjetiva, a segurança como uma busca ou procura e ainda segurança como símbolo. A segurança objetiva implica a inexistência de

² Poderemos considerar espaço urbano como uma área terrestre com uma densidade populacional elevada contendo uma ou mais cidades no seu interior, área esta sujeita a vários usos.

ameaças, ou seja, a segurança é perspectivada de uma forma negativa; a segurança subjetiva é a perspectiva que cada um tem das suas próprias vulnerabilidades e das informações provenientes do exterior, refletindo-se assim num maior ou menor sentimento de insegurança que se expressa conseqüentemente em sentimentos de medo e ansiedade; a segurança como busca ou procura teoriza esta como um meio e não como um objetivo já que esta é inatingível; por fim, a segurança como símbolo encontra o seu significado enquanto objeto de retóricas políticas para conseguir determinado desiderato e assim criar uma noção de segurança, embora simbólica.

Entender a segurança em múltiplas perspectivas e aliá-la ao meio urbano surge como uma necessidade premente no combate à criminalidade, da delinquência e do sentimento de insegurança.

Segundo a Carta Urbana Europeia sobre Segurança Urbana e a Prevenção da Delinquência de 1992, “os cidadãos não podem usufruir plenamente o direito à cidade se a sua segurança não estiver assegurada” (como citado em Heitor, 2007a, p. 130), portanto, vão-se colocando novos desafios no que concerne à segurança do espaço urbano, já que, este se assume como sendo o “campo preferido da actividade criminosa” (Clemente, 2007, p.123), exponenciada, como referido anteriormente, por este aumento sucessivo de população residente e itinerante nas urbes. Assim sendo, o critério securitário deverá estar subjacente a qualquer tomada de decisão no que alude à implementação de estratégias em meio urbano.

Atualmente, o desenvolvimento urbano encontra-se assente numa clara divisão, quer social quer física, do território entre o centro e a periferia, o que por sua vez tem como conseqüências a geração de espaços do ponto de vista social, cultural e étnico diferenciados, que tende a marginalizar e a excluir um grande conjunto da população residente num determinado espaço urbano dando azo ao surgimento de comportamentos delinquentes (Lourenço, 2010; Wacquant, como citado em Heitor, 2007b). Estes fatores poderão levar a que a população que habita um determinado espaço não estabeleça um forte laço de coesão comunitária, quer seja devido a barreiras étnicas e linguísticas, quer por motivos de alguma conflitualidade social, ou simplesmente porque entendem não o fazer (receio, desinteresse, impossibilidade física ou motora). A ausência de uso e apropriação social do espaço pode originar lugares socialmente desorganizados³ (Shaw & McKay, como citado em Andresen,

³ Tradução da responsabilidade do autor. O termo na literatura anglo-saxónica é “*Socially disorganized places*” e refere-se a áreas que não são capazes de estabelecer um conjunto de valores e uma consciência de comunidade devido à heterogeneidade étnica e ao desinteresse por parte da população.

2014, p. 12). Ou seja, é necessário que haja um sentimento de pertença e de apropriação do espaço por parte dos seus legítimos usufrutuários, caso contrário pode levar ao aparecimento de não-lugares (espaços onde vivificam as incivildades e/ou mesmo comportamentos criminais). Em suma, os aspetos anteriormente enunciados fazem parte daquilo que se entende como processo de urbanização. Este, segundo Ferreira (2013, p.44) é responsável pelo desenvolvimento de “dinâmicas que conduzem à «urbanidade», à estruturação social e aos fenómenos e fatores que concorrem não só para a coesão social e identidade coletiva mas também para a ocorrência das condições e de causas associadas à fratura social” onde fenómenos como a criminalidade vão sobejamente aproveitar os interstícios criados.

Torna-se notória a necessidade de ao desenvolvimento urbano aliar a dimensão securitária, pois a segurança urbana não é, e não pode estar única e exclusivamente sustentada no policiamento e no sistema penal - trata-se também da conceção e planeamento do espaço público e o seu impacto no desenvolvimento social urbano (UN-Habitat, 2007).

1.1.2. CRIME E INCIVILIDADES

Dependendo a quem pergunta, diferente será a resposta que obterá e muitas são as áreas do saber que concorrem para conhecer a tão afamada interrogação de saber o porquê das pessoas cometerem crimes. Na opinião de Giddens (2006), tanto as abordagens psicológicas como biológicas, que incidem na personalidade e nas características físicas e anatómicas do indivíduo, respetivamente, são perspetivas válidas mas insuficientes para explicar este complexo fenómeno, já que estas abordagens tentam buscar o fundamento do crime na pessoa e não na sociedade⁴. Com o passar do tempo a atenção que pendia sobre o indivíduo começou a desvanecer-se (embora sempre presente e bastante proeminente) e começou a centrar-se no contexto social e cultural em que o crime e o desvio ocorrem.

Interessa, já que foram agora introduzidos, entender a diferença entre crime e o desvio. Convém entender primeiramente que estes dois conceitos são diferentes, mas que em algumas situações se sobrepõem. O conceito de desvio é um conceito mais amplo que o conceito de crime e no conceito de desvio integram condutas previstas, recriminadas e punidas por lei, bem como condutas que apesar de serem censuradas não são punidas por lei (falamos aqui das incivildades). Deste modo, o desvio pode ser considerado como a não-

⁴ Um exemplo de uma destas perspetivas é a de Cesare Lombroso (2013), representante da escola positivista do final do século XIX, segundo o qual conseguiria identificar determinado tipo de criminosos recorrendo às características anatómicas do corpo humano.

conformidade a um conjunto de normas que são aceites por um conjunto significativo de indivíduos integrados numa determinada comunidade ou sociedade (Cusson, 2011; Giddens, 2006).

Para Émile Durkheim (1969), nas sociedades modernas, as normas instituídas quando enfraquecidas não são substituídas por outras, e isto leva ao desenvolvimento de um comportamento anómico, ou seja, este comportamento surge quando não existem “padrões claros para guiar o comportamento numa determinada área da vida social” (como citado em Giddens, 2006, p. 796). Porém, para Durkheim o crime e o desvio eram vistos como algo necessário e inevitável, assumindo duas importantes funções nas sociedades modernas: uma função **adaptativa** e uma função de **manutenção**. O desvio introduziria novas ideias, desafios e alterações o que levaria a que as cidades modernas sentissem a necessidade de mudar e de se adaptar; já quando falamos de manutenção, falamos de manutenção dos limites existentes, limites estes que separam o bem e o mal, aquilo que é aceite e aquilo que não é aceite pela sociedade. No caso de transgressão de uma norma aceite e defendida pela sociedade, em princípio, isto levaria a uma resposta coletiva por parte da mesma (Giddens, 2006). Para Dias e Andrade (2013, pp. 259-268) para além destas funções, o crime funcionaria como válvula-de-segurança, ou seja a necessidade de recorrer a meios ilegítimos, de modo a manter uma certa estabilidade nas instituições (exemplo deste é o caso do acesso à prostituição) e o crime ao serviço da legitimação da ordem, servindo o crime como condição *sine qua non* da mesma.

Daqui se retém que o conceito de desvio e aquilo que é socialmente aceite ou não varia de sociedade para sociedade.

De um ponto de vista legal e jurídico o conceito de crime encontra uma base mais sólida. Para Durkheim (como citado em Cusson, 2011, pp. 16-17), crime é “todo o acto punido e fazemos do crime assim definido o objecto de uma ciência especial, a criminologia”. Picca (como citado em Cusson, 2011, p.17) completa ainda mais esta noção dizendo que é “todo o acto previsto como tal pela lei, dando lugar à aplicação de uma pena por parte da autoridade superior⁵”. Porém, esta definição, apesar de mais sólida, coloca também problemas. Dependendo de quem é o Estado, pressupõe-se legalmente estabelecido, a definição de crime também poderá variar, pois sentimos de forma intuitiva que “há verdadeiros crimes e outros que não o são, que há criminalizações fundadas em razão e em

⁵ Quando falamos de autoridade superior deveremos entender a figura do Estado, enquanto detentor do *ius imperii* e do monopólio do uso da força.

justiça e outras que resultam do erro, do fanatismo ou da vontade de poder” (Cusson, 2011, p.18).

Para a criminologia ambiental os eventos criminais devem ser entendidos como a confluência de ofensores, vítimas ou alvos criminais e a lei, em determinadas configurações em horários e locais específicos (Brantingham & Brantingham como citado em Wortley & Mazerolle, 2008, p.1). O crime torna-se assim um risco mensurável ou algo que pode ser evitado, em vez de uma “aberração moral” que necessita de uma explicação ou justificação especial (Garland, como citado em Hughes, McLaughlin, & Muncie, 2002, p.325).

Como já referido anteriormente, as incivildades são condutas alvo de censura por parte da sociedade mas que não encontram tipificação nem estatuição jurídica. Porém, têm os mesmos efeitos, porventura até mais significativos que o próprio crime (Grangeia & Cruz, 2013; Skogan, 2008). A ocorrência de incivildades decorre do facto de não ter existido o estabelecimento de um laço de coesão e de pertença prévio entre o espaço e a comunidade, levando a uma certa desregulação social “abrindo caminho para que grupos desviantes se apropriem e conquistem um espaço que deve ser usufruído por todos” (Gomes, 2007, p. 63), dando origem a comportamentos e atitudes desviantes em relação com o património e com os espaços públicos.

Existem muitos exemplos de comportamentos sociais que criam ou reforçam a estigmatização de um lugar: a acumulação de lixo e outros detritos, bens materiais abandonados e/ou já vandalizados, destruição de equipamentos públicos, *graffiti*, entre outros. O gráfico a seguir apresentado ilustra as principais incivildades referenciadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (gráfico 1).

Retira-se deste gráfico que as principais incivildades referenciadas (pelos autarcas

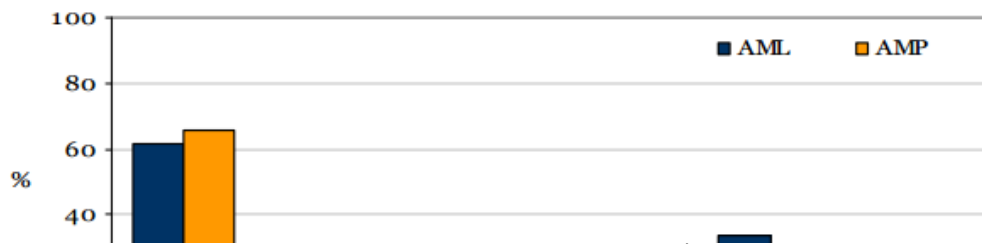


Gráfico 1- Principais incivildades referenciadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto

Fonte: Machado [Coord.] et al., (2007)

actos de vandalismo (a) prostituição (b) distúrbios (c) vários tipos (a+b+c) outro tipo occr. nada a assinalar

das freguesias) nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa são, com algum

distanciamento face às demais, os atos de vandalismo. Este tipo de incivildades em conjunto com os “distúrbios” formam um conjunto de ações potenciadoras de alterar de sobremaneira a quietude e o normal quotidiano dos urbanitas, o que por sua vez terá grande impacto no sentimento de segurança de determinada comunidade. Mas não só, segundo a literatura existente, a prática destes atos contribui para o aumento da criminalidade, provocam ruturas na comunidade que ocupa determinado espaço e envia informações para os transeuntes que aquele local não é seguro e que não é alvo de vigia e/ou de policiamento (Machado[Coord.], et al., 2007; Wilson & Kelling, 1982).

Uma das dificuldades associadas, essencialmente para as forças de segurança e autoridades judiciais, aquando do cometimento de incivildades é conseguir-se discernir sobre as fronteiras que separam as incivildades e as condutas passíveis de tipificação criminal (Machado[Coord.], et al., 2007), sobretudo diante uma pressão pública (dos moradores) para um exercício de autoridade mais robustecido. A prevalência do crime e das incivildades que não são rotuladas como crime no seu conjunto assumem-se como responsáveis pela insegurança urbana sendo este um problema cada vez mais atual dos espaços urbanos contemporâneos (Machado, 2006).

1.1.3. O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

Como foi possível observar anteriormente quer o crime, quer as incivildades, induzem no indivíduo uma resposta natural (agonística⁶) mas também socialmente construída a que chamamos sentimento de insegurança. Importa analisar este conceito, já que é um “conceito particularmente vago: a insegurança pode dizer respeito à inflação, à crise de emprego, como também ao aumento da delinquência ou dos assaltos” (Ackerman, Dulong & Jeudy como citado em Fernandes & Carvalho, 2000, p.3), ou seja, “os receios das comunidades e das pessoas não se circunscrevem ao medo de serem vítimas de crimes” (Leitão, 2000, p.4). Porém, o conceito de *fear of crime* pode transparecer precisamente o contrário, ao se circunscrever unicamente ao medo que as pessoas sentem de serem potenciais vítimas de determinado crime, e nesse sentido, é verdadeiramente agonístico e potenciado por motivos sociais e psicossociais. Interessa então escrutinar as diferenças entre estes dois conceitos já que por vezes surgem referenciados indistintamente.

⁶ Quando aqui nos referimos a resposta agonística, referimo-nos a um comportamento defensivo quase instintivo em resposta a situações que induzem medo, receio e/ou insegurança nas pessoas.

Podemos entender o “medo do crime” como um “medo estabilizado, exterior aos acontecimentos que lhe deram origem e que se manifesta em comportamentos pragmáticos de proteção” (Lourenço & Lisboa, 1996, p.57), proteção esta conferida por medidas aplicadas na residência da pessoa e medidas de proteção nas mais variadas atividades do dia-a-dia. Este sentimento encontra-se dependente de dois fatores, por um lado da percepção que cada um tem acerca do risco de ser uma potencial vítima e a avaliação da gravidade que uma potencial vitimação consubstanciará (Hale, 1996).

Porém, e como argumentam Hollway e Jefferson (como citado em Brunton-Smith & Jackson, 2012) a relação entre o crime e o respetivo medo apresentam algumas incongruências e como tal, o “medo do crime” deverá representar algo mais do que simplesmente o medo do crime. Ainda nesta senda, Hinkle (2015) argumenta que, por vezes, o conceito de *fear of crime* é confundido e utilizado com significados diferentes. Segundo este, conceitos como, o medo emocional, a percepção de segurança e a percepção do risco têm sido etiquetados como o mesmo que o medo do crime, quando são conceitos e construções completamente diferenciadas.

Como tal, preferimos a utilização do conceito de sentimento de insegurança, que abrange uma multitude de fatores que influenciam a segurança subjetiva do indivíduo e não só, exclusivamente, o fator da criminalidade. Mas, como o crime afeta de modo muito particular o indivíduo e é dos fatores mais visíveis e mais facilmente percecionados, muitas vezes, surge associado isoladamente a este sentimento, porém deve procurar-se em conjunto com outros fatores as origens e possíveis soluções para a resolução deste problema.

Para Sebastian Roché (como citado em Fernandes & Carvalho, 2000, p.17) o sentimento de insegurança é a “expressão subjetiva da vulnerabilidade” do indivíduo, enquanto ser integrante de uma determinada sociedade e que assume uma natureza essencialmente urbana, já que este se exprime essencialmente em meio urbano (Lourenço, 2010). A insegurança urbana resultará então da “expressão de uma representação social do meio, em que estão presentes lógicas culturais e identitárias e lógicas situacionais, isto é, ligadas à experiência do actor sobre a realidade vivida” (Roché, como citado em Machado, 2006, p.1). Mas este sentimento de vulnerabilidade, muitas vezes, não é uma vulnerabilidade real, é apenas uma vulnerabilidade aparente, pois no que concerne ao crime e como vários estudos comprovam (Skogan, 1987; Lourenço, 2010; Barabás, 2014; Hinkle, 2015) existe uma incongruência entre o sentimento de insegurança e o nível real de vitimação, o que comprova, que outros fatores influenciam o sentimento de insegurança. Por exemplo, Skogan (1987) dá o exemplo das mulheres e dos idosos, que apesarem de reportarem baixos

níveis de vitimação são grupos populacionais, normalmente, mais temerosos. Os próprios meios de comunicação social, a vitimização indireta, o boato, servem como percursos para uma amplificação e dispersão territorial do sentimento de insegurança (Curiel & Bishop, 2016). Porém, tal facto deve ser afigurado com cautela, já que, muito dificilmente um *graffiti* ou um crime perpetrado no Bairro Alto influenciará o sentimento de insegurança dos residentes em Alcântara (Machado, 2008).

Apesar de considerarmos, na maioria das vezes, o sentimento de insegurança como algo negativo há quem defenda que este pode também ser visto como algo positivo (Hinkle, 2015), porém a verdade é que, apesar de este dotar os indivíduos de ferramentas e estratégias de autoproteção que até então não possuíam, afeta os níveis de confiança e afeta o bem-estar das pessoas e das sociedades, vulnerabilizando-as, resultando em custos intangíveis, tanto para o indivíduo como para a sociedade.

As incivildades, como já referidas anteriormente, a delinquência juvenil são atos manifestamente urbanos (Lourenço, 2010) e que surgem associados ao sentimento de insegurança. Outros fatores, como a ausência de estratégias e de planeamento urbano, a inadequação ou a inexistência de um programa de manutenção da qualidade do espaço público, a ineficácia como praticamos a qualificação e requalificação do espaço urbano e a perda do controlo deste, bem como o edificado (Machado, 2006) são fatores a ter em conta, tanto para entes estatais como para as FSS, uma vez que, por vezes, são problemas que surgem previamente ao cometimento de crimes e incivildades quando não resolvidos em tempo útil.

Segundo Leal (2010) o fenómeno e os comportamentos associados ao consumo e tráfico de estupefaciente são o principal motivo pela insegurança, nas suas vertentes objetiva e subjetiva, nas cidades contemporâneas e que funcionam como que precursores da restante criminalidade dita urbana e que o que causa mais receio às pessoas são os potenciais crimes contra a integridade física.

1.2. PREVENÇÃO CRIMINAL EM MEIO URBANO

Segundo a comunicação da Comissão Europeia [COM] ao Conselho e ao Parlamento Europeu de 12 de Março de 2004 acerca da temática da prevenção da criminalidade na UE, a prevenção criminal⁷ é entendida como o conjunto de “todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e dos sentimentos de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente” (2004, p.5). De modo a alcançar o desiderato aqui explanado chamam-se à colação entidades governamentais, FSS e demais entidades no âmbito público e privado que deverão trabalhar concertadamente na elaboração de medidas preventivas que deverão, consecutivamente, ser postas em prática.

Para a Comissão e conforme aborda neste documento, não é suficiente o direcionamento das medidas preventivas para o combate da criminalidade em sentido estrito. É necessário que estas medidas incidam também sobre os comportamentos que atentem contra o normal desenrolar da vida em sociedade, as chamadas incivilidades, já devidamente explanadas, pois como abordaremos mais à frente, este tipo de comportamentos, por vezes, surgem como comportamentos que servirão de mote para o cometimento de crimes. Para além disto, é necessário que as medidas a adotar incidam também sobre o sentimento de insegurança das populações, pois quando não acautelado pode “levar ao afastamento da vida social e à perda de confiança na polícia e no Estado de direito” (2004, p.6).

De seguida falaremos de três teorias que tentam explicar e evidenciar a importância que o meio assume como potenciador ou dissuasor do cometimento de incivilidades e/ou de crimes, bem como de práticas que poderão ser implementadas de modo a prevenir a prática de delitos. Falar-se-á, de igual modo, dos contributos da criminologia ambiental enquanto família de teorias que tenta entender o fenómeno criminal atendendo às especificidades em que este ocorre, tendo como pano de fundo duas dimensões: o espaço e o tempo.

⁷ Esta definição é a que vem prevista na Decisão do Conselho de Maio de 2001, aquando da criação da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade

1.2.1. TEORIA *BROKEN WINDOWS*

Esta teoria, primeiramente introduzida por Wilson e Kelling (1982), veio chamar à atenção para a necessidade da correta gestão, manutenção e requalificação do espaço público, porém deve-se ter como ressalva que um determinado “espaço não deve, no entanto, ser construído somente em observância da segurança, sob o risco de se tornar demasiado ostensivo e rígido, de tal forma que iniba a utilização dos mesmos” (Carvalho, 2015, p.27). Estes autores, utilizando o elemento figurativo de uma janela construíram o preceito, que segundo eles, subjaz a prática de incivilidades e conseqüentemente leva a uma reação em cadeia que culmina na desordem⁸ e na prática criminosa.

Segundo estes autores, uma janela sem reparação é um sinal de que ninguém quer saber, ou seja, existe aqui uma ideia de alienação patrimonial, cuja prática, se for reiterada, não trará repercussões para quem as originou e para quem subseqüentemente “partir as restantes janelas”.

Esta teoria é posterior a experiências levadas a cabo por Zimbardo em 1969 em que este, resumidamente, abandonou duas viaturas semelhantes, sem matrículas e com o capô aberto, em duas ruas em localizações completamente diferentes. Numa delas, a viatura foi “alvo de ataque” poucos minutos depois, enquanto na outra localização a viatura apenas foi alvo de vandalismo uma semana depois, quando Zimbardo destruiu parte desta. Tudo isto para explicar que o cometimento de incivilidades, neste caso o vandalismo, quer sejam elas, físicas ou sociais, pode ocorrer em qualquer lado, desde que as barreiras comunitárias que delimitam a atividade em meio urbano, de uma determinada comunidade segundo determinados padrões cívicos, sejam transpostas por ações que transmitem a sensação de desinteresse (Wilson & Kelling, 1982).

Uma parte das pessoas tem alguma dificuldade em conseguir manter um equilíbrio entre a vida em sociedade e as restrições e as obrigações que esta comporta, contudo necessárias para que as pessoas consigam usufruir da liberdade a que têm direito. No topo das pessoas que rejeitam tais restrições e obrigações estão aqueles que cometem os crimes que, na maioria das sociedades, se consideram como sendo os mais gravosos, falamos pois, do homicídio, do roubo ou da violação sexual. Porém, existe um catálogo de práticas não tão gravosas, que apesar de revelarem uma menor censurabilidade e perversidade, ameaçam

⁸ Num sentido mais amplo “a desordem é incivilidade, é um comportamento grosseiro e ameaçador que perturba a vida, especialmente a vida urbana.” (Kelling & Coles, 1996, p.14)

igualmente a ordem e coesão social implantando assim o medo e a insegurança naqueles que usufruem e respeitam a ordem estabelecida. Falamos da prostituição, da mendigagem, da venda ambulante não autorizada e dos *graffiti*, entre outros, mas que apesar de, usualmente serem tipificados como crime, são designados de delitos menores ou contraordenações (Kelling & Coles, 1996). “O crime de rua grave floresce em áreas onde o comportamento desordenado não é controlado. O mendigo não controlado é, na verdade, a primeira janela quebrada” (Wilson & Kelling, 1982, p. 4). Mas quais são as razões deste tipo de condutas causarem tanto medo se algumas delas já foram por nós perpetradas ou por nós usufruídas? A prostituição existe porque efetivamente há procura, a venda ilegal ao público existe porque existe alguém que compra. A razão de tais práticas criarem um clima de medo e insegurança deve-se ao facto de “que tal comportamento desordenado gera na comunidade local quando atinge uma massa crítica, e no potencial para crime mais sério, declínio e decadência urbana” (Kelling & Coles, 1996, p. 16).

Na decorrência disto, o espaço público torna-se permeável para a prática criminosa, levando a que os moradores ao se aperceberem de tal situação modifiquem o seu comportamento, levando a uma perda de controlo do espaço e do controlo social informal, criando assim possibilidades para o cometimento de crimes nestes espaços indefesos (Skogan, 2008).

Apesar de ser considerada algo controversa e com algumas assunções consideradas falaciosas (Gau & Pratt, 2010), a verdade é que foi fonte de inspiração para a implementação de um novo modelo de policiamento em algumas polícias dos EUA (Kelling & Coles, 1996; Wilson & Kelling, 1982) que obteve resultados positivos e que é corroborada por outros autores (Skogan, 2008). Importa notar a necessidade de se acautelarem as incivildades, a criminalidade menor, se assim quisermos, bem como a correta manutenção do espaço público, devido aos efeitos que poderão produzir no tecido social e conseqüentemente poderão culminar na prática de crimes mais graves.

1.2.2. TEORIA *DEFENSIBLE SPACE*

A teoria do “espaço defensável” introduzida em 1972 por Oscar Newman vem recuperar conceitos primeiramente introduzidos por Jane Jacobs, especialmente os conceitos de “vigilância natural” e de “controlo social”, tendo como *background* um conjunto de delitos praticados em áreas residenciais. Oscar Newman defende que este tipo de delitos seriam passíveis de ser prevenidos caso o espaço tivesse a aptidão de se defender a si próprio,

criando para tal zonas de influência territorial e permitindo a vigilância do espaço por parte dos residentes e utilizadores do espaço (Heitor, 2007a). Para este autor, a solução para o combate à atividade delituosa não passaria por aumentar o número de polícias na rua, mas sim, por uma redefinição do espaço, ou seja, o mal estaria no modo como teriam sido construídas as zonas habitacionais até então. Esta redefinição permitiria aumentar o sentimento de coesão e pertença ao ambiente onde se inseririam os habitantes, o bairro⁹, de modo a que fossem eles os responsáveis por exercer a vigilância. Esta vigilância passaria a ser exercida nas ruas e terrenos exteriores ao edifício, bem como nos *lobbies* e nos corredores internos do edifício (Andresen, 2014; Newman, 1996).

Segundo Oscar Newman (1996), a reivindicação do território diminui na mesma proporção em razão de um maior número de famílias que partilham o mesmo espaço, ou seja, quantas mais pessoas existirem num dado momento a partilhar o mesmo espaço, menor será o respetivo sentimento de pertença destas pessoas. O invés do disposto anteriormente permitiria um maior controlo das zonas interiores e externas ao edifício, assim como permitiria chegar mais rapidamente a um consenso sobre determinada matéria, aumentando deste o modo o sentimento de apropriação do espaço.

Newman iniciou a criação desta teoria aquando do trabalho desenvolvido num bairro de *St. Louis*. Este bairro, quando comparado com outro localizado no lado oposto da rua, revelava sinais de degradação e vandalismo, tornando-se assim num bairro considerado inseguro. O outro bairro, muito semelhante em termos sociodemográficos, contudo existiam diferenças entre os espaços públicos e os privados. Os espaços revelavam igualmente degradação e alienação por parte dos moradores, pelo contrário, o espaço privado mantinha-se em boas condições, era controlado e não revelava sinais de deterioração. Isto levou Newman então a concluir que o problema deste bairro estaria relacionado com as características do espaço e não derivava das pessoas que o habitavam (Fernandes, 2007).

Então quais são os fatores essenciais para a criação de um espaço defensável?

Segundo Newman (como citado em Andresen, 2014, p.103) seria necessário estarem presentes um conjunto de 4 fatores:

1. Criação de territorialidade;
2. Criar condições para a vigilância natural;
3. Providenciar um *design* singular de modo a eliminar o estigma e gerar orgulho na residência;

⁹ Utilizamos aqui a tradução literal do termo utilizado por Óscar Newman, *neighborhood*.

4. Estar ciente da localização geográfica das atividades ou áreas seguras e inseguras.

Estes fatores quando presentes permitiriam criar um espaço defensável, porém caso a caso, poderia verificar-se a não necessidade de implementação de um destes desígnios.

O conceito de territorialidade é entendido como a capacidade do “ambiente físico criar a percepção de que determinadas zonas estão sob uma determinada influência territorial” (Fernandes, 2007, p. 45), ou seja, seria a capacidade de informar pessoas estranhas àquele meio que aquele espaço é privado¹⁰ e que não é suposto pessoas estranhas se encontrarem naquela área. Segundo Heitor (2007b) tal seria alcançável através da criação de barreiras físicas, tais como gradeamentos, muros, etc., e da redução de rotas passíveis de serem utilizadas como rotas de fuga, através da correta conceção do espaço.

A vigilância natural pressupõe a adequação e a disposição do espaço, de modo a que torne possível que os legítimos usufrutuários do espaço possam vigiar o espaço que é seu, transmitindo ao potencial ofensor, mesmo que indiretamente, que aquela área está a ser alvo de constante vigilância (Andresen, 2014).

O ponto 3 pode ser resumido numa palavra: imagem. Independentemente de determinada zona habitacional ser conotada como bairro social ou não, se é uma zona característica de pessoas que possuem menos rendimentos ou não, a sua residência deve conferir aos habitantes a percepção que estão num ambiente seguro e que lhes pertence. Este acaba por estar diretamente relacionado com os dois conceitos anteriormente abordados.

Por fim, o último ponto refere-se à localização geográfica onde o bairro é construído. Na fase de planeamento deve ser tida em conta se aquela zona é caracterizada por uma elevada taxa de criminalidade ou não, que tipo de criminalidade a caracteriza e se é considerada uma zona segura ou insegura, independentemente da criminalidade existente.

Desta forma Newman, tentou estabelecer uma relação de causalidade entre as características arquitetónicas de determinado espaço residencial e a existência de práticas delituosas nestes espaços, já que estas características eram as responsáveis por “encorajar as pessoas a estenderem a sua esfera de influência para além do confinamento imediato das

¹⁰ Segundo este o espaço poder-se-ia dividir em 4 tipos: espaço público, espaço semipúblico, espaço semiprivado e o espaço privados (conforme anexo 1). Para a clara delimitação destes espaços poderiam se criar, por exemplo, barreiras físicas que mostrassem de forma clara e inequívoca a transição entre estes espaços e que a vigilância informal é exercida mais intensamente conforme se entra cada vez mais num espaço mais restrito.

suas unidades de habitação individuais para as áreas adjacentes” (Newman & Franck, 1982, p.204).

Porém, ele não foi isento de críticas. Designadamente, é “acusado” por Merry (1981) de que, apesar de, arquitetonicamente um espaço ser considerado defensável, ou seja, em princípio, estarem presentes os fatores anteriormente enunciados, existem outros condicionalismos que poderão levar à não intervenção num espaço por parte dos seus legítimos utilizadores, ou seja, o que Newman enunciava não poderia ser generalizado. Condicionalismos como, o medo de retaliações e de represálias ou o facto de os moradores não terem qualquer vínculo com a vítima.

De todo o modo, a importância de Newman é inegável, pois foi um dos pioneiros a estabelecer uma relação entre as características arquitetónicas com o meio onde se insere e o modo como influi na criminalidade e no sentimento de insegurança da população.

1.2.3. CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN

O *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) nasceu pelas mãos de C. Ray Jeffery, o qual tinha como ambição propor uma nova visão de como são perspectivados os fenómenos criminais e antissociais e a melhor maneira de os prevenir. Este defendia a existência de um ambiente composto pelas características físicas do meio e pelas condições legais e sociais. Entre o ambiente e o indivíduo existiria uma interação constante em que o comportamento seria condicionado segundo as informações recolhidas pelo indivíduo que seriam emitidas pelo ambiente físico e social onde este se encontrava, ou seja, de modo a prevenir a criminalidade e a prática de incivilidades seria necessário atuar sobre as características deste ambiente (Andresen, 2014).

Basicamente, segundo Zahm (2007), a abordagem CPTED centra a sua atuação na descoberta dos fatores que propiciam o facto de que, num determinado local, haja o cometimento de crimes, colocando, então, a tónica nas características físicas do local.

Segundo Schneider e Kitchen (2002), apesar do CPTED não ser uma teoria tão limitativa quanto ao objeto quanto a teoria do espaço defensável de Newman, partilham, em boa parte, dos mesmos princípios. Tradicionalmente, as três principais estratégias do CPTED são (Cozens, 2008, pp. 162-163):

- Reforço territorial, que no fundo é capacitar os legítimos utilizadores do espaço de que este último lhes pertence e como tal são responsáveis também

por proibir o acesso a este espaço por parte de pessoas estranhas, ou se quisermos, utilizadores ilegítimos;

- Vigilância natural que tem como objetivo induzir nos utilizadores ilegítimos e potenciais ofensores que estão a ser observados. Para tal, seria necessário proceder a alterações físicas no espaço, de modo a possibilitar que os utilizadores legítimos possam observar e, por conseguinte, atuar caso seja necessário. Outras formas de vigilância surgem também associadas a este, seja a utilização de circuitos de CCTV ou mesmo de ações de patrulhamento por parte da autoridade policial local;
- Controlo natural de acessos que tem como foco a redução da oportunidade para o cometimento de crimes, possibilitada pela negação de acesso a potenciais alvos e aumento da perceção de risco por parte do potencial ofensor.

Outros princípios, fruto da contribuição de outros autores, foram sendo adicionados ao longo do tempo a esta teoria, nomeadamente, a manutenção do espaço público, que tem como influência a teoria *Broken Windows* (Wilson & Kelling, 1982) que veio alertar para a importância da manutenção e requalificação do espaço público. Não falamos apenas do ponto de vista securitário, mas também do ponto de vista económico, aumentando assim a atratividade do espaço para o eventual estabelecimento das mais variadas atividades económicas neste espaço. Outro princípio é o apoio à atividade que “consiste na presença de atividade planeada para o espaço e abarca o desenvolvimento de atividades onde os indivíduos envolvidos numa atividade farão parte do sistema de vigilância natural” (Ferreira, 2013, p.116), permitindo ao mesmo tempo que se usufrui do espaço e das atividades que aí ocorrem se exerça o controlo e a vigilância do mesmo.

É importante ressaltar que a aplicação destas medidas deve ser feita ao caso em concreto, isto porque “as técnicas que resultam da aplicação destes princípios têm sempre por objectivo prevenir tipos específicos de crime e não a criminalidade em geral” (Fernandes, 2007, p.53).

Previamente à aplicação de medidas e tendo como objetivo saber quais as melhores a serem aplicadas no âmbito do CPTED devem ser respondidas a quatro questões (Ferreira, 2013; Zahm, 2007):

- Qual é o problema?

- O porquê de ser naquela localização específica?
- O que pode ser feito para resolver o problema?
- Quão bem as medidas aplicadas se relacionam com a resolução do problema?

Cada uma destas questões corresponde a uma fase do processo SARA (*Scanning, analysis, response, assessment*). Este método é utilizado no âmbito do CPTED de modo a “identificar e a isolar os problemas específicos de segurança e criminalidade de um determinado espaço” (Ferreira, 2013, p.124)¹¹. Este processo pode ser o arranque para que planeadores urbanos, FSS, arquitetos, paisagistas e outros, encontrem as causas e conquntemente estabeleçam e apliquem medidas para a resolução de determinado fenómeno, se bem que o CPTED, e conforme eram as intenções de Jeffery, para a aplicação desta abordagem não se deverá esperar que aconteça algo para se aplicar algum tipo de medidas. É necessário atuar a montante, mesmo antes que o problema surja: isso sim, será a verdadeira prevenção.

1.3. CONTRIBUTOS DA CRIMINOLOGIA AMBIENTAL

A criminologia ambiental pode ser entendida como uma família composta por várias abordagens teóricas que tentam entender o crime e as circunstâncias em que este ocorre. Fazem parte desta família: a teoria das atividades rotineiras, a teoria da escolha racional e a teoria dos padrões criminais. Como já referido anteriormente aquando da definição de crime, segundo Patricia Brantingham e Paul Brantingham (como citado em Wortley & Mazerolle, 2008), o crime deve ser entendido segundo 4 dimensões, se assim quisermos: a dimensão legal, o ofensor, a vítima e a dimensão espacial ou situacional, sendo que é nesta última dimensão que a criminologia ambiental concentra o seu foco. Nesta dimensão, a unidade de análise primariamente utilizada é o indivíduo, estando este enquadrado num determinado espaço num determinado período de tempo, tendo como base o seu processo de escolha (Andresen, 2014; Wortley & Mazerolle, 2008).

Sendo assim, o objetivo primordial da criminologia ambiental é prevenir o crime tendo em conta as características espaciais e temporais em que o crime ocorre, ou seja, os criminologistas desta área focam-se na localização específica de determinado crime, no

¹¹ A aplicação concreta deste processo no âmbito do CPTED em cada uma das fases elencadas, conforme anexo 2.

horário e no dia em que este ocorreu e por aí adiante. As características sociais, anteriormente abordadas fazem parte desta equação, mas são apenas uma parte (Andresen, 2014).

Segundo Wortley e Mazerolle (2008, p.2) esta perspectiva, de uma forma resumida assenta em três premissas:

1. O comportamento criminal é influenciado de forma significativa pela natureza ambiental do local em que o crime ocorre;
2. A distribuição do crime no tempo e no espaço não é aleatória;
3. Entender o ambiente em que o crime ocorre é uma arma poderosa na prevenção, na investigação e no controlo do crime.

Para compreender todas estas abordagens concorrem um conjunto de disciplinas e saberes, desde logo e citando apenas alguns exemplos, a sociologia, a psicologia, a arquitetura, o urbanismo, entre outros.

1.3.1. TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

No Reino Unido, na década de 70, os praticantes e defensores da prevenção criminal, na sua generalidade, começaram a aceitar que o crime é resultado da oportunidade. Até então, existia uma tendência generalizada em ignorar o processo de tomada de decisão do ofensor. Segundo Clarke e Cornish (1985) tal dever-se-ia ao aparente conflito que existia até então entre os conceitos subjacentes ao processo de tomada de decisão e ao determinismo que prevalecia na maioria das teorias criminológicas.

Independentemente da motivação do ofensor, passou a ser aceite que removendo a oportunidade seria possível reduzir o crime, tendo emergido então as mais variadas técnicas no âmbito da prevenção situacional.

A esta oportunidade encontra-se associada uma escolha, escolha esta racional. Tendo em conta a generalidade das pessoas, não existe qualquer problema em assumir que alguns crimes são atos racionais, porém, quando em causa estão outro tipo de práticas criminais e que resultam na violação de bens jurídicos que assumem na sociedade contemporânea especial relevo, assumir tal premissa revela-se bastante difícil, principalmente quando falamos de criminalidade violenta e grave e crimes relacionados e que atentem contra a autodeterminação sexual. Mas como outras decisões e escolhas que tomamos no nosso

quotidiano e sendo elas racionais, o crime revela-se como mais uma escolha. Não significa porém, que não possa ser influenciada por fatores extrínsecos e intrínsecos ao indivíduo (Andresen, 2014).

A Teoria da Escolha Racional resume-se em 5 proposições bastantes simples (Burke, 2009, p.50):

- 1) A maioria dos criminosos são pessoas racionalmente normais (à exceção dos que por algum motivo têm uma doença mental que comprometa a sua capacidade cognitiva);
- 2) A racionalidade é um modo de pensar em que os indivíduos são capazes de distinguir com precisão meios e fins;
- 3) Para cada um dos diferentes meios à sua disposição, os agentes são capazes de calcular os custos e benefícios prováveis decorrentes de determinada ação;
- 4) Se os benefícios superam os custos, parte-se para a ação. Se os custos superam os benefícios, não se faz nada;
- 5) Assim, de acordo com a teoria da escolha racional, não é necessário considerar causas, antecedentes e estruturas anteriores. Tudo o que importa são os julgamentos racionais e os cálculos que uma determinada pessoa faz, de acordo com o seu conjunto particular de fins e preferências, numa determinada situação.

Importante referir que o processo de decisão é um processo contínuo e que não se limita à “decisão de cometer um crime em particular, mas também com as decisões relacionadas com a “prontidão” criminal ou o envolvimento no crime” (Clarke & Cornish, 1985, p.163)¹². Porém, esta escolha será sempre limitada, isto porque, o potencial ofensor nunca terá na sua posse todos os factos e informações necessários para tomar a decisão que mais o beneficia, pesando aqui fatores disposicionais e situacionais na tomada de decisão, daí a importância da dimensão espacial na prática de crimes (Burke, 2009).

1.3.2. TEORIA DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS

¹² Este processo pode ser analisado segundo o disposto no anexo 3.

Lawrence Cohen e Marcus Felson, aquando da publicação do seu artigo, em 1979, iniciaram o mesmo expondo aquilo podemos chamar de um paradoxo sociológico. Segundo este paradoxo, apesar das melhorias a nível económico, na escolaridade da população e na taxa de desemprego, a verdade é que a taxa de criminalidade continuava a aumentar na sociedade americana (Andresen, 2014).

Muitas são as teorias que poderiam explicar este fenómeno, porém, Cohen e Felson, de forma a conseguir explicar este paradoxo propõem uma nova teoria focada nas rotinas diárias dos cidadãos.

Segundo os autores, podem-se entender rotinas diárias como sendo “quaisquer atividades recorrentes e prevalentes que satisfaçam necessidades básicas individuais e da população, quaisquer que sejam as suas origens, biológicas ou culturais” (Cohen & Felson, 1979, p.593).

Um aspeto a reter é que estes autores não estavam nesta altura a construir uma teoria explicativa do crime, estes incidiram o seu trabalho no que chamavam de “*direct-contact predatory violations*” que podemos entender como sendo todos os atos que envolvam o contacto físico direto entre, pelo menos, um agressor motivado e pelo menos uma pessoa ou objeto, tendo como finalidade a obtenção ou destruição de determinado objeto ou atentar contra a integridade física de determinada pessoa. Estes utilizam a terminologia de “alvo”, que se caracteriza como sendo uma pessoa ou objeto e que configura algo desejado por este. Em simultâneo teria que se verificar a ausência de um “guardião¹³” capaz de prevenir a efetivação de tal ato.

A convergência no tempo e no espaço destes elementos são a base para a ocorrência de um crime. Porém, a falta de algum destes elementos, segundo estes autores, pode prevenir a ocorrência de um crime que se enquadre como sendo *direct-contact predatory violations* (Cohen & Felson, 1979). Se isto é verdade, também é que, a existência de outros atores neste processo e que exerçam uma função de controlo e de supervisão, mesmo que indireta, sobre o local, sobre o ofensor e/ou sobre a potencial vítima funcionam também como elementos preponderantes na prevenção criminal, conforme figura 1. Assim, o evento criminal acontecerá quando o potencial ofensor se conseguir libertar da ação do seu “*handler*”, se este existir, por exemplo, alguém como a mãe ou um cuidador, e então encontrar um alvo com um guardião inexistente ou ausente (Felson, 2008, p. 74).

¹³ Considere-se guardião qualquer pessoa cuja presença ou proximidade desencoraje a prática de um crime. Não tem que ser, como alguns pensam, um polícia ou um segurança (Felson, 2008, p.71).

A desejabilidade de um alvo é definida tendo em conta quatro aspetos: valor, inércia, visibilidade e acesso (**VIVA**). O critério do valor é um critério objetivo que releva na prática criminal e depende do valor que este assume e do retorno que se poderá obter da sua venda; a visibilidade refere-se com a capacidade de potenciais ofensores saberem da existência de um alvo; o acesso está relacionado com a habilidade do ofensor de entrar, por qualquer meio, numa determinada área onde se encontra o alvo; a inércia, por fim, diz respeito à massa do alvo, se este encontra sob a proteção ou se, no caso em que o alvo é uma pessoa, esta se consegue defender a si mesma (Andresen, 2014).



Figura 1 - O Triângulo do Crime

Fonte: Eck (2003, p.89)

O facto de se estar a assistir a uma melhoria progressiva das condições socioeconómicas dos cidadãos americanos poderia levar-nos a pensar que a melhoria destas condições inibiria um maior número de potenciais agressores, visto que, também beneficiou desta melhoria. Porém, um fator que Cohen e Felson evidenciam e este provocado pela melhoria das condições socioeconómicas é o afastamento do indivíduo do ambiente protetor conferido pela residência. Quanto maior for o distanciamento do indivíduo da sua residência, maior será o risco de vitimação. Um outro fator que surge associado com este crescimento do poder económico é o maior consumo, ou seja, quanto maior for o número e a disponibilidade de bens existentes, maior também será a probabilidade que estes estejam acessíveis para um potencial agressor (Andresen, 2014).

“Embora a abordagem das atividades rotineiras comece com ideias sobre elementos mínimos de crime e padrões de atividade, acaba enfatizando as mudanças na tecnologia e organização numa escala societal” (Felson & Clarke, 1998, p.6). Desde logo, a propagação

e inclusão de transistores e do plástico nos produtos do cotidiano tornou estes últimos, quer em dimensão quer em termos de massa, mais acessíveis. Outra mudança profunda na sociedade foi a inclusão das mulheres no mercado laboral e que consecutivamente as retirou de casa tornando-as a elas, bem como, as suas casas, se não o eram até então, como potenciais alvos (Felson & Clarke, 1998, p.6).

1.3.3. TEORIA DOS PADRÕES CRIMINAIS

Nesta teoria, e trazendo à colação a definição de crime apresentada anteriormente por Patricia e Paul Brantingham (como citado em Wortley & Mazerolle, 2008, p.1), para a existência de um crime têm que concorrer 4 dimensões: um ofensor, um alvo, a lei e o tempo/espaço.

A teoria dos padrões criminais tem como foco a dimensão espaciotemporal do crime e para tal, socorre-se das outras teorias anteriormente explanadas, sendo que, cada uma delas fornece-nos informação importante para a compreensão do crime e do evento criminal. No entanto, coletivamente demonstram a influência que o ambiente, o meio onde se inserem os elementos caracterizadores do fenómeno criminal, exerce sobre o crime, congregando todos os contributos destas teorias (Andresen, 2014). Estes procuraram mudar o foco da atenção para o “onde” em vez do “quem”.

Interessa agora, de modo a não confundir dois conceitos que serão subejamente utilizados para a descrição desta teoria. Estamos pois a falar dos conceitos de espaço (*space*) e lugar (*place*). Definir e entender as diferenças entre estes conceitos revela-se de especial interesse, já que poderão surgir, por vezes, associados indistintamente.

Segundo Andresen (2014, p.47) podemos entender o conceito de espaço (*space*) como sendo a forma mais abreviada de um espaço cartográfico, enquanto que o conceito de lugar (*place*) é um conceito mais subjetivo, utilizado para descrever um conjunto particular de coordenadas inseridas num determinado espaço cartográfico. Por outras palavras, pode-se dizer que existe uma certa relação de dependência entre o conceito de espaço e de lugar, sendo este último, uma unidade mais básica, relativa a um conjunto de pontos específicos devidamente enquadrados num espaço previamente definido.

De uma forma geral, a teoria dos padrões criminais preocupa-se com o modo como a dimensão espaciotemporal interage com as outras dimensões do evento criminal, sendo

este último, um evento dinâmico, já que, pelo menos um dos elementos anteriormente referenciados assume posições diferenciadas no espaço e no tempo.

Sucintamente, todo o potencial ofensor é, aquando da busca por um potencial alvo, condicionado por variadíssimos fatores, sejam eles, de ordem física, social e cognitiva. Estes fatores condicionantes que surgem no decurso da escolha de um potencial alvo podem ser resumidos em 4 termos base: “*environmental backcloth*”, lugares, caminhos/trajetos e centros/nós de atividade (Andresen, 2014, p.48). Esta busca não é aleatória, mas parece envolver a procura de alvos próximos aos caminhos habitualmente utilizados pelo criminoso entre os seus principais nós de atividade (casa, trabalho e escola) e locais de lazer, como bares e restaurantes (Brantingham & Brantingham, 1993).

O termo *environmental backcloth* “é usado dentro da criminologia ambiental para anexar um rótulo aos elementos incontáveis que cercam e que são parte de um indivíduo e que podem ser influenciados ou influenciar o seu comportamento criminal” (Brantingham & Brantingham, 1993, p. 6). Mas estes elementos não são estáticos e muito menos representativos de todos os ofensores já que cada um interpreta de maneira diferente os sinais transmitidos¹⁴ pelo ambiente à sua volta e adequa dessa forma o seu comportamento de modo a responder a questões como: qual é o melhor local para cometer este crime, qual o melhor alvo... (Brantingham & Brantingham, 1993, p. 7).

No dia-a-dia, a generalidade das pessoas, incluindo os criminosos, desenvolvem as suas atividades em locais específicos, e nas movimentações que fazem entre esses locais utilizam determinado trajeto ou caminho (*pathway*). Este conjunto (local e trajeto) pode ser entendido como sendo o nosso espaço de atividade. Ao longo do tempo estes locais e trajetos vão sofrendo alterações, porém, mesmo assim, revelam alguma estabilidade, como tal vamos desenvolvendo uma consciencialização dos locais (*awareness spaces*) pelos quais passamos e onde desenvolvemos as nossas atividades. Os locais onde dispendemos a maioria do nosso tempo, formam, por sua vez, os designados nós de atividade. Esta consciencialização do local onde nos inserimos, com o qual nos identificamos e construímos uma imagem à sua volta, podendo esta ser mais ou menos positiva, dota o local em questão como seguro ou inseguro (Andresen, 2014; Brantingham & Brantingham, 1993).

Outo conceito importante neste âmbito é o conceito de fronteira (*edge*), sendo que este assenta no facto de que o “mosaico urbano está cheio de fronteiras percetivas, lugares onde há uma distinção clara de uma parte para outra e em que a mudança é percetível”

¹⁴ Exemplos destes sinais serão, por exemplo: a infraestrutura física dos edifícios, as estradas/caminhos, o design e arquitetura, bem como as pessoas inseridas nessa infraestrutura física.

(Brantingham & Brantingham, 1993, p.17). Estas fronteiras podem portanto ser físicas como é o caso das grandes vias de circulação ou um curso de água, ou então meramente cognitivas, como por exemplo, uma zona de transição entre dois bairros que não necessita, necessariamente, de estar fisicamente demarcada.

Nestas zonas a presença de estranhos é mais facilmente aceite, contrariamente àquilo que acontece no interior dos bairros, já que constituem territórios onde desconhecidos se sentem, em princípio, mais desconfortáveis e constrangidos. Alternativamente ou adicionalmente, nestas zonas de fronteira pode ocorrer uma certa miscigenação de pessoas e apropriação diversa do mesmo espaço, concentrando nestas zonas um foco de oportunidades criminais (Brantingham & Brantingham, 1975, 1993).

Serão nos nós de atividade e nos trajetos que utilizamos, em concordância com a teoria das atividades rotineiras, que se concentrarão a maioria dos eventos criminais, já que, o potencial ofensor é uma pessoa como qualquer outra, cumpridora da lei e, por tal facto, também possuidora dos seus espaços de atividade e da sua rotina. Será durante as suas atividades diárias que existirá algo que fará despoletar a mera possibilidade em algo efetivo, um “*triggering event*”. Este evento desencadeador poderá ser uma oportunidade que não pode ser renegada ou algo que resultou da pressão do grupo onde o indivíduo se insere. Porém, o que é um evento desencadeador para um indivíduo pode não o ser para outro, tal acontecimento dependerá sempre das condições do “*environmental blackcloth*” que influenciam diretamente o indivíduo (Andresen, 2014).

Como é possível observar na figura 2, o ofensor vai procurar um potencial alvo nos seus nós de atividade, nos caminhos que conhece e que utiliza, pois são locais que lhe confere alguma segurança, ou seja, o ofensor e o alvo num determinado hiato temporal, partilham do mesmo espaço de atividade ou dos mesmos trajetos e é nesse momento que o ofensor, em princípio, cometerá o ilícito. Daqui pode-se deduzir que em meio urbano, na generalidade dos casos, a distribuição dos eventos criminais não se faz aleatoriamente.

Portanto, podemos agora concluir que (Brantingham & Brantingham, 1993, p.22):

- Mapas cognitivos, conhecimento de relações espaciais influenciam a localização dos crimes;
- As representações cognitivas refletem nós de alta atividade e os caminhos entre eles e através dessas representações moldam a localização do crime;
- A tipologia de crimes é variada, mas alguns deles são altamente oportunos e altamente dependentes das atividades diárias e a disponibilidade física de

alvos adequados e situações de criminalidade adequadas, incluindo frequentemente a falta de vigilância ou o sentimento de anonimato;

- Aqueles que cometem crimes têm os seus próprios padrões de comportamento, influenciados pelo tecido social envolvente mas também por características mais simples fornecidas pelo ambiente envolvente;
- Dentro de uma grande área urbana, os planeadores urbanos e outros decisores usam a divisão do espaço, o planeamento dos sistemas de transporte e a revisão do local para estabelecer trajetos de viagem, zonas comerciais, escolas, parques e centros de atividades especiais e, conseqüentemente, também criam localizações geradoras de criminalidade, produzindo assim alguns dos padrões reais de criminalidade.

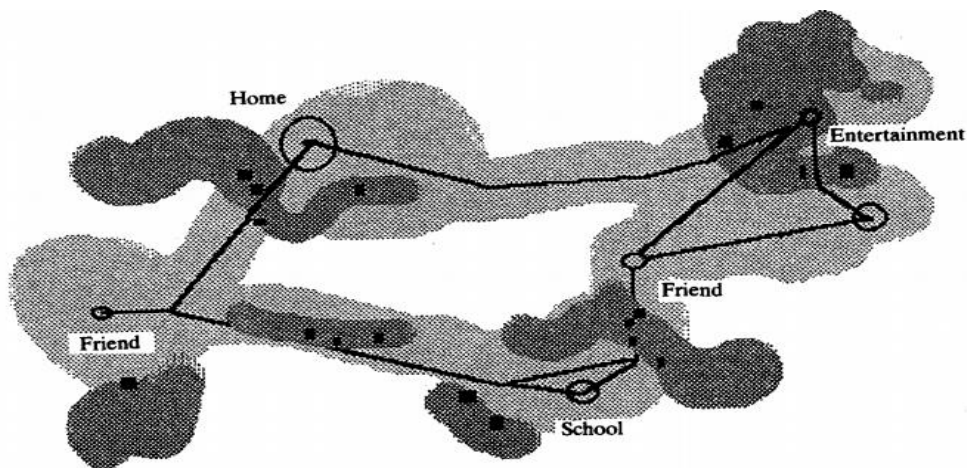


FIGURE 1. Target choice behavior. ■, Awareness space; ■, potential targets; ■, targets.

Figura 2 - Processo de procura de potenciais alvos

Fonte: Brantingham & Brantingham (1993, p.10)

CAPÍTULO II – MÉTODO

Neste capítulo apresentamos e escrutinamos o método de investigação utilizado, bem como os instrumentos de recolha e análise de dados e respetivo procedimento adotado, de modo a alcançar os objetivos traçados para a presente dissertação bem como testar as hipóteses levantadas. Tudo isto, em súpula, servirá para responder à pergunta de investigação formulada e que constitui o fio condutor da dissertação.

2.1. OPÇÃO METODOLÓGICA

Tendo em conta e considerando que o método é “uma concepção global de planeamento de uma investigação que compreende, em primeiro lugar, um caminho de investigação apropriado e validado (...), em segundo lugar, o planeamento e concretização de uma ou mais técnicas e procedimentos” (Santo, 2010, p. 11), sendo que este deve ser um método realista e operativo tendo em conta os objetivos traçados e as hipóteses levantadas. Tendo em conta que, com o presente trabalho se pretende ter um conhecimento mais aprofundado da importância que o meio urbano assume no comportamento humano, designadamente, o seu papel influenciador no cometimento de incividades e da criminalidade, que por sua vez se repercute no sentimento de insegurança dos seus transeuntes e habitantes, assume-se como mais lógica a escolha de um estudo descritivo, já que, o objetivo a alcançar é ainda pouco conhecido e visto que foram poucos os estudos realizados a nível nacional acerca desta temática pretendendo-se saber então os efeitos que um determinado fenómeno ou fenómenos, neste caso o crime e as incividades, imprimem na segurança subjetiva da população (Fortin, Côté, & Filion, 2009). Desta feita utilizou-se a estratégia comumente designada de estudo de caso na sua vertente de casos múltiplos, tipo misto, onde foram realizadas abordagens de índole quantitativa e qualitativa, utilizando para o efeito ferramentas de análise e de recolha de dados variadas. Isto porque os fenómenos que se pretendem analisar estão enquadrados num determinado contexto, atual e real, e sobre os quais o investigador tem pouca ou mesmo nenhuma interferência (Yin, 2001). Reiteramos então que a preferência pela utilização de métodos de índole quantitativa compreensiva se afigura como sendo a mais realista e a que se encontra mais bem enquadrada com os desígnios do presente trabalho. Cabe esclarecer que o sentido compreensivo da abordagem quantitativa decorre do sentido que se pretende dar aos resultados quantificados da realidade social, não prescindindo, para tal, de uma tentativa de explicação desses resultados à luz dos

conhecimentos teóricos obtidos com a bibliografia consultada. Diferentemente seria se a opção quantitativa prescindisse dessa compreensão (i.e. atribuição de sentido), situação que nos levaria diretamente para uma opção meramente descritiva (mas não compreensiva).

Procurou-se, assim, exercitar um estudo empírico na Região da Grande Lisboa (categoria supra-ordenada de análise), com o propósito de proceder a um estudo comparativo entre dois condomínios urbanos em localizações geográficas e em contextos sociourbanísticos diferenciados. Partimos, assim, de uma abordagem *macro*, recorrendo instrumentalmente a outros níveis intermédios (município, freguesia) até se chegar ao nível *micro*, neste estudo elucidado com dados sobre a unidade de vizinhança e sobre o quarteirão do condomínio (Andresen, 2014; Brantingham & Brantingham, 1975; Tita & Greenbaum, 2009; Weisburd, Bruinsma, & Bernasco, 2009).

Para captar, ainda que indiretamente, o que pensam os residentes sobre assuntos que relevam para a sua segurança, recorreu-se a um inquérito por questionário junto de alguns grupos populacionais residentes na Grande Lisboa de modo a “recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados” (Sarmento, 2013, p.67). Esta operação teve como objetivo conhecer principalmente o sentimento de segurança dos inquiridos e o seu historial de vitimação.

Concomitantemente, foram recolhidas e analisadas as estatísticas criminais das respetivas zonas, com consulta nos registos da PSP confinantes aos locais de residência dos inquiridos.

Para a seleção dos condomínios, o critério que ditou e precedeu à escolha dos mesmos foi o número de respostas obtidas ao inquérito por questionário em cada um dos condomínios selecionados (cfr., adiante, capítulo III).

2.2. PARTICIPANTES

Os participantes que constituem o presente estudo e que fazem parte da nossa população, sendo esta “o conjunto de indivíduos (...) com uma ou mais características comuns, que se pretende analisar ou inferir” (Sarmento, 2013, p. 71), são todos cidadãos que têm residência permanente na área da Grande Lisboa e que tenham mais de 18 anos de idade, residindo no 1º trimestre de 2017 num dos condomínios selecionados. Considerando a amostra como sendo “um conjunto de elementos retirados da população, que é representativo e significativo desta população” (Sarmento, 2013, p. 71), para a presente dissertação a nossa

amostra foi definida como não probabilística e por conveniência, já que foi “constituída por indivíduos que voluntariamente se disponibilizam para a integrar ou a amostra é recolhida na parte acessível da população” (Sarmiento, 2013, p. 84).

2.3. *CORPUS*

O *corpus*, segundo Bardin (1977, p. 96), “é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”.

Na presente dissertação o nosso *corpus* é composto pelos resultados obtidos do inquérito por questionário, aplicado aos participantes previamente descritos, e das estatísticas criminais provenientes da PSP e da DGPJ/MJ, integradamente com dados sociais e socioeconómicos (cfr., adiante, capítulo III).

2.4. INSTRUMENTOS

2.4.1. RECOLHA DE DADOS

No presente trabalho o processo de recolha de dados foi sustentado em instrumentos para a obtenção de informação primária e secundária. No que concerne às fontes de informação primária foi utilizada a técnica de inquérito por questionário, relativo à vitimação e à perceção de segurança na área de residência. Quanto às fontes de informação secundárias foram utilizadas estatísticas criminais provenientes do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) da PSP e informação presente nos Censos 2011.

i. Dados estatísticos da criminalidade

Conforme referido anteriormente os dados estatísticos da criminalidade foram cedidos pelo Núcleo de Operações do Comando Metropolitano da PSP onde estão presentes os crimes reportados à PSP na área territorial na qual é competente. Os dados em questão são referentes ao período entre 2014 a 2016, inclusive.

O critério essencial para a aferição da criminalidade registada num determinado momento é o arruamento onde o ilícito criminal foi cometido, ou morada do local onde foi perpetrado. Se estivermos a falar por exemplo de espaços privados, como por exemplo, residências particulares, torna-se complicado para as demais entidades, policiais e judiciárias

terem conhecimento da situação, independentemente da natureza do crime. Tal facto é apenas olvidado se as eventuais vítimas, lesados ou ofendidos, e ainda possíveis testemunhas, fizerem chegar a informação relativa ao ilícito que tiveram conhecimento ou de que foram vítimas às entidades competentes.

Outro aspeto que deve ser levantado é o facto de nem toda a criminalidade é reportada e por isso mesmo deve-se ter em conta a existência de cifras negras, ou seja, ocorrências que de acordo com um determinado critério são definidas ou tipificadas como crime, porém não são registadas nem chegam ao conhecimento das polícias (Biderman & Reiss, 1967; Leal, 2010; Skogan, 1977). Por exemplo, quando falamos de comportamento enquadrados na “pequena criminalidade”, Carvalho (2006, p.3) crê que por as vítimas considerarem tal ato como inútil e por terem uma posição relativamente divergente com a proatividade e a atuação policial, estes crimes não chegarão então ao conhecimento das demais entidades. Ou então, quando em causa estão práticas relacionadas com a prática ilegal de jogos de fortuna ou azar, prostituição e outras condutas ilegais, estes devido à sua natureza também não chegarão ao conhecimento das entidades competentes (Biderman & Reiss, 1967; HEUNI, 2014). Segundo Fernandes e Rêgo (2011) apenas 40% dos crimes contra as pessoas e 33% dos crimes contra a propriedade chegam verdadeiramente ao conhecimento das autoridades. Portanto a criminalidade que é reportada não espelha toda uma realidade, esta cada vez mais complexa, por isso, este instrumento não poderá ser utilizado como a única fonte de informação, daí, concomitantemente se ter utilizado como fonte de informação o inquérito por questionário.

ii. *Inquérito por questionário*¹⁵

O inquérito por questionário enquanto instrumento de recolha de dados tem como objetivo “recolher informação factual sobre acontecimentos ou situações conhecidas, sobre atitudes, crença, conhecimentos, sentimentos e opiniões” (Fortin, Côté, & Filion, 2009, p. 380). Neste caso recorreu-se a uma versão (por nós adaptada)¹⁶ do *Victimisation Survey* do Eurostat, versão portuguesa de 2009 (INE, 2009) para a medição do sentimento de insegurança dos inquiridos.

¹⁵ De referir que a versão em *word* e a versão *online* disponibilizada ao respondente através do software *SurveyMonkey* variam, exclusivamente, em termos de forma, para que se conseguisse adaptar o questionário às exigências formais do *software*.

¹⁶ Conforme anexo 4.

Com este questionário pretendeu-se aferir os seguintes aspetos: a perceção que as pessoas possuem acerca de quão segura é a sua área de residência e apreciar a existência de criminalidade na mesma; conhecer as causas ou os fatores que influenciam a perceção da segurança dos inquiridos; conhecer o historial de vitimação do inquirido e do seu agregado familiar, se tal existir, e em que contornos é que ocorreu; por fim, trazer à colação outros aspetos relacionados com a segurança, nomeadamente conhecer que tipo de medidas, em termos securitários, o inquirido adotou de modo a evitar que tal situação se repita. Em suma, pretendeu-se ter um conhecimento mais verídico acerca do modo como o espaço se interliga com o crime e o sentimento de insegurança, já que, por si só, as estatísticas criminais não conseguem retratar na totalidade a realidade de um determinado espaço.

Para reforçar a sua aplicabilidade, visto que a versão original foi alterada e adaptada por nós de acordo com os desígnios do próprio trabalho, o questionário necessita de ser validado e testado. Com efeito, após a alteração do questionário original (INE, 2009), em termos de forma e conteúdo, o questionário foi alvo de um pré-teste a um conjunto de 10 transeuntes com residência fixa em Lisboa que se disponibilizaram para integrar o pré-teste. Este permitiu apreciar a aplicabilidade em termos de compreensão e tempo de preenchimento do mesmo, tendo este último variado entre 5 a 8 minutos.

Este questionário, inicialmente faz uma pequena introdução acerca do presente estudo e quais os objetivos do mesmo, tendo como premissa a confidencialidade das pessoas que responderam ao inquérito por questionário. Este é composto por 4 partes ou secções: A) Sentimento de segurança e preocupações com a criminalidade; B) Rastreamento de situações de vitimação e historial; C) Outros aspetos relacionados com a segurança; D) Caracterização da pessoa que respondeu ao questionário. No total, este questionário é composto por 23 questões desde a secção A à secção C, sendo as restantes respeitantes à caracterização do inquirido (o que corresponde a um total de 6 questões).

2.4.2. ANÁLISE DE DADOS

Depois de recolhidos os dados foi necessário proceder-se ao tratamento dos mesmos, de modo a que concretizar uma abordagem suportada quer na revisão bibliográfica como em dados empíricos, alicerçando o perfil empiricista da dissertação (Sarmiento, 2013).

Os dados obtidos junto da PSP (nos termos formalmente exigidos) e referentes à criminalidade reportada foram sujeitos a uma análise descritiva simples, uni e bivariada, com

criação de alguns indicadores. Para alguns destes, e à escala da Região e município (ver figura 3), optou-se ainda (e quando justificado) por recolher dados junto do INE¹⁷.

Para o tratamento dos dados obtidos junto da PSP, disponibilizados em matrizes de ocorrências uma a uma mas anonimizadas¹⁸, caracterizadas por um conjunto alargado de atributos, recorreu-se ao *software* estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (IBM, @ SPSS), versão 20.0 para *Windows*. Concomitantemente foi utilizado o Excel do Microsoft Office 2013 para um primeiro tratamento dos dados relativos à criminalidade participada, mas sobretudo para a produção de alguns dos gráficos apresentados nesta dissertação.

Relativamente aos dados provenientes do questionário aplicado *online*, beneficiou-se do próprio apuramento uni e bivariado proporcionado pelo próprio *software* *Survey Monkey*®, acervo transformado no conteúdo do Anexo 6.

2.5. PROCEDIMENTO

Delineados os objetivos para o presente trabalho foi estabelecido um conjunto de procedimentos que assumem extrema importância, tanto para estabelecer limites como para estabelecer um fio condutor na exploração das várias fontes de informação utilizadas na presente dissertação.

Primeiramente, ao investigador coube a função de adaptação do referido inquérito por questionário já anteriormente identificado, bem como, a supervisão ao longo do tempo definido como aceitável para o preenchimento dos mesmos.

O preenchimento dos referidos questionários foi feito *online* através da plataforma *SurveyMonkey*®. Para tal, contamos com a ajuda de uma empresa de gestão de condomínios, *Ad Urbis*, que fez a ponte entre nós e os condomínios, e por sua vez, pelos condóminos.

Recolhidos os resultados procedeu-se à seleção dos condomínios, tendo sido selecionados dois condomínios, o primeiro na Avenida Sacadura Cabral (freguesia do Areeiro) e o segundo situado na Rua do Arco do Carvalhão (freguesia de Campolide). Posto isto e recorrendo à ferramenta *Google Earth* foi feito o levantamento das ruas que compõem a unidade de vizinhança (UV).

¹⁷ A justificação foi suportada no facto de à escala regional a PSP não ter competência exclusiva, pelo que se considerássemos apenas os dados da PSP estaríamos de distorcer a realidade do crime participada, quer em termos do *stock* criminal, quer em termos de taxas de incidência. O INE publica os dados da DGPJ do Ministério da Justiça, divulgando as ocorrências participadas a todos os Órgãos de Polícia Criminal.

¹⁸ Matrizes de ocorrências individuais, sem apuramentos ou agregações. Ver Anexo 5

Necessário reter que sentimento de insegurança não abarca exclusivamente o local onde está fixada a nossa residência, mas também, as ruas adjacentes e outras que utilizamos no nosso quotidiano e que compõem o nosso nó de atividade (Brantingham & Brantingham, 1993). Consideramos então como unidade de vizinhança o espaço urbano em redor da residência da pessoa no qual esta satisfaz as suas necessidades primárias bem como onde estão instalados as infraestruturas locais de suporte ao dia-a-dia. Para a aferição da UV consideramos a distância que vem explanada no inquérito de vitimação utilizado no presente estudo. Foi considerada uma distância de aproximadamente 10 minutos a pé que corresponde a 400 metros, sendo, segundo a literatura existente (Azmi, Karim, & Amin, 2012; Barton, Grant, & Guise, 2003; Costa & Macedo, 2008) a distância que um ser humano em ambiente urbano e neste período de tempo percorre.

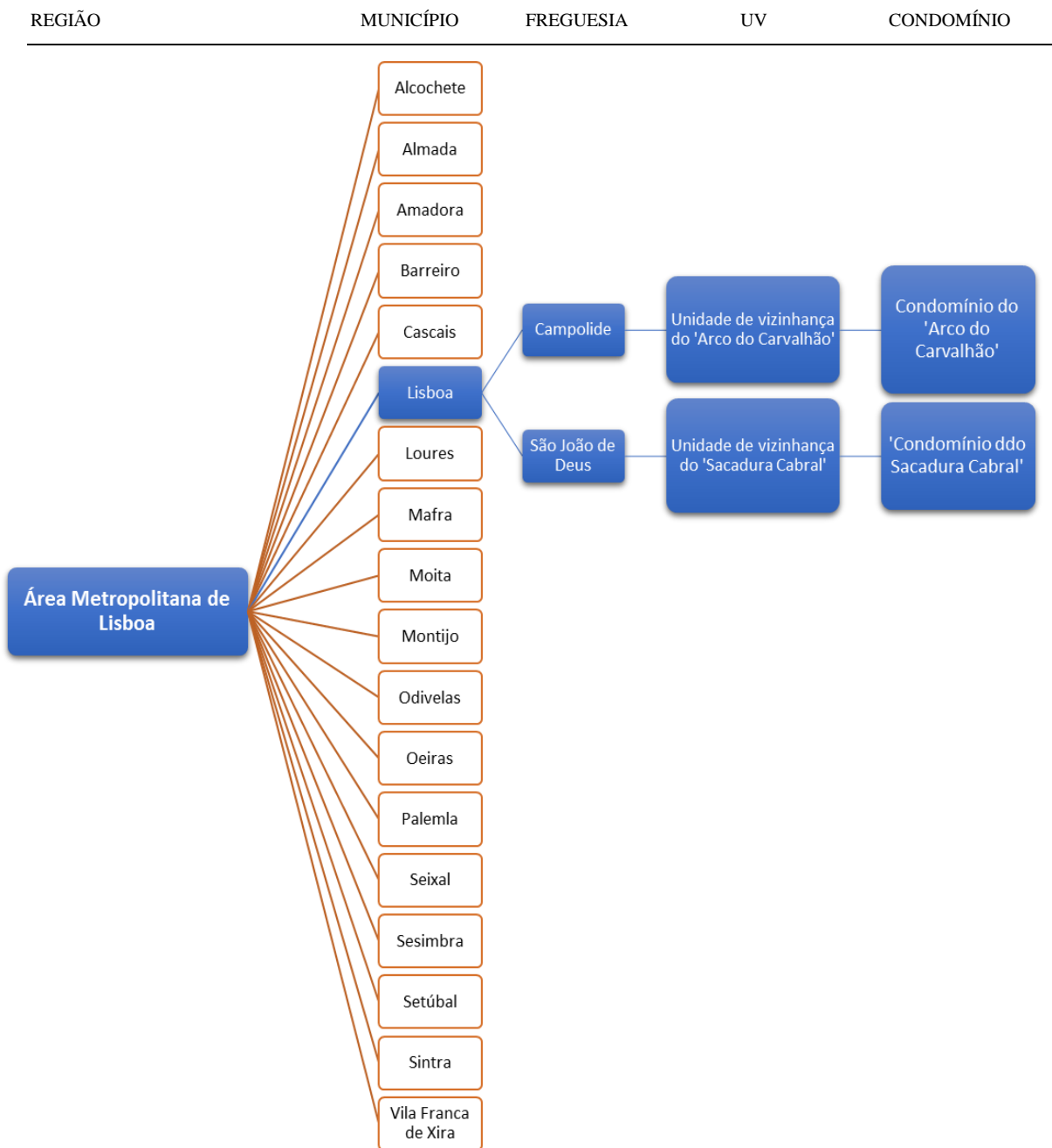
Com recurso aos dados disponibilizados pelos Censos 2011 do INE e aos dados da criminalidade participada à PSP, criminalidade esta perpetrada na área da responsabilidade da PSP, e por sua vez, na área de atuação do COMETLIS foi então caracterizada a área de estudo em termos sociodemográficos e em termos criminais. São excluídas da presente análise as ocorrências que hajam sido cometidas em municípios fora da Grande Lisboa e que não tenham subunidades policiais da PSP e aquelas que foram registadas sem unidade geográfica atribuída.

Simultaneamente, e obtidos os resultados dos inquéritos por questionário foi feita uma análise dos mesmos e dos principais resultados obtidos que serviram para caracterizar as áreas de estudo selecionadas.

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO

3.1. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo de caso que materializa a parte empírica desta dissertação e pressupõe a abordagem *multilevel*, tomando como pertinentes várias unidades territoriais de análise. Estas são entendidas como indissociáveis umas das outras, com níveis de entrosamento muito fortes, como se de graus de dependência se tratassem.



Com efeito, é de esperar que a análise e compreensão da situação sócio criminal de um pedaço de cidade não seja estranha às características mais estruturantes da sua envolvente, à freguesia a que administrativamente pertence; e por sua vez ao município ou cidade em que se integra, bem como, à Região a que pertence. Inversamente, uma região metropolitana como é a AML assume uma diversidade fortíssima de realidades sócio criminais, espelho da diversidade social e económica que a caracteriza, mas não se perde a ideia de que certas práticas criminais, ocorram na Rua X da Freguesia Y, ou em qualquer outra, se interliguem com uma realidade social e económica mais vasta.

3.1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: NÍVEL REGIONAL E MUNICIPAL

A PSP tem na Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III) uma responsabilidade territorial muito alargada, embora não exclusiva. Dentro do perímetro de 617 km desta Área Metropolitana (AML), a que corresponde um comprimento máximo Norte/ Sul de 73 km e uma superfície total de 3015 km², encontram-se 18 municípios e 118 freguesias, 17 cidades¹⁹, 58 vilas²⁰ (num conjunto de 1010 lugares²¹, dos quais 618 na margem Norte do Tejo e 392 na margem Sul), compreendendo milhares de vias públicas, milhares de equipamentos públicos, dezenas de milhar de empresas, centenas de equipamentos culturais.

Residiam em 2015, de acordo com as estimativas do INE, na AML, aproximadamente 2 milhões e 813 mil pessoas, 96% em áreas predominantemente urbanas, 3% em áreas mediantemente

Figura 3 - Níveis de unidades territoriais consideradas

¹⁹ Uma **Cidade** é um “aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 8000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: instalações hospitalares com serviço de permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espetáculos e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; transportes públicos, urbanos e suburbanos, parques ou jardins públicos” (cfr, INE, metainformação, atualização a 30 de junho de 2016).

²⁰ Uma **Vila** é um “aglomerado populacional contínuo, com um número de eleitores superior a 3000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: a) Posto de assistência médica; b) Farmácia; c) Casa do Povo, dos Pescadores, de espetáculos, centro cultural ou outras colectividades; d) Transportes públicos coletivos; e) Estação dos CTT; f) Estabelecimentos comerciais e de hotelaria; g) Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória; h) Agência bancária” (cfr, INE, metainformação, atualização a 17 de março de 2017).

²¹ De acordo com a metainformação do INE, um **Lugar** é um “aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias”. O facto de deter uma designação própria torna esta unidade territorial e análise bastante relevante em termos do trabalho policial, porque pode permitir a identificação de necessidades de segurança específicas (por exemplo, em função do seu grau de afastamento em relação a outros lugares) ou ser importante no domínio das informações.

urbanas e apenas 1% em áreas predominantemente rurais. O valor médio da densidade populacional (em 2015, 933 hab/km²) é bastante enganador, porquanto esta densidade varia entre valores médios de 1483 hab/km² nas áreas predominantemente urbanas (onde reside a maioria da população da AML) e 29,7 hab/km² nas áreas predominantemente rurais.

As características urbanas da AML são conhecidas e inegáveis, sobretudo pela influência da cidade de Lisboa e de outras grandes cidades (Amadora, Setúbal, Almada) nesta Região. De referir, a título meramente ilustrativo, que o índice de primazia do sistema urbano²² apresenta, na AML, um valor de 3,16, que se manteve estável no último quinquénio (2011/2015), e se mostra superior ao valor médio nacional (2,33). O índice de concentração da população residente em cidades²³ na AML apresentava um valor de 39,68% em 2015.

Os indicadores de desenvolvimento social e económico colocam a AML no topo do desenvolvimento regional do País. Nos valores do índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR)²⁴, a AML registou no último quinquénio (2011/2015) valores médios superiores aos valores de referência nacional, quer em termos do índice global (+7,09%), quer nas vertentes Competitividade (+13,84%), Coesão (+5,81%) e Qualidade Ambiental (1,03%). O índice de poder de compra *per capita*²⁵ foi, em 2013 (último ano apurado) de 125,13, sendo o mais alto de todas as regiões do País, ainda que com diferenças entre municípios bastante consideráveis. A proporção de poder de compra²⁶ foi, em 2013, de 33,69%, significando que mais de 1/3 do poder aquisitivo nacional se concentrava nesta AML. Para se ter uma ideia do que tal representa, basta lembrar que a Área Metropolitana

²² O **índice de primazia do sistema urbano** (Ip) calcula-se com recurso à seguinte fórmula:

$$Ip = \frac{\text{População residente da maior cidade}}{\text{População residente da segunda maior cidade}}$$

²³ O **índice de concentração da população residente em cidades** (%) (ICcid) corresponde ao “*somatório, para as cidades estatísticas de cada unidade territorial, dos valores absolutos das diferenças entre a proporção de população residente na cidade estatística face à população residente em todas as cidades estatísticas de cada unidade territorial e o rácio entre 1 e o número de cidades estatísticas da unidade territorial, dividido por 2 e multiplicado por 100*” (cfr. INE, metainformação, atualizado em 30 de junho de 2016).

²⁴ O **índice sintético de desenvolvimento regional** (Índice global) é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental (cfr. INE, metainformação, atualizado em 15 de junho de 2016).

²⁵ O **índice de poder de compra *per capita*** é um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

²⁶ A **proporção de poder de compra** é um indicador que exprime a concentração de riqueza numa determinada unidade territorial de análise e, conseqüentemente, “*reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país para o qual a proporção de poder de compra assume o valor 100%*” (cfr. INE, metainformação, atualizado em 9 de novembro de 2015).

do Porto é a 2ª região com maior proporção de poder de compra, mas o valor deste índice foi de 17,54%.

Este conjunto de indicadores demográficos e socioeconómicos são úteis para se caracterizar uma região e para que se compreenda o perfil da criminalidade predominante que nela ocorre: logo, não pode deixar de interessar à PSP, tendo em vista o planeamento da sua atuação, nomeadamente preventiva da ocorrência da ilicitude. Expectavelmente, a existência de um poder de compra mais elevado e uma forte concentração populacional podem favorecer a existência de uma proporção de crimes contra o património mais elevada, em concordância com os argumentos da teoria das oportunidades. Por outro lado, o volume de crimes interpessoais (contra as pessoas) tende a diminuir em contextos mais urbanos, sugerindo que esta criminalidade tem alguma relação com o interconhecimento. Qualquer uma destas tendências pode ser observada no gráfico 2.

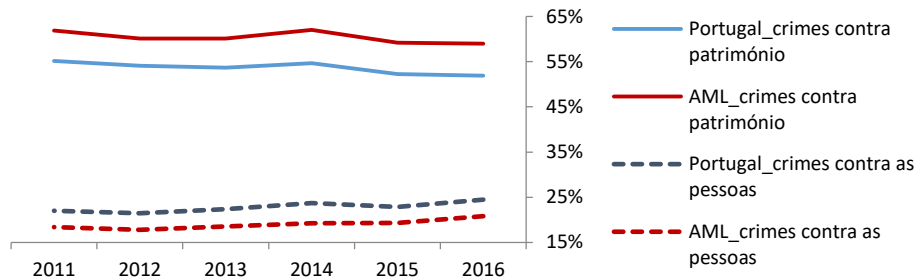


Gráfico 2 - Proporção dos crimes contra o património e contra as pessoas no conjunto dos crimes registados, 2011 a 2016

Fonte: INE (vários anos). Valores calculados pelo autor.

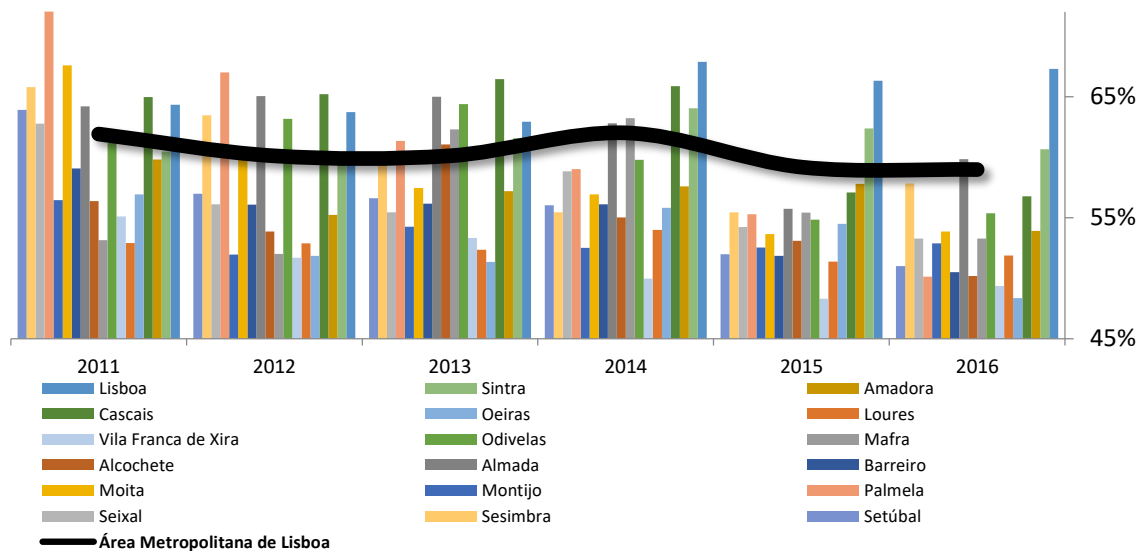


Gráfico 3 - Proporção de crimes contra o património registados pelas autoridades policiais, na AML e por município, de 2011 a 2016

Fonte: INE (vários anos). Valores calculados pelo autor.

As taxas de criminalidade observadas na AML traduzem a incidência do *stock* de ocorrências criminais junto da população, e são frequentemente tomadas como indicadores indiretos para se avaliar os níveis de segurança numa determinada unidade territorial. Os valores observados na AML e nos municípios que a compõem são, como se depreendia pela variação de *stock* criminal, muito variáveis. No conjunto da AML, e tomando o sexénio 2011/2016, a taxa de criminalidade variou entre um máximo de 46,8‰ em 2011 e um mínimo de 37,6‰ em 2016. Nos diferentes municípios desta Área Metropolitana, as diferenças entre eles e as variações anuais foram bastante evidentes. Não existem, entre municípios, duas distribuições iguais, embora prevaleçam aquelas que evidenciam uma descida não regular, mas consistente, da incidência da criminalidade por 1000 habitantes (cfr. gráfico 4).

Ora, recorrendo ao cálculo do coeficiente de variação (CV)²⁷ para o período de 2011 a 2016 e por município, verifica-se que o CV da taxa de criminalidade total foi de 29‰, mas quando se consideram as distribuições da taxa de criminalidade para alguns tipos de crime, os municípios são ainda mais heterogéneos do que se apresentam em relação à criminalidade total (cfr. Tabela 1).

Tabela 1 - Coeficientes de variação das taxas de criminalidade, por grande categoria criminal, e por município, de 2011 a 2016

	Categoria de crime						
	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal	Crimes contra o património
Coeficiente de variação	29%	19%	60%	36%	47%	46%	36%

Fonte: INE (vários anos). Valores calculados pelo autor.

²⁷ O **Coeficiente de Variação** (%) é uma medida relativa de variabilidade e utiliza-se para comparar as diferenças entre distribuições. Calcula-se com recurso à seguinte fórmula:

$$CV (\%) = \frac{\text{desvio-padrão}}{\text{média}} \times 100. \quad \text{Quanto maior for o valor maior a heterogeneidade da distribuição.}$$

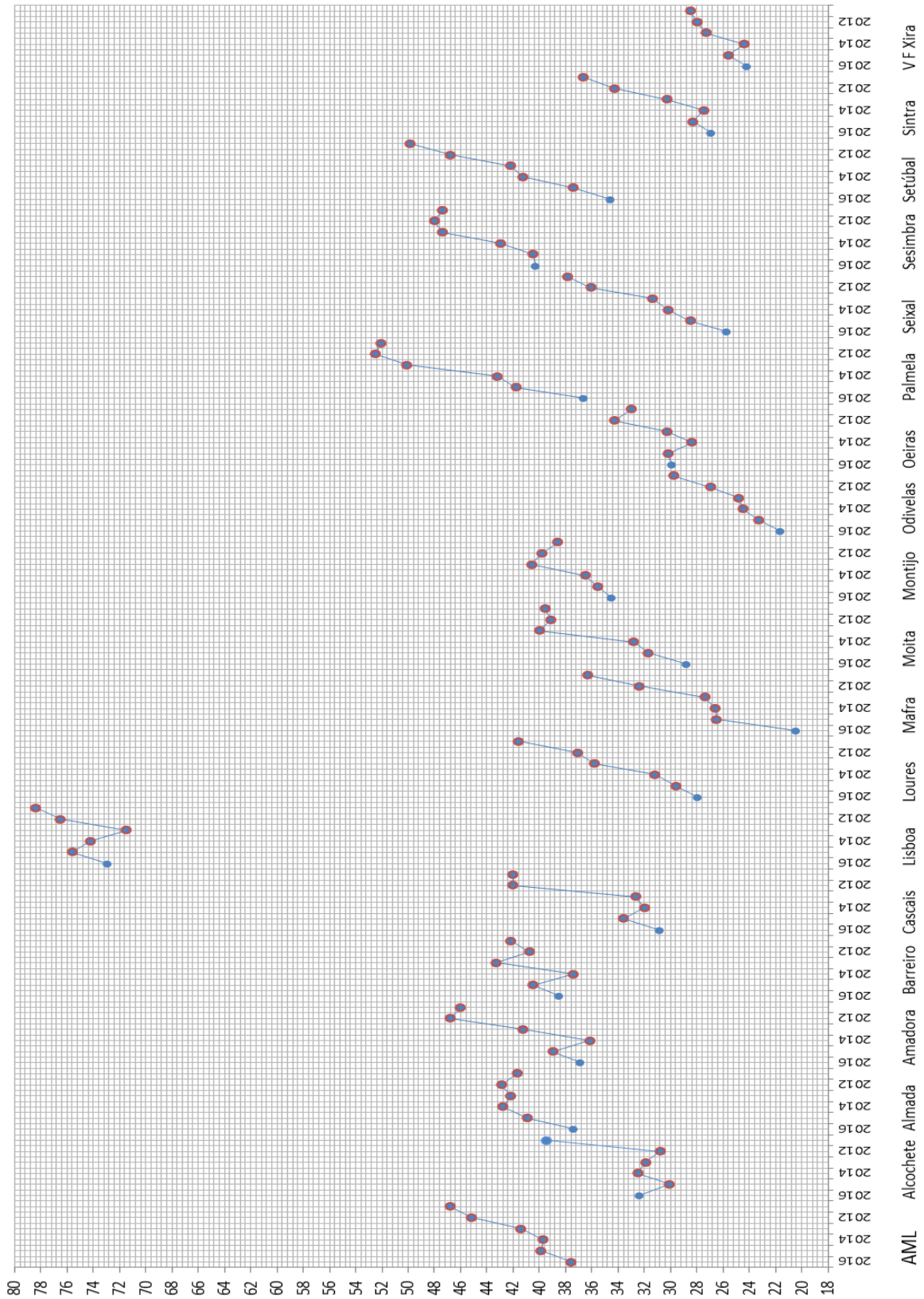


Gráfico 4 - Taxas de criminalidade (%) por 1000 habitantes, na AML e por município, de 2011 a 2016

Fonte: INE (vários anos). Gráfico elaborado pelo autor.

Estes dados constituem, por si mesmo, um desafio para a análise policial estratégica, na medida em que exprimem realidades sociais e espaciais diferentes entre si, prejudicando a opção da generalização de situações de resposta demasiado confinadas a um só modelo. Que atributos tem o espaço público urbano de Lisboa que, aparentemente, não é inibidor da prática de roubo por esticção na via pública (com uma incidência média de 4,5‰ no período de 2011/2016), bastante mais elevada da observada, por exemplo, em Setúbal (2,0‰ para o mesmo período) ou em Mafra (0,3‰)? Serão esses os mesmos atributos que explicarão idêntica incidência na Amadora (4,5‰)? Mas se é frequente indicar o índice de cosmopolitismo da Capital como uma das causas que alimentam o roubo por esticção na via pública, poder-se-á manter essa mesma apreciação, sabendo que a Amadora não tem, nem de longe nem de perto, o mesmo índice de cosmopolitismo? Qual é, na 3ª maior cidade do país, a explicação para tão elevada prevalência do roubo por esticção? Se pensarmos na assimetria social (e nas bolsas de pobreza e segregação social que aí existem), questionamo-nos porque em Setúbal, com idêntica diferenciação social, tem francamente menos prevalência deste tipo de delito?

3.1.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: NÍVEL LOCAL E DE QUARTEIRÃO URBANO

A análise de dados estatísticos criminais suscita, muitas vezes, mais dúvidas do que respostas. Não parece, todavia, prudente, abandoná-la ou subestimá-la, uma vez que não substitui o conhecimento empírico consolidado do Agente, Chefe ou Oficial de Polícia sobre o que acontece numa dada unidade territorial de análise (por exemplo, uma freguesia ou mesmo um *pedaço*²⁸ da cidade), mas pode ajudar a captar tendências, ou suscitar dúvidas sobre falsas aparências ou realidades muito dinâmicas que o empirismo deixa escapar. A opção por recorrer aos princípios da análise estatística pode ainda ajudar a caracterizar essas unidades territoriais de análise mais finas, e precisamente foi essa a opção tomada nesta dissertação. Assim, afastamo-nos da grande unidade territorial que é a Região AML (de nível III na nomenclatura estatística em vigor), útil para captarmos, num nível geográfico agregado, o quadro sócio criminal que identifica uma região urbana com a dimensão da Área

²⁸ O *pedaço* é um conceito constituído por duas componentes principais: uma determinada ordem espacial e uma certa rede de relações sociais (Magnani (como citado em Machado [Coord.] et al., 2007). Nesta nossa análise, não tendo sido possível operacionalizar o *pedaço* urbano como o autor brasileiro sugere, não deixámos de operacionalizar o que definimos como unidade de vizinhança, e que corresponde a um polígono circular com 400 m de raio, e que interpretamos como sendo a área urbana próxima da residência (tomando-a como centro desse polígono) na qual um cidadão se poderá deslocar a pé até 10 minutos de percurso para suprir necessidades relativas à sua vida doméstica (fazer compras, passear).

Metropolitana de Lisboa, e situamos a análise na escala da freguesia, da unidade de vizinhança e do quarteirão, de modo a suportarmos a análise comparativa entre os dados disponíveis (e disponibilizados) pela PSP e aqueles que o inquérito aplicado conseguiu obter.

A primeira dimensão de análise considerada, seguindo um guião de caracterização próximo do anterior (ver Secção 3.1.1.), consiste numa apreciação do perfil sociodemográfico e habitacional da freguesia no qual o nosso *pedaço* de cidade se integra. Para o efeito, o recurso ao ficheiro-síntese dos Censos de 2011, disponibilizado pelo INE, pode ser de grande mais-valia. Estamos cientes que se podem explorar outras micro-fontes, algumas delas do próprio INE, outras oficiais e algumas não oficiais, mas em termos ilustrativos defendemos que a exploração (mesmo que parcial) dos dados do ficheiro-síntese dos Censos de 2011 é uma boa base de partida, que está acessível no site do INE e de modo gratuito, e que pode ajudar a compreender o meio urbano na sua diversidade; o chamado mosaico urbano. As tabelas 2 a 5 constituem uma mera ilustração²⁹ da exploração possível das variáveis (de um conjunto de 119) e que se distribuem por 5 dimensões analíticas, a saber: Edifícios, Alojamentos, Núcleos Familiares, Famílias e Indivíduos.

²⁹ Escolheu-se um número muito restrito de variáveis, considerado ainda assim suficiente para uma caracterização do perfil sociodemográfico e habitacional das unidades territoriais de análise.

Tabela 2 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo³⁰

DIMENSÃO DE ANÁLISE	VARIÁVEL	INDICADORES DERIVADOS	FREGUESIA	QUARTEIRÃO	FREGUESIA	QUARTEIRÃO
			Campolide	Quarteirão Rua Arco do Carvalhão	São João de Deus ³¹	Quarteirão Av. Sacadura Cabral
EDIFICADO	Nº de edifícios		2472	31	831	25
	Nº de edifícios exclusivamente residenciais		2203	12	560	20
	Nº de edifícios principalmente residenciais		244	18	250	5
	Nº de edifícios principalmente não residenciais		25	1	21	0
	Perfil residencial dominante (tipo de ocupação)		Acentuadamente residencial	Maioritariamente residencial	Maioritariamente residencial	Acentuadamente residencial
			<i>89% de edifícios exclusivamente residenciais</i>	<i>58% de edifícios principalmente residenciais</i>	<i>67% de edifícios exclusivamente residenciais</i>	<i>80% de edifícios exclusivamente residenciais</i>
	Perfil urbanístico dominante (tipologia do edifício)		Maioritariamente edifícios baixos	Maioritariamente edifícios altos	Maioritariamente edifícios altos	Acentuadamente de edifícios altos
			<i>65% com menos de 2 pisos</i>	<i>68% com 5 ou mais pisos</i>	<i>57% com 5 ou mais pisos</i>	<i>76% com 5 ou mais pisos</i>
	Índice de vetustez ³² (percentagem de edifícios construídos antes de 1961)		Maioritariamente envelhecido	Maioritariamente envelhecido	Acentuadamente envelhecido	Acentuadamente recente
			<i>64%</i>	<i>74%</i>	<i>79%</i>	<i>24%</i>
Densidade do edificado (nº de edifícios/hectare)		<i>9/há</i>	<i>19/ha</i>	<i>9/ha</i>	<i>5/ha</i>	

Ver Nota Técnica no final da Tabela

Continua

³⁰ As designações dos Quarteirões são da nossa exclusiva responsabilidade, não havendo, tanto quanto conseguimos apurar, uma designação local própria.

³¹ Embora esta (ex)freguesia de São João de Deus, conjuntamente com a (ex)freguesia de Alto do Pina, formem agora a nova freguesia do Areeiro, nos termos da Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro (Reorganização Administrativa de Lisboa), optámos por manter as referências a São João de Deus, porquanto os dados dos Censos ainda respeitavam a esse perímetro administrativo, mas também porque ela tem uma configuração de maior proximidade ao *pedaço* (quarteirão) que estamos a estudar.

³² O **índice de vetustez** corresponde à proporção de edifícios construídos antes de 1960 no conjunto dos edifícios existentes na respetiva unidade de análise.

Tabela 3 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo

DIMENSÃO DE ANÁLISE	VARIÁVEL	INDICADORES DERIVADOS	FREGUESIA	QUARTEIRÃO	FREGUESIA	QUARTEIRÃO
			Campolide	Quarteirão Rua Arco do Carvalhão	São João de Deus	Quarteirão Av. Sacadura Cabral
ALOJAMENTOS	Nº de alojamentos		9255	330	6441	233
	Nº de alojamentos familiares		9235	330	6427	233
	Nº de alojamentos de residência habitual		6592	221	4512	159
	Nº de alojamentos vagos		1636	79	1141	47
	Nº de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com proprietário ocupante		3034	64	2042	91
	Perfil funcional (função residencial)		Maioritariamente com função residencial	Maioritariamente com função residencial	Maioritariamente com função residencial	Maioritariamente com função residencial
			<i>71% são de residência habitual</i>	<i>67% são de residência habitual</i>	<i>70% são de residência habitual</i>	<i>68% são de residência habitual</i>
	Perfil de ocupação (intensidade de ocupação)		<i>Ocupação acentuada</i>	<i>Ocupação acentuada</i>	<i>Ocupação acentuada</i>	<i>Ocupação acentuada</i>
			<i>82% dos alojamentos estão ocupados</i>	<i>76% dos alojamentos estão ocupados</i>	<i>82% dos alojamentos estão ocupados</i>	<i>80% dos alojamentos estão ocupados</i>
	Perfil das condições habitacionais (índice de prestígio ³³)		26%	12%	17%	33%
	Presença do proprietário (% de alojamentos ocupados pelo proprietário)		46%	29%	45%	57%
	Densidade do alojamento (nº de alojamentos/hectare)		<i>33 aloj./hectare</i>	<i>203 aloj./hectare</i>	<i>70 aloj./hectare</i>	<i>43 aloj./hectare</i>
	Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos		<i>1404</i>	<i>n.d.</i>	<i>1662</i>	<i>n.d.</i>

³³ O índice de prestígio consiste no coeficiente dos alojamentos com estacionamento privativo e dos alojamentos com mais de 200 m² no conjunto dos alojamentos clássicos existentes na freguesia ou quarteirão.

Tabela 4 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo

DIMENSÃO DE ANÁLISE	VARIÁVEL	INDICADORES DERIVADOS	FREGUESIA	QUARTEIRÃO	FREGUESIA	QUARTEIRÃO	
			Campolide	Quarteirão Rua Arco do Carvalhão	São João de Deus	Quarteirão Av. Sacadura Cabral	
FAMÍLIAS	Nº de famílias		6729	221	2099	52	
	Total de núcleos familiares residentes		4114	126	2703	93	
	Nº de famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos		2510	79	2132	70	
	Nº de famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos		1227	26	832	26	
	Famílias clássicas com + do que 1 desempregado						
	Nº de famílias clássicas com 1 ou 2 pessoas		4698	171	3227	119	
	Nª de famílias clássicas com 3 ou 4 pessoas		1746	43	1185	35	
	Nª de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas		285	7	191	9	
		% de famílias com pessoas idosas		37%	36%	46%	43%
		% de famílias com jovens		18%	12%	18%	16%
		Famílias fortemente vulneráveis economicamente (famílias com pessoas desempregadas)		12%	11%	7%	5%
		Composição dos agregados (ratio famílias/núcleos)		1,64	1,75	1,70	1,75
		Ratio famílias grandes/famílias pequenas (famílias com 5 ou + pessoas/ famílias com 1 ou 2 pessoas)		6%	4%	6%	8%
	Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário		2341	n.d.	1946	n.d.	

Tabela 5 - Quadro-síntese habitacional e sociodemográfico das áreas de estudo

DIMENSÃO DE ANÁLISE	VARIÁVEL	INDICADORES DERIVADOS	FREGUESIA	QUARTEIRÃO	FREGUESIA	QUARTEIRÃO
			Campolide	‘Arco do Carvalhão’	São João de Deus	‘Sacadura Cabral’
INDIVÍDUOS	Total de indivíduos residentes		15460	433	9798	337
	Total de homens residentes		7468	189	4224	145
	Total de mulheres residentes		7992	244	5574	192
	População jovem residente	(homens e mulheres com menos de 20 anos de idade)	2522	55	1604	56
	População idosa residente	(homens e mulheres com 65 ou mais anos de idade)	3723	107	2778	91
	Indivíduos residentes com formação académica superior	(completada ou a frequentarem)	3945	159	4711	175
	Indivíduos desempregados	(à procura de novo emprego ou do 1º emprego)	900	26	374	9
		Índice de valorização social (% de pessoas c/ formação superior)	30%	42%	57%	62%
		Índice de envelhecimento (Idosos/Jovens)	148%	195%	173%	163%
		Índice de vulnerabilidade social (% pessoas desempregadas no conjunto dos empregados)	14%	13%	9%	6%

Fonte: INE (2012). Censos 2011 – **Resultados Definitivos**. INE, Lisboa. Cálculos efetuados pelo autor.

Nota técnica:

A avaliação qualitativa dos perfis baseia-se na distribuição de frequências com base no estabelecimento de intervalos de amplitude equivalente, a saber: superior a 75% falamos de perfil **acentuado**; entre 50% e 74% falamos de perfil **maioritário**; entre 26% e 49% falamos de perfil **moderado**. Frequências abaixo de 26%, independentemente do tipo de dispersão, dificilmente podem expressar uma tendência caracterizadora de um perfil.

3.1.3. A UNIDADE TERRITORIAL MÍNIMA DE ANÁLISE: O QUARTEIRÃO COMO ESTUDO DE CASO

Como nota prévia, de carácter metodológico, cabe sublinhar que da aplicação do inquérito denominado **Inquérito sobre segurança na sua área de residência** – que esteve *online* entre 23 de janeiro e 13 de março – se obtiveram 88 respostas (cfr. anexo 6). Estas respostas resultam de uma amostra por conveniência (N = 88), cujos respondentes estavam integrados em condomínios da Região de Lisboa. Em face da estratégia de aplicação deste inquérito, com a qual se recorreu a uma empresa de gestão de condomínios, a *Ad Urbis*, as respostas são provenientes de diferentes condomínios (geridos por essa mesma empresa). Significa que são respostas muito pulverizadas territorialmente, porquanto resultaram de adesão voluntária (cujas mobilizações foram efetuadas em reuniões ordinárias de condóminos³⁴, realizadas no primeiro trimestre do ano para apuramento dos Exercícios de Contas do ano anterior): adesão a que correspondeu uma taxa de 16% de respostas (N= 88 num universo de aproximadamente 550 condóminos). Em face dessa dispersão territorial, optou-se por seleccionar dos 33 condomínios que serviram, afinal, como base de sondagem, os questionários que foram recolhidos em maior número (por condomínio), de que resultou a seleção de duas unidades residenciais (condomínios) em Lisboa: Condomínio do Arco do Carvalhão e Condomínio da Av. Sacadura Cabral, respetivamente com 7 e 5 respostas.

Em face deste número reduzido de respostas por condomínio, não só é incorreto proceder a qualquer extrapolação sobre os resultados obtidos, como tomar os dados no seu conjunto (N= 88), uma vez que se referem a vários contextos, diferentes entre si, insuscetíveis de serem agregados. Assim, esta baixa taxa de respostas deve ser entendida à luz das condições em que o inquérito foi realizado³⁵ e numa perspetiva comparada, i.e., tomada a importância relativa das questões da segurança num quadro de relações de vizinhança habitualmente muito complexas e tensas. Em todo o caso, a expectativa de uma taxa geral de respostas mais elevada foi gorada, e teve como consequência que o número de respondentes em cada condomínio não permita extrapolações.

³⁴ Reuniões para as quais fomos convidados, tendo sido possível assistir a duas.

³⁵ Mantendo como oportuno e necessário o apoio das empresas de gestão dos condomínios, a sensibilização para o preenchimento do Questionário poderá ser, eventualmente, mais bem aceite se for solicitado em período ainda muito tenso, envolvendo, por vezes, a assunção de erros de gestão anteriores, entre outros problemas).

Tabela 6 - Análise dos resultados globais

Questão		Designação	As grandes tendências
A	1	Segurança na área de residência	70,45% dos respondentes considera a sua área de residência segura
	2	Ocorrências criminais praticadas na área de residência	Pouco mais de metade dos respondentes (50,57%) não tem qualquer conhecimento acerca da ocorrência de crimes na sua área de residência nos últimos 12 meses
	3	Comportamentos indesejáveis praticados na área de residência	52,32% dos respondentes tem conhecimento da prática de incivildades na sua área de residência
	4	Frequência com que anda a pé na área da residência	A maioria dos respondentes (50,57%) admite andar a pé pelo menos uma vez por semana na área de residência
	5	Razões apontadas para quem nunca ou anda menos de 1 vez por mês, a pé, na área de residência	A mobilidade apoiada no transporte individual é apontada pela maioria (53,85%) como justificação para nunca ou quase nunca andar a pé na área de residência. A justificação suportada no medo de ser assaltado ou agredido assiste uma minoria de respondentes (19,23%)

6	Sentimento de segurança quando anda sozinho à noite na área de residência	Uma larga maioria de respondentes (79,26%) sente-se seguro quando sozinho à noite na sua área de residência
7	Inutilização de certos trajetos por receio de ser vítima de crime	Uma minoria de respondentes (23,17%) admite ter evitado certos trajetos ou zonas por receio de ser vítima de crime
8	Sentimento de segurança, à noite, na sua residência	A esmagadora maioria dos respondentes (91,76%) sente-se seguro na sua residência
9	Razões apontadas para o sentimento de insegurança, à noite, na sua residência	Daqueles que temem algo (8,24%), todos apontam como motivo o receio de ser assaltado
10	Preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência	A maioria dos respondentes (55,29%) não equaciona a eventual hipótese de furtarem ou roubarem algo da sua residência
11	Frequência com que a preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência aconteceu	Uma minoria escassa (18,42%) admite que a preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência permaneceu duradouramente
12	Partilha da preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência com os restantes membros do agregado familiar	39,47% partilhou essa preocupação por todos e de igual modo; 26,32% e 15,79%, admite que essa

			preocupação se fez sentir mais nuns do que outros, tendo o sido o inquirido o que teve maior e menor preocupação, respetivamente; 18,42% não fala desses assuntos
B.	13	Historial de vitimização	28,57% foi a taxa de vitimização (prevalência) apurada neste inquérito (para um período de 5 anos)
	14	Tipo de crimes de que foi vítima	21,62% assalto a residência 16,21% outros furtos e roubos 16,21% agressões 13,51% furto ou roubo de meio de transporte 13,51% furto do interior do veículo 10,81% vandalismo e/ou outros danos de propriedade 8,11% outro
	15	Local	Maioria em zonas perto da área de residência (44,44%) ou mesmo na residência e em áreas comuns (31,11%)
	16	Local, mais específico	39,39% rua, praça ou outro local público 24,24% dentro de sua casa 18,18% em área(s) comum(ns) do condomínio

			12,12% num carro 6,07% noutros locais
	17	Conhecimento às FSS	A taxa de revelação (conhecimento às entidades competentes) apurada neste inquérito foi 78,26%
	18	Medidas de proteção	Prevalecem as medidas orientadas para a casa (22%) seguidas das medidas que protegem o carro do respondente (16%)
	19	Consequências da vitimação	A consequência mais expressada foi fúria, raiva e revolta (24,44%) seguido de perda de confiança ou sentimento de vulnerabilidade (20%) e medo (17,78%)
C.	20	Possibilidade de ser uma eventual vítima de um crime	50,62% pensa nesta possibilidade, pelo menos, de vez em quando 49,38% muito raramente ou nunca pensa nessa possibilidade

	21	Medidas de segurança na residência	26,38% óculo na porta de entrada 22,55% fechaduras anti-arrombamento 8,94% corrente na porta 7,23% porta especial ou grades nas janelas 7,23% iluminação exterior ativada por sensores de movimento
	22	Segurança pessoal	77,38% equaciona o telemóvel como meio de segurança pessoal
D.	23	Sexo	62,50% do sexo masculino e os restantes 37,50% do sexo feminino
	24	Idade	<26 anos, 2,5% 27-46, 37,5% 47-67, 37,5% 68-87, 21,3% +88, 1,3%
	25	País onde nasceu	85%, Portugal 5%, Brasil 3%, Moçambique 7%, Outros
	26	Composição do agregado familiar	37% composto 3 pessoas 36% composto por 2 pessoas 11% composto por 1 pessoa 10% composto por 4 pessoas 5% composto por 5 pessoas 1% composto por 6 pessoas

27	Condição profissional	59,49% empregado(a) 26,58% reformado(a) Outros casos
28	Profissão	Maioria pertencente a quadros técnicos superiores e intermédios
29	Nível de escolaridade	51,25%, licenciatura 21,25%, mestrado 12,50% ensino secundário 10%, bacharelato 3,75%, doutoramento

Manteve-se, ainda assim, como referência, o total de resposta (N= 88), para que se pudesse perceber as tendências observadas em cada questão, retendo, no essencial, o seguinte:

- A maioria alargada dos respondentes (70,5%) exprime um forte sentimento de segurança na sua área de residência, independentemente dos períodos horários considerados;
- Os respondentes revelam um certo desconhecimento da realidade envolvente (i.e. da sua unidade de vizinhança próxima) em termos criminais e de incivilidade;
- A prática de circular a pé na área envolvente não é generalizada, pelo menos expressivamente, pela grande maioria dos respondentes, revelando hábitos de maior fechamento em casa e recurso ao transporte individual para assegurar a sua mobilidade;
- O sentimento de segurança é comungado por uma maioria alargada de respondentes no que respeita a andar sozinho à noite na rua, e tem alguma correspondência com o fraco equacionamento de se ser alvo de um furto ou vítima de roubo na residência;
- Estas apreciações subjetivas dos respondentes podem ser interpretadas à luz de uma taxa de vitimação para os últimos 5 anos e que se apurou, de acordo com as respostas,

ter sido de 28,6%³⁶ - significando que à esmagadora maioria dos respondentes, alegadamente, nada lhes aconteceu nesse período;

- O sentimento de segurança é, coerente com este tipo de apreciações, maioritariamente elevado, incluindo quando questionados sobre o período da noite;
- Tal não impediu que uma minoria de respondentes tenha declarado ter recorrido a estratégias de evitamento de certos trajetos (na via pública) com receio que algo possa ocorrer; e que a maioria dos respondentes tenha até mencionado o uso ou reforço de algumas medidas preventivas, maioritariamente orientadas para a proteção da residência e dos veículos próprios;
- Sobre a participação das ocorrências aos OPC, apurou-se uma taxa de participação elevada (78,26%), a que não será porventura estranho o facto (sociodemográfico) relativo à percentagem de respondentes com habilitações académicas superiores ser acima dos 75% (pressupondo-se uma relação forte entre educação e cidadania).

Como mencionado anteriormente, na presença de uma tão forte dispersão de respostas por condomínio, concentrámo-nos em apreciar os resultados dos dois condomínios onde foram obtidas mais respostas, a saber, Condomínio Arco do Carvalhão e Condomínio Sacadura Cabral. Para estes, a taxa de resposta estimada situou-se no intervalo de 25% a 33%.³⁷

Deverá começar por se sinalizar que uma das mais relevantes diferenças que encontramos entre as respostas de um e outro condomínio se prende com a composição segundo o género dos respondentes, porquanto no ‘Sacadura Cabral’³⁸ prevaleceram as respostas femininas, inversamente ao que se passou no ‘Arco do Carvalhão’. Outra das diferenças, agora relacionada com a vitimação, respeitou à taxa: 40% no ‘Sacadura Cabral’ contra apenas 14,3% no ‘Arco do Carvalhão’.

Algumas das perguntas formuladas permitiram evidenciar diferenças que não podem deixar de ser sinalizadas. Entre as diferenças de apreciação destacam-se as seguintes:

³⁶ Embora não existam dados consolidados sobre taxas de vitimação em Portugal, os valores que se podem deduzir em face do stock de ocorrências publicado anualmente no RASI, levam a pensar que esta população agora inquirida apresenta uma vitimação com menor incidência quando comparada com a população portuguesa.

³⁷ A análise efetuada aos resultados obtidos dos questionários dos dois condomínios pode ser consultada em anexo (Anexo 7)

³⁸ Quando nos referimos no ‘Sacadura Cabral’ ou no ‘Arco do Carvalhão’ referimo-nos ao condomínio.

- No ‘Sacadura Cabral’ a maioria dos respondentes tem conhecimento quer da prática de crimes na unidade de vizinhança quer da ocorrência de incivildades nessa mesma unidade de vizinhança. Em todo o caso, e apesar dessa diferença de conhecimento – fortemente subjetivada, como se pretendia – não existem diferenças na resposta comportamental traduzida pelo evitamento na utilização de alguns percursos pedestres³⁹, tendo-se apurado que apenas uma minoria de respondentes recorre a tais estratégias;
- Já em relação ao equacionamento da probabilidade de ocorrência de uma situação de roubo ou furto⁴⁰, e à preocupação que tal hipótese suscita, esta preocupação recai com maior intensidade sobre o ‘Sacadura Cabral’;

3.1.4. A UNIDADE DE VIZINHANÇA E O CRIME LOCAL

Tendo presente a caracterização criminal, que teve como referência dados provenientes do INE e da DGPI/MJ, explanada anteriormente para a AML e respetivos municípios faremos agora o enquadramento criminal a nível da unidade de vizinhança dos condomínios selecionados.

De referir que, os crimes com maior frequência foram alvo de codificação prévia, de modo, a serem mais facilmente analisados e percecionados⁴¹.

Deste modo, da análise dos crimes ocorridos na unidade de vizinhança de cada um dos condomínios retém-se o seguinte⁴²:

- É facilmente perceptível a incidência dos crimes contra o património em ambas as unidades de vizinhança, sendo na UV do ‘Sacadura Cabral’ onde se verifica uma maior concentração dos crimes contra o património, sendo os crimes “furto por carteirista”, “furto em veículo motorizado” e “furto de oportunidade/objetos não guardados” os que registam mais ocorrências no período referido (2014-2016), tendo cada um deles uma frequência de mais de 200 unidades;

³⁹ Em concreto, a questão formulada foi: “Nos últimos 12 meses, ao andar a pé sozinho(a) na área da sua residência, evitou utilizar certos trajetos ou zonas por recear ser vítima de crime?”

⁴⁰ Em concreto, a questão formulada foi: “Nos últimos 12 meses a hipótese de lhe assaltarem a casa e furtarem ou roubarem alguma coisa deixaram-no(a)...”

⁴¹ Vide anexo 8

⁴² A tabela da criminalidade ocorrida na UV de cada um dos condomínios encontra-se disposta em anexo (anexo 9)

- No ‘Arco do Carvalhão’ os crimes dominantes e que contêm mais registos foram o “furto em veículo motorizado”, “Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas” e as “Ofensas à integridade física voluntária simples”;
- A UV do ‘Arco do Carvalhão’ afigura-se como sendo, das UV’s analisadas, a realidade mais heterogénea, ocorrendo nesta crimes patrimoniais (crimes contra a propriedade essencialmente), crimes contra as pessoas (crimes contra a integridade física voluntária simples e crimes contra a liberdade pessoal) e crimes contra a vida em sociedade (crimes contra a segurança das comunicações);
- Por sua vez, a UV do ‘Sacadura Cabral’ revela-se mais homogénea, sendo metade dos crimes ocorridos “dominados” por crimes contra o património (crimes contra a propriedade) e por crimes contra as pessoas (crimes contra a integridade física voluntária simples)⁴³.

⁴³ A intensidade com que os crimes se distribuem pelas ruas que integram a UV de cada um dos condomínios é perceptível através das figuras 6 e 7 (anexo 10)

3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de devidamente explanados os resultados obtidos é perceptível que, segundo as respostas conseguidas, através do inquérito por questionário aplicado aos residentes na AML, a área de residência dos inquiridos é na sua grande maioria considerada como segura. Não invalida, porém, que comportamentos, ora tipificados como crime ou como incivilidade, não ocorram na unidade de vizinhança dos respondentes. Todavia, parece existir um certo desconhecimento da realidade por parte destes, já que, como confirmado pelos dados aqui presentes, acerca da criminalidade ocorrida, ambas as unidades de vizinhança no período considerado registam um total de mais de 2000 crimes, o que confirma que o fenómeno criminal é atual.

Levantamos como hipótese de explicação a utilização de transporte individual para assegurar a mobilidade das pessoas dentro da cidade, não conseguindo obter assim informações acerca da realidade criminógena do local onde habitam e da sua zona de proximidade, que definimos como unidade de vizinhança.

Desta forma, a eventualidade de ser vítima de um crime face aos factos levantados anteriormente, não se assume como sendo uma possibilidade real, e por isso, não influencia a segurança subjetiva dos mesmos. De todo o modo, tais assunções não impedem que, mesmo assim, os respondentes evitem utilizar certos e determinados trajetos quando se deslocam a pé pela sua área de residência e que empreguem medidas de defesa orientadas para a sua proteção e do seu património (carro e residência).

Fruto de uma maior consciencialização promovida, porventura, por maiores habilitações literárias, as UV's consideradas reportaram na totalidade os crimes de que foram vítimas. Porém, quando olhando para a globalidade dos resultados verifica-se que, ainda existe uma pequena fração de pessoas que quando vitimizadas não se deslocam perante as entidades competentes e lhes dão notícia de que foram alvo de determinado tipo de crime, contribuindo para alimentar as cifras negras.

Os habitantes inquiridos do condomínio localizado na Avenida Sacadura Cabral, face aos resultados apurados, são aqueles que demonstram um comportamento e uma atitude que se afasta dos resultados obtidos da generalidade, revelando ser mais receosos no seu dia-a-dia, fruto, quiçá, do historial de vitimização e pelo facto de os respondentes deste condomínio serem, na sua maioria, indivíduos do sexo feminino.

Quanto à criminalidade e como os dados globais apontam, existe uma primazia evidente dos crimes contra o património sob todos os outros, porém, tal facto, torna-se mais

evidente na unidade de vizinhança respeitante ao ‘Sacadura Cabral’ enquanto no condomínio do ‘Arco do Carvalhão’, este revela-se mais homogéneo.

Reiteramos que, apesar de os resultados não serem passíveis de serem generalizáveis devido ao facto da sua dispersão territorial, a estratégia que foi adotada é passível de ser replicada e melhorada.

CONCLUSÃO

O crescimento económico mundial e o processo de globalização que se têm vindo a verificar nas últimas décadas, levam a uma progressiva concentração de pessoas e atividades nas cidades. O meio urbano assume-se como elemento agregador e o principal pólo onde as mais variadas atividades e serviços se congregam, gerando até uma confusão entre crescimento económico e desenvolvimento urbano.

Esta tendência, que não é recente, levou a uma pressão antrópica que coloca desafios à governabilidade do espaço urbano e onde fenómenos como a criminalidade e as incivildades encontram espaço para prosperar. Estes problemas são exponenciados pela existência de outros dilemas marcadamente urbanos, como são a pobreza, a desigualdade social, a densidade urbana, os fenómenos ambientais disruptivos que afetam cada vez mais pessoas, e uma deficitária planificação, gestão e requalificação do espaço público. Devido a tal facto, a exigência para com as entidades governamentais e, por sua vez, para com as FSS é cada vez maior, onde muitos recursos humanos, materiais e financeiros são alocados.

Assim, o crime e a insegurança assumem uma importância cada vez mais relevante em meios ditos urbanos já que se diferenciam largamente quando inseridos, comparativamente, em meio rural.

Para fazer face a estes problemas da contemporaneidade a PSP desenvolve estratégias de policiamento de matriz preventiva. Porém, a evolução social dita que as soluções operacionais, mesmo que tenham provado, carecem de aprofundamento e melhoramento, sob pena de arriscarem esgotamento e crescente ineficácia. Defendemos que uma estratégia de policiamento aplicada deve ser previamente analisada e aplicada às situações concretas, muito diversificadas que uma aglomeração urbana comporta. Tratar uma determinada realidade sem olhar às especificidades locais não se coaduna com as exigências correntes no que concerne ao fenómeno da criminalidade e ao sentimento de insegurança. Isto deve-se ao facto de que a realidade social, tal como nos é dada a conhecer, a escalas mais agregadas (níveis nacional e regional) podem, porventura, esbater diferenças a nível local muito relevantes, favorecendo erros de leitura. Por exemplo, determinadas freguesias urbanas, ou mesmo áreas urbanas de outra configuração (não necessariamente político-administrativa) podem apresentar índices de envelhecimento substancialmente distintos, tipos criminais incomuns, perceções sobre segurança por parte dos moradores que são opostas a escassos metros umas das outras. Viver numa zona urbana esmagadoramente residencial sugere que os desafios à tranquilidade e segurança possam assumir características

diferentes de uma zona urbana, paredes meias com a primeira, mas funcionalmente mista (residência e comercial). Os exemplos poderiam multiplicar-se.

Na nossa perspetiva, utilizar unidades de análise pré-definidas - como são aquelas utilizadas ao nível administrativo e político - como sinónimo de áreas naturais para o planeamento da atividade policial pode constituir um risco para a eficácia do trabalho policial e um erro estratégico, uma vez que o crime e a insegurança se projetam muito para além (mas também para cá) dos limites administrativos, e não se confinam a uma freguesia ou a um município.

Desde logo, iniciamos este trabalho refletindo acerca das principais teorias inerentes à temática e neste sentido, a preferência pela utilização do acervo teórico respeitante à criminologia ambiental revelou-se como sendo a que mais se coaduna com os fenómenos que caracterizam aquilo que poderemos apelidar de criminalidade urbana, onde predomina a chamada criminalidade de rua. Segundo as várias teorias que integram a criminologia ambiental, o modo como o crime se encontra distribuído não é aleatório e o meio assume grande influência, funcionando como inibidor ou como facilitador da sua prática. A criminologia ambiental explora, assim, o modo como as oportunidades para práticas criminosas surgem, de acordo com as configurações do espaço. O seu objetivo passa por reduzir as oportunidades a partir da manipulação das condições ambientais (sociais e espaciais).

No presente estudo foram utilizadas, instrumentalmente, unidades de análise muito específicas - chegando ao nível do quarteirão urbano - na tentativa de perceber, através de uma análise comparativa e descendente, a existência de diferentes realidades à macro e à micro escala. É neste ponto que consideramos que o nosso trabalho inovou, ao utilizar uma estratégia de análise coerente, *multilevel*, que permite analisar vários patamares territoriais utilizando para tal um vasto conjunto de indicadores, sendo passível de ser aplicada, replicada e melhorada (através do exercício crítico da avaliação *a posteriori*).

A PSP já hoje dispõe de amplo acervo de elementos estatísticos criminais, entre outros, que lhe permite desenhar modelos analíticos mais robustos, e que poderão ser postos ao serviço de uma diferente compreensão do fenómeno criminal e do comportamento antissocial em sentido mais alargado (porquanto sobre a instituição policial recaem legítimas expectativas sociais de que a força de segurança deve enfrentar igualmente a incivilidade como questão social, e muito particularmente urbana).

Foi, por conseguinte, com o objetivo de explorar esses dados, e de os combinar com outros dados, essencialmente oficiais, provenientes do INE, que procurámos testar uma

solução informativa mais integradora, e que recorreu à aplicação simples de um inquérito por questionário a moradores residentes em diferentes quarteirões da cidade⁴⁴, até à produção de mapas de intensidade criminal, com recurso a georreferenciação.

Face aos objetivos levantados estamos agora em posição de afirmar que os objetivos previamente delineados foram maioritariamente alcançados.

No que concerne ao problema de investigação: *De que modo o espaço e tudo o que com ele se relaciona influi no sentimento de insegurança e na criminalidade?*

Dos resultados obtidos, apesar de não serem passíveis de extrapolação (por isso nos encontramos no domínio de um estudo de caso), podemos afirmar que tanto a criminalidade como o sentimento de insegurança registam tendências diferentes em diferentes meios, o que parece refletir a influência que a natureza do local exerce sobre o crime e o sentimento de insegurança, levando a que, as pessoas tenham reações diferentes e adequem o seu comportamento (sobretudo protetivo), igualmente, de maneira diferente. Mais, quando analisados os crimes ocorridos em cada uma das UV's é possível depreender que o crime não se distribui no tempo e no espaço de forma aleatória.

A atualidade deste tema é indiscutível para a área das ciências policiais e foi nossa intenção com este estudo lançar algumas bases que sirvam como mote para futuras investigações que possam incidir no estudo da criminalidade e da segurança e como estes se relacionam com os aspetos em termos espaciais e temporais, já que são poucos os estudos neste âmbito, a nível nacional.

⁴⁴ Neste particular, aconselhamos que para a aplicação deste tipo de questionário se recorra ao apoio de empresas de gestão de condomínios, pois estas dispõem de um contacto mais privilegiado e mais próximo junto dos seus condóminos, funcionando assim como mediadores entre o interesse do investigador e o do próprio morador. Somos pois da opinião que a perceção e o conhecimento que os residentes de determinado *pedaço* territorial têm sobre a sua área de residência é a mais próxima da realidade e portanto as informações obtidas a partir da estatística das mais variadíssimas fontes não chega para uma análise profunda da realidade.

LISTA DE REFERÊNCIAS

- Andresen, M. A. (2014). *Environmental criminology: Evolution, theory and practice*. Routledge.
- Azmi, D. I., Karim, H. A., & Amin, M. Z. (2012). Comparing the walking behaviour between urban and rural residents. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 68, 406-416.
- Baldwin, D. A. (1997). The concept of security. *Review of International Studies*, 23, 5-26.
- Barabás, A. T. (2014). Victimization and fear of crime. *European Police Science and Research Bulletin*, 20-23.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barton, H., Grant, M., & Guise, R. (2003). *Shaping neighbourhoods: a guide for health, sustainability and vitality*. Spon Press.
- Biderman, A. D., & Reiss, A. J. (1967). On exploring the "dark figure" of crime. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 374(1), 1-15.
- Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (1975). Residential burglary and urban form. *Urban Studies*, 12(3), 273-284.
- Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (1993). Nodes, paths and edges: Considerations on the complexity of crime and the physical environment. *Journal of Environmental Psychology*, 13(1), 3-28.
- Brunton-Smith, I., & Jackson, J. (2012). Urban fear and its roots in place. Em V. Ceccato(Ed.), *Urban fabric of crime and fear* (pp. 55-82). Stockholm: Springer.
- Burke, R. H. (2009). *An introduction to criminological theory* (3ª ed.). Willan Publishing.
- Carvalho, A. (2015). *A segurança urbana e o desenho do espaço público: contributos para a prevenção do crime e de incivilidades*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Carvalho, N. V. (2006). *As estatísticas criminais e os "crimes invisíveis"*. Obtido de Psicologia.pt: O Portal dos Psicólogos: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0272.pdf>
- Clarke, R. V., & Cornish, D. B. (1985). Modeling offenders' decisions: A framework for research and policy. *Crime and Justice*, 6, 147-185.
- Clemente, P. (2007). O Olho d'Hórus: Segurança e urbanismo. Em M. M. Valente (Coord.), *Urbanismo, segurança e lei* (pp. 121-127). Coimbra: Almedina.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588-608.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM]. (2004). Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Prevenção da criminalidade na União Europeia. Bruxelas
- Costa, A., & Macedo, J. (2008). Engenharia de Tráfego: Conceitos Básicos. *Manual do Planeamento de Acessibilidades e Transportes*, 1-32.
- Cozens, P. (2008). Crime prevention through environmental design. Em R. Wortley, & L. Mazerolle(Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (pp. 153-176). Willan Publishing.
- Curiel, R. P., & Bishop, S. R. (2016). A metric of the difference between perception of security and victimisation rates. *Crime Science*, 5(1), 1-15.
- Cusson, M. (2011). *Criminologia* (3ª ed.). Lisboa: Casa das Letras.

- Dias, J. F., & Andrade, M. C. (2013). *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena* (1ª ed.). Coimbra Editora.
- DGPJ. (2016). Manual de preenchimento: modelo 262/DGPJM/DSEJI. Ministério da Justiça. Disponível em: http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica/metainformacao/inqueritos-estatisticos/estatisticas-das/notacao-de-crimes/regras-de-preenchimento/downloadFile/attachedFile_f0/ManualPreenchimento262_05FEV2010.pdf?noocahe=1265636208.06
- Duque, R. (2015). Singularidades da coexistência da liberdade e da segurança em democracia. Em E. P. Correia (Coord.), *Liberdade e Segurança* (pp. 55-70). ISCP/ICPOL.
- Durkheim, É (1969). *Lições de Sociologia*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Eck, J. (2003). Police problems: The complexity of problem theory, research and evaluation. *Crime Prevention Studies*, 15, 79-113.
- Felson, M. (2008). Routine activity approach. Em R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental criminology and crime analysis* (pp. 70-77). Willan Publishing.
- Felson, M., & Clarke, R. V. (1998). *Opportunity makes the thief: Practical theory for crime prevention*. London, UK: Home Office, Policing and Reducing Crime Unit Research, Development and Statistics Directorate.
- Fernandes, J. L., & Carvalho, M. C. (2000). *Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos - os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social*.
- Fernandes, L. F. (2007). Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade. Em M. M. Valente (Coord.), *Urbanismo, segurança e lei* (pp. 33-60). Coimbra: Almedina.
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15(1), 167-181.
- Ferreira, E. M. (2013). *Segurança e Prevenção da Criminalidade em Espaços Públicos: a dialética proactiva entre o desenho urbano e uso seguro*. (Tese de doutoramento). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Fortin, M.-F., Côté, J., & Filion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Gau, J. M., & Pratt, T. C. (2010). Revisiting broken windows theory: Examining the sources of the discriminant validity of perceived disorder and crime. *Journal of Criminal Justice*, 38(4), 758-766.
- Giddens, A. (2006). *Sociology* (5ª ed.). Polity Press.
- Gomes, P. V. (2007). A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídios para uma agenda nacional. Em M. M. Valente (Coord.), *Urbanismo, segurança e lei* (pp. 61-80). Coimbra: Almedina.
- Grangeia, H., & Cruz, O. F. (2013). *Inseguranças urbanas*. (I. d. Porto, Ed.) Obtido de Plataforma Barómetro Social: <http://www.barometro.com.pt/2013/12/12/inseguranças-urbanas-e-vitimacoes-coletivas/>
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International Review of Victimology*, 4(2), 79-150.
- Heitor, T. V. (2007a). (In)Segurança em zonas residenciais - O espaço da oportunidade. Em M. M. Valente (Coord.), *Urbanismo, segurança e lei* (pp. 129-144). Coimbra: Almedina.
- Heitor, T. V. (2007b). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Psicologia*, 21(2), 31-44.

- HEUNI - European Institute for Crime Prevention and Control, affiliated with the United Nations. (2014). *European Sourcebook of Crime and Criminal Justice Statistics*. (5^a ed.)
- Hinkle, J. C. (2015). Emotional fear of crime vs perceived safety and risk: Implications for measuring "fear" and testing the broken windows thesis. *American Journal of Criminal Justice*, 40(1), 147-168.
- Hughes, G., McLaughlin, E., & Muncie, J. (2002). *Crime prevention and community safety: New directions*. SAGE.
- INE (2009). *Inquérito à Vitimação*. Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais. Disponível em: smi.ine.pt/SuporteRecolha/Download/9936
- INE (2011). Census 2011. Acedido de www.ine.pt
- INE. (2012). *Censos 2011: Resultados definitivos - Lisboa*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Kelling, G. L., & Coles, C. M. (1996). *Fixing broken windows: restoring order and reducing crime in our communities*. The Free Press.
- Leal, J. M. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, 12(23), 394-427.
- Leitão, J. B. (2000). Sentimentos de insegurança. *Polícia Portuguesa*, 125, 2-13.
- Lombroso, C. (2013). *O Homem Delinquente*. Ícone.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). Violência, criminalidade e sentimento de insegurança. *Revista Textos*, 45-64.
- Lourenço, N. (2010). Cidades e sentimento de insegurança: Violência urbana ou insegurança urbana. Em E. A. Pereira Júnior, J. Francisco da Silva e Juliana Maron (Org.). *Um Toque de Qualidade. Eficiência e Qualidade na Gestão da Defesa Social*.
- Machado, P. (2006). Insegurança urbana: Questões de proximidade e distanciamento ao problema social. *Encontro cidade para o cidadão: O planeamento de pormenor em questão*.
- Machado (Coord.), P., Pereira, Á., Rebelo, M., Menezes, M., Craveiro, J., Guerra, R., . . . Gomes, C. (2007). *Metrópoles seguras: Bases para uma intervenção multisectorial nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (3 volumes)*. Lisboa: LNEC.
- Machado, P. (2008). Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano. Em *Anais do VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais, saberes e práticas*, 126, 1-16.
- Marconi, M. A & Lakatos, E. M. (2006). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. (6^a ed). São Paulo: Atlas
- Merry, S. E. (1981). Defensible space undefended: Social factors in crime control through environmental design. *Urban Affairs Review*, 16(4), 397-422.
- Newman, O., & Franck, K. A. (1982). The effects of building size on personal crime and fear of crime. *Population and Environment*, 5(4), 203-220.
- Newman, O. (1996). *Creating defensible space*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research.
- Santo, P. d. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais - Génese, fundamentos e problemas* (1^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Schneider, R. H., & Kitchen, T. (2002). *Planning for crime prevention: a transatlantic perspective*. Routledge.

- Skogan, W. G. (1977). Dimensions of the dark figure of unreported crime. *Crime & Delinquency*, 23(1), 41-50.
- Skogan, W. G. (1987). The impact of victimization on fear. *Crime & Delinquency*, 33(1), 135-154.
- Skogan, W. G. (2008). Broken windows: Why—and how—we should take them seriously. *Criminology & Public Policy*, 7(2), 195-202.
- Tita, G. E., & Greenbaum, R. T. (2009). Crime, neighborhoods, and units of analysis: Putting space in its place. Em D. Weisburd, W. Bernasco, & G. J. Bruinsma (Eds.), *Putting crime in its place: Units of analysis in geographic criminology* (pp. 145-170). Springer.
- UN-HABITAT. (2007). A safe city is a just city. *Habitat Debate*, 13(3), 1-24.
- Weisburd, D., Bruinsma, G. J., & Bernasco, W. (2009). Units of analysis in geographic criminology: Historical development, critical issues, and open questions. Em D. Weisburd, W. Bernasco, & G. J. Bruinsma (Eds.), *Putting crime in its place: Units of analysis in geographic criminology* (pp. 3-31). Springer.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). The police and neighborhood safety: Broken windows. *Atlantic Monthly*, 127(2), 1-9.
- Wortley, R., & Mazerolle, L. (2008). Environmental criminology and crime analysis: situating the theory, analytic approach and application. Em R. Wortley, & L. Mazerolle (Eds.), *Environmental Criminology and Crime Analysis* (pp. 1-18). Willan Publishing.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zahm, D. (2007). Using crime prevention through environmental design in problem-solving. *U.S Department of Justice Office of Community Oriented Policing Services, Problem solving tools series*, 8. Retirado de <http://www.popcenter.org/tools/pdfs/cpted.pdf>
- Zedner, L. (2009). *Security*. Routledge.

ANEXOS

ANEXO 1 – DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO SEGUNDO A TEORIA DO ESPAÇO DEFENSÁVEL DE NEWMAN

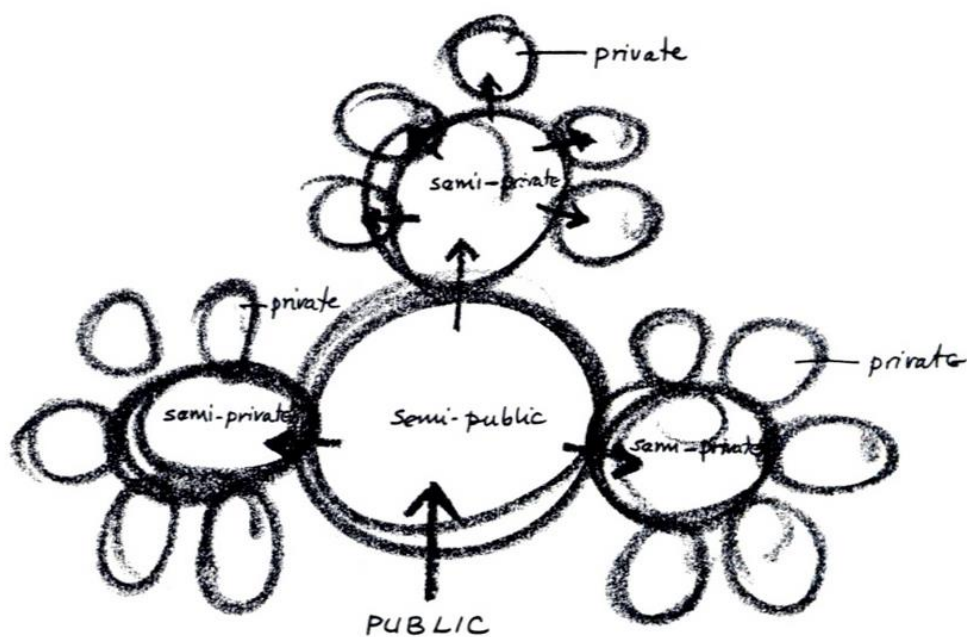


Figura 4 - Demarcação dos espaços segundo Newman

Fonte: <http://www.we-aggregate.org/piece/defensible-space-and-the-open-society>

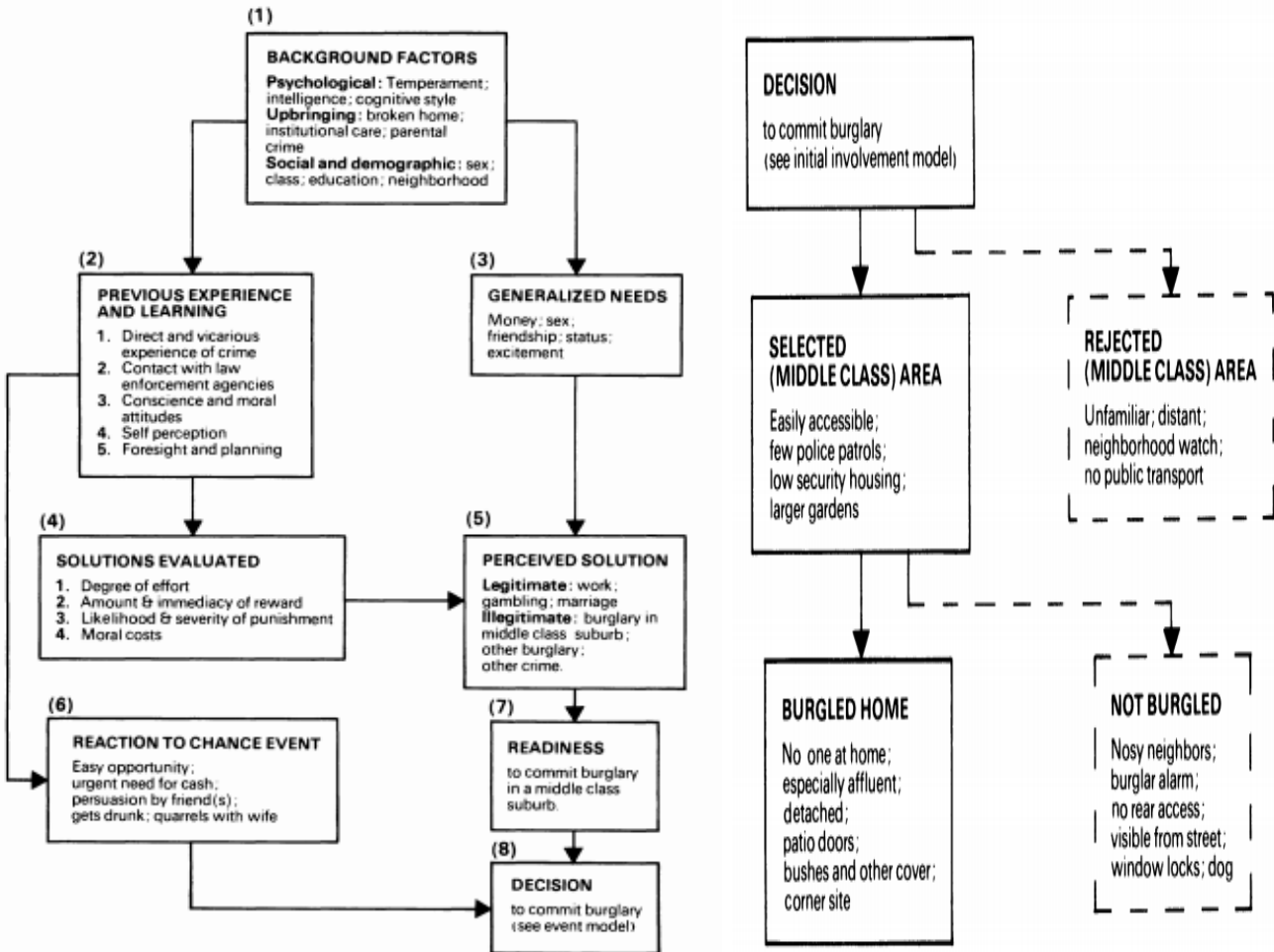
ANEXO 2 – PROCESSO SARA

Tabela 7 - Processo SARA aplicado ao CPTED

The SARA Process	Table 1: Problem-Solving with Crime Prevention Through Environmental Design
SCANNING	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identify, define and investigate an existing or emerging problem. 2. Identify the stakeholders who should be engaged in problem-solving. 3. Decide on the combination of meetings and activities that will be necessary for problem-solving and create a schedule for working through the process.
ANALYSIS	<ol style="list-style-type: none"> 4. Meet with stakeholders to clarify the problem and to define the goals and objectives for the process. 5. Collect and analyze data and information about the problem. 6. Evaluate any connections or relationships between the problem(s), and environmental conditions.
RESPONSE	<ol style="list-style-type: none"> 7. Establish the goals to be achieved through the implementation of crime prevention through environmental design or other strategies. 8. Identify alternative strategies for achieving the implementation goals. 9. Evaluate the social, political, legal, financial, or technological feasibility of implementing each strategy. 10. Select the most promising strategies, and create and adopt a plan for improvement that identifies specific strategies, defines financial and other resource requirements, assigns responsibility for implementation and oversight, outlines a schedule for plan implementation, and establishes indicators of success.[§] 11. Put the most promising and feasible measure(s) into place. A combination of immediate responses, short-term improvements, and long-term investment may be required.
ASSESSMENT	<ol style="list-style-type: none"> 12. Monitor progress relative to the indicators of success specified in step #10. 13. Decide if the process needs to be repeated due to lack of progress or the emergence of new problems.

Fonte: Zahm (2007, p.13)

ANEXO 3 – TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL



Processo de decisão antes de envolvimento em práticas criminais

Modelo de envolvimento inicial

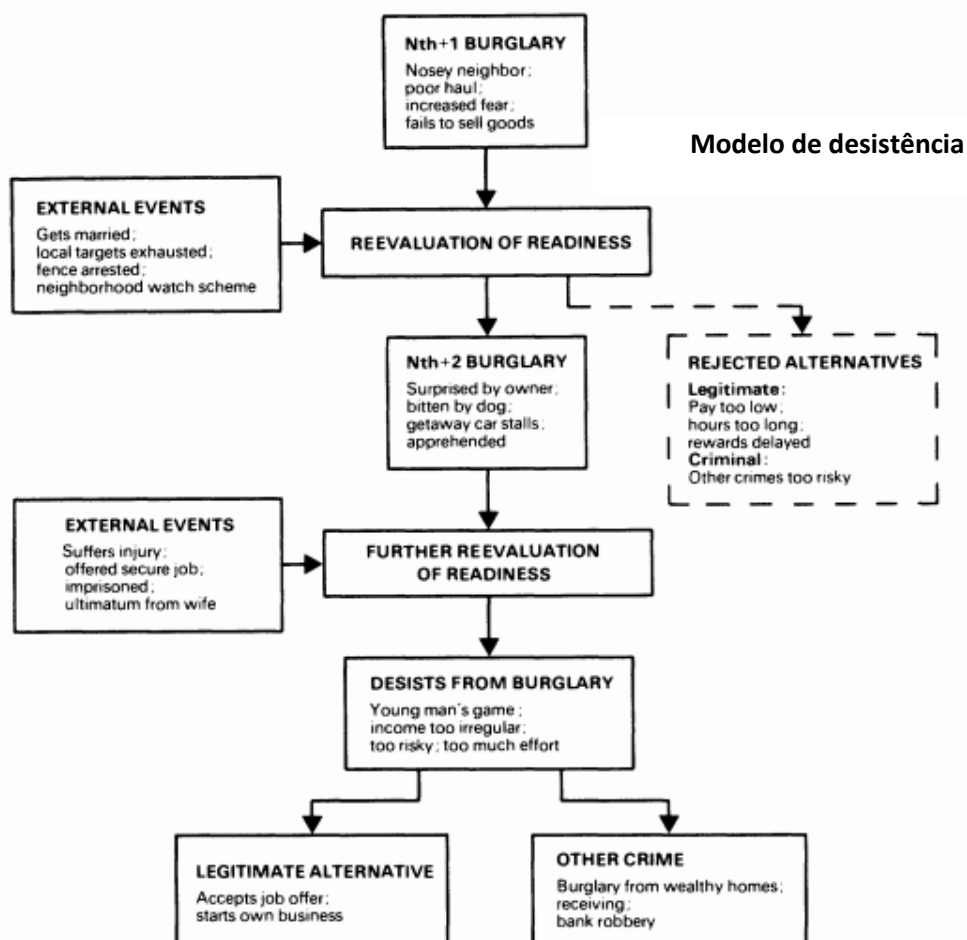
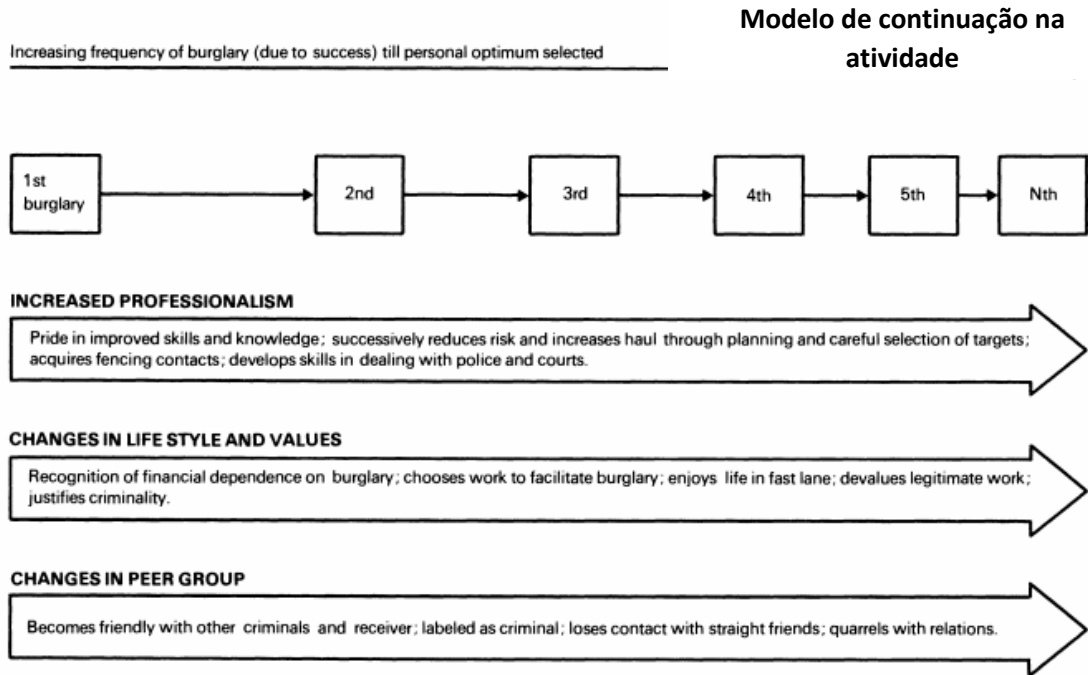


Figura 5 - Modelo exemplificativo da Teoria da Escolha Racional

Fonte: Clarke & Cornish (1985)

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO

Inquérito sobre segurança na zona urbana de Lisboa

(Agradecemos que em cada habitação responda apenas uma pessoa, e que essa pessoa tenha mais de 18 anos)

A. Sentimento de segurança e preocupações com a criminalidade

1. Como caracteriza do ponto de vista da segurança a sua área de residência?

(a sua área de residência é constituída pelo prédio onde habita, pela sua rua e pelas ruas adjacentes)

POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO

- a. Muito Segura
- b. Segura
- c. Insegura
- d. Nada Segura

2. Tem conhecimento de ocorrências criminais ou de comportamentos indesejáveis na sua área de residência nos últimos 12 meses?

(as ocorrências criminais podem ser furtos, roubos, agressões, assaltos a casas, assaltos a lojas, atos de vandalismo praticados contra o património das pessoas ou contra bens públicos, entre outros crimes)

(os comportamentos reprováveis podem ser barulhos à noite feitos por grupos de pessoas, paredes escritas, caixotes de lixo deitados ao chão, gente embriagada na rua, zaragatas, prostituição, música muito alta, canteiros pisados, entre outros).

POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO

SOBRE OS CRIMES

- a. Sim, têm acontecido crimes com muita frequência
Pode dar-nos alguns exemplos? _____
- b. Acontecem alguns crimes mas são raros
Pode dar-nos alguns exemplos? _____
- c. Não tenho conhecimento de crimes que tenham ocorrido nesta área de residência nos últimos 12 meses.

SOBRE OS COMPORTAMENTOS INDESEJÁVEIS

- d. Sim, ocorrem comportamentos indesejáveis com alguma frequência
Pode dar-nos alguns exemplos? _____

e. Acontecem alguns comportamentos indesejáveis mas são raros
Pode dar-nos alguns exemplos? _____

f. Não tenho conhecimento de comportamentos indesejáveis que tenham ocorrido nesta área de residência nos últimos 12 meses.

3. Com que frequência anda normalmente a pé, sozinho(a), à noite na sua área da sua residência? (considere uma distância de aproximadamente 10 minutos a pé)

a. Pelo menos 1 vez por semana

b. Pelo menos 1 vez de 15 em 15 dias

c. Pelo menos 1 vez por mês

SE RESPONDEU A UMA DESTAS ALÍNEAS A, B OU C, POR FAVOR PASSE PARA A PERGUNTA 5

d. Menos de 1 vez por mês

e. Nunca

4. Porque razão nunca anda a pé sozinho(a) à noite, na área da sua residência, ou anda menos de uma vez por mês?

(PODE INDICAR MAIS DE UM MOTIVO)

- a. Idade avançada
- b. Doença, invalidez ou deficiência
- c. Medo de sair sozinho(a)
- d. Medo de ser assaltado(a) ou agredido(a)
- e. Medo que lhe assaltem a casa
- f. Medo do escuro
- g. Não tem motivo para sair ou lugar onde ir
- h. Gosta de ficar em casa
- i. Não quer sair
- j. Só sai de automóvel
- k. Só sai a pé acompanhado(a)
- l. Responsabilidades familiares (ex: guarda de crianças)
- m. Outra razão. Indique qual: _____

5. Quando anda sozinho(a) à noite na sua área de residência, sente-se...

- a. Muito seguro(a)
- b. Seguro(a)
- c. Um pouco inseguro(a)
- d. Muito inseguro(a)

6. Nos últimos 12 meses, ao andar a pé sozinho(a) na área da sua residência, evitou utilizar certos trajetos ou zonas por recear ser vítima de crime?

- a. Sim, de todas as vezes que saio de casa
- b. Sim, algumas vezes quando saio de casa
- c. Muito raramente e só por um motivo especial que não se repetiu
- d. Nunca, ando por toda a área de residência sem qualquer receio

7. À noite, em sua casa, sente-se...

- a. Muito seguro(a)
- b. Seguro(a)

SE RESPONDEU A UMA DESTAS ALÍNEAS, POR FAVOR PASSE PARA A PERGUNTA 9

- c. Um pouco inseguro(a)
- d. Muito inseguro(a)

8. Porque razão se sente inseguro(a), à noite, em sua casa?

- a. Receio de assalto
- b. Receio de ser atacado(a) por estranhos
- c. Violência doméstica
- d. Outro tipo de crime e especifique qual
- e. Outra razão e especifique qual

9. Nos últimos 12 meses a hipótese de lhe assaltarem a casa e furtarem ou roubarem alguma coisa deixaram-no(a)...

- a. Muito preocupado(a)
- b. Preocupado(a)

SE RESPONDEU A UMA DAS ALÍNEAS SEGUINTE, POR FAVOR PASSE PARA A PARTE B DESTA QUESTIONÁRIO

- c. Pouco preocupado(a)
- d. Nada preocupado(a)

10. Essa preocupação aconteceu com que frequência?

- a. Durante a maior parte do tempo
- b. Durante algum tempo
- c. Raramente

SE VIVE ACOMPANHADO, POR FAVOR DIGA-NOS:

11. Essa preocupação também foi partilhada pelos outros membros do seu agregado doméstico (com quem vive)?

- a. Sim, por todos e por igual
- b. Mais por uns do que por outros e eu fui quem teve maior preocupação
- c. Mais por uns do que por outros mas eu fui quem teve menor preocupação
- d. Não sei porque não falamos sobre estes assuntos

B. Rastreio de situações de vitimação e historial

1. Nos últimos 5 anos (2011-2016), o(a) senhor(a) ou alguém do seu agregado familiar foi vítima de algum crime?

(pode incluir aqueles que possam ter ocorrido fora da área de residência; em caso negativo pode passar para a secção C)

- a. Sim, várias vezes
- b. Sim, mas apenas uma vez
- c. Não

1.1. De que tipo de crime é que o(a) Entrevistado(a) ou alguém do seu agregado familiar foi vítima?

(pode assinalar mais do que uma resposta e colocando o número de ocorrências)

- a. Furto ou roubo de automóvel, motociclo, ou outro meio de transporte
- b. Furto do interior de veículo
- c. Vandalismo e/ou outras danos de propriedade
- d. Assalto a residência (inclui-se tanto situações de roubo como de furto)
- e. Outros furtos e roubos
- f. Agressão
- g. Outro. Especifique

1.2. Onde ocorreu (ou ocorreram) esse(s) crime(s) e quantas vezes isso aconteceu? Indique para cada uma das situações o número de vezes que foi vítima de um crime

- a. Em sua própria casa
- b. Perto da sua casa (na sua área de residência)
- c. Longe de casa
- d. Não se recorda

1.3. Mais concretamente em que tipo de local? (*pode assinalar mais do que uma resposta*)

- a. Dentro de sua casa
- b. Em casa de terceiros
- c. Em área(s) comum(ns) de uma residência (pátio, patamar, escadas,...)
- d. Na escola ou no local de trabalho
- e. Num café, restaurante, bar ou discoteca
- f. Num hotel ou outro estabelecimento hoteleiro
- g. Num carro
- h. Em transportes públicos
- i. Num outro espaço coberto
- j. Numa rua, praça ou outro local público
- k. Num parque ou numa zona verde (de recreio)
- l. Num outro espaço aberto
- m. Não me lembro

1.4. Efetuou uma participação ou de algum outro modo a PSP, GNR ou PJ tomaram conhecimento?

- a. Sim b. Não c. Não sabe/Não se lembra

1.5. Em consequência do sucedido tomou alguma medida (ou algumas das pessoas que pertencem ao seu agregado) para tentar(em) evitar que a situação se repita? (*pode assinalar mais do que uma resposta*)

- a. Não, nenhuma
- b. Melhorias na segurança da casa (fechaduras, alarmes,...)
- c. Melhorias na segurança do(s) veículo(s)
- d. Evito estacionar o(s) veículo(s) em determinados locais
- e. Passei a trazer comigo dispositivos de segurança (alarmes, armas,...)

- f. Evito certos locais
- g. Passei a sair acompanhado(a)
- h. Quando saio já não trago comigo valores (objetos ou dinheiro)
- i. Guardo os valores de forma mais segura
- j. Mudei de residência
- k. Mudei de emprego
- l. Passei a evitar mais atento e confio menos nas pessoas
- m. Evito certas pessoas
- n. Reforcei o seguro
- o. Outro tipo. Qual?

1.6. Em consequência do incidente ou incidentes teve alguma das seguintes reações?
(pode assinalar mais do que uma resposta)

- a. Fúria, raiva, revolta
- b. Choque emocional
- c. Medo
- d. Vergonha
- e. Culpa
- f. Depressão
- g. Ansiedade ou ataques de pânico
- h. Perda de confiança ou sentimento de vulnerabilidade
- i. Insónias
- j. Dificuldades de concentração
- k. Irritabilidade
- l. Dificuldades nos relacionamentos sociais

C. Outros aspetos relacionados com a sua segurança

1. Com que frequência pensa na possibilidade de ser vítima de um crime e nas formas de o evitar?
- a. Frequentemente
 - b. De vez em quando
 - c. Raramente
 - d. Nunca

2. A sua casa encontra-se protegida por... *(pode assinalar mais do que uma resposta)*
- a. Alarme contra roubo, não ligado a uma empresa de segurança ou autoridade especial
 - b. Alarme contra roubo, ligado a uma empresa de segurança ou autoridade especial
 - c. Fechaduras anti-arrombamento
 - d. Uma corrente na porta
 - e. Óculo na porta de entrada
 - f. Videocâmara de vigilância
 - g. Porta especial ou grades nas janelas
 - h. Cão
 - i. Muro ou cercas
 - j. Outras formas de vigilância em conjunto com os vizinhos
 - k. Iluminação exterior ativada por sensores de movimento
 - l. Segurança privada (Vigilante, etc.) ou guarda noturno
 - m. Outro. Indique qual? _____
3. Para melhorar a sua segurança pessoal... *(pode assinalar mais do que uma resposta)*
- a. Traz consigo um spray ou um dispositivo de alarme
 - b. À noite leva consigo um objeto que possa ser utilizado como arma se necessário
 - c. Traz consigo um telemóvel para pedir ajuda
 - d. Nenhuma das opções anteriores

D. Caracterização da pessoa que respondeu ao questionário

1. Sexo
- a. Masculino
 - b. Feminino
2. Ano de nascimento: 19____
3. País em que nasceu? _____
4. Quantas pessoas constituem, atualmente o seu agregado familiar? _____
5. Qual é o nome da rua onde atualmente reside?
- _____
6. Presentemente, qual a categoria abaixo que descreve a sua situação profissional?

- a) Empregado(a)
 - b) Desempregado(a)
 - c) Aluno(a)/estudante/em formação ou estágio profissional não remunerado
 - d) Reformado(a)
 - e) Deficiente (situação permanente)
 - f) Trabalho a favor da comunidade (não remunerado)
 - g) Doméstico(a)
 - h) Outra situação
7. Pode indicar a sua profissão? _____
8. Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou?
- a) Ensino básico – 1º Ciclo (antiga 4ª classe)
 - b) Ensino básico – 2º Ciclo (antigo 2º ano do Ensino Preparatório)
 - c) Ensino básico – 3º Ciclo (antigo 5º ano dos Liceus)
 - d) Ensino Secundário (antigo 7º ano dos Liceus)
 - e) Ensino Superior – Bacharelato
 - f) Ensino Superior – Licenciatura
 - g) Ensino Superior - Mestrado
 - h) Ensino Superior – Doutoramento

Muito obrigado pela sua participação. Ela é muito importante para nós.

ANEXO 5 – MATRIZ DE OCORRÊNCIAS

NPP	ANO_NPP	NUIPC	DATA_OCRR	HORA_OCO RR	COMANDO	DIVISAO	ESQUADRA	NATURZA_ CRIME	TIPO_OCRR	SUBTIPO_OC	CLASSIF_EST	MODUS_OPE	MODUS_OPE	RANDII	CONCELHO	FREGUESIA	LOCALIDADE_ARRUAMENTOI
								CRIME	ÊNIA	ORRÊNCIA	ATISTICA	RANDI	RANDII				
truncado	2014	truncado	30/12/2015	12:00:00	CM LISBOA	CM LSB-1ª	CM LSB 1DV	Público	Crimes con	Crimes con	Furto em residência con	Introdução	Lisboa	Lisboa	São Cristóvão	Rua XXX	
truncado	2014	truncado	31/12/2015	22:03:00	CM LISBOA	CM LSB-1ª	CM LSB 1DV	Semi-públi	Crimes con	Crimes con	Furto por carteirista	Astúcia	Lisboa	Lisboa	Sacramento	Largo YYY	

ANEXO 6 – RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO



88

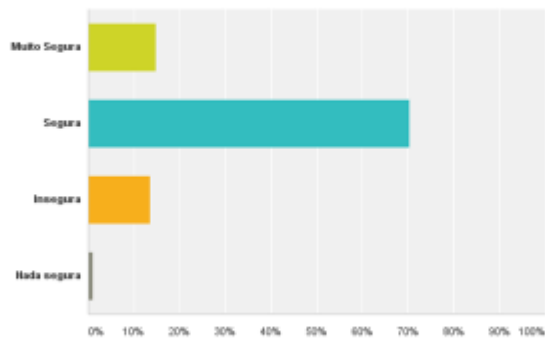
Total de respostas

Data da criação: domingo, 8 de janeiro de 2017

Respostas completas: 80

Powered by  SurveyMonkey

Q1: Como caracteriza do ponto de vista da segurança a sua área de residência? (a sua área de residência é constituída pelo prédio onde habita, pela sua rua e pelas ruas adjacentes)POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO



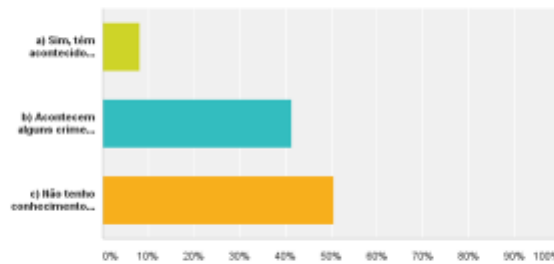
Powered by  SurveyMonkey

Q1: Como caracteriza do ponto de vista da segurança a sua área de residência? (a sua área de residência é constituída pelo prédio onde habita, pela sua rua e pelas ruas adjacentes)POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO

Opções de resposta	Respostas	
Muito Segura	14,77%	13
Segura	70,45%	62
Insegura	13,64%	12
Nada segura	1,14%	1
Total		88

Powered by SurveyMonkey

Q2: Tem conhecimento de ocorrências criminais na sua área de residência nos últimos 12 meses?(as ocorrências criminais podem ser furtos, roubos, agressões, assaltos a casas, assaltos a lojas, atos de vandalismo praticados contra o património das pessoas ou contra bens públicos, entre outros crimes)POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO



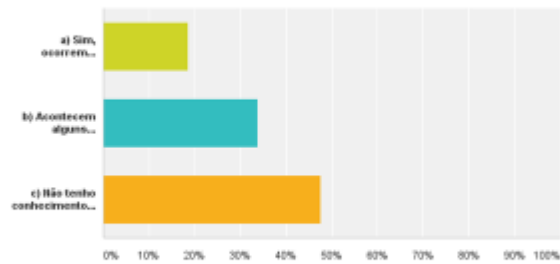
Powered by SurveyMonkey

Q2: Tem conhecimento de ocorrências criminais na sua área de residência nos últimos 12 meses?(as ocorrências criminais podem ser furtos, roubos, agressões, assaltos a casas, assaltos a lojas, atos de vandalismo praticados contra o património das pessoas ou contra bens públicos, entre outros crimes)POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO

Opções de resposta	Respostas	
a) Sim, têm acontecido crimes com muita frequência	8,05%	7
b) Acontecem alguns crimes mas são raros	41,38%	36
c) Não tenho conhecimento de crimes que tenham ocorrido nesta área de residência nos últimos 12 meses	50,57%	44
Total		87

Powered by SurveyMonkey

Q3: Tem conhecimento de comportamentos indesejáveis na sua área de residência nos últimos 12 meses?(os comportamentos reprováveis podem ser barulhos à noite feitos por grupos de pessoas, paredes escritas, caixotes de lixo deitados ao chão, gente embriagada na rua, zaragatas, prostituição, música muito alta, canteiros pisados, entre outros).POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO



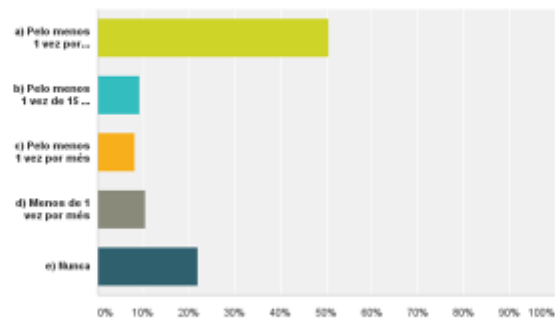
Powered by SurveyMonkey

Q3: Tem conhecimento de comportamentos indesejáveis na sua área de residência nos últimos 12 meses?(os comportamentos reprováveis podem ser barulhos à noite feitos por grupos de pessoas, paredes escritas, caixotes de lixo deitados ao chão, gente embriagada na rua, zaragatas, prostituição, música muito alta, canteiros pisados, entre outros).POR FAVOR ESCOLHA A HIPÓTESE QUE MELHOR CORRESPONDE À SUA OPINIÃO

Opções de resposta	Respostas
a) Sim, ocorrem comportamentos indesejáveis com alguma frequência	18,60% 16
b) Acontecem alguns comportamentos indesejáveis mas são raros	33,72% 29
c) Não tenho conhecimento de comportamentos indesejáveis que tenham ocorrido nos últimos 12 meses	47,67% 41
Total	86

Powered by SurveyMonkey

Q4: Com que frequência anda normalmente a pé, sozinho(a), à noite na sua área da sua residência? (considere uma distância de aproximadamente 10 minutos a pé)



Powered by SurveyMonkey

Q4: Com que frequência anda normalmente a pé, sozinho(a), à noite na sua área da sua residência? (considere uma distância de aproximadamente 10 minutos a pé)

Opções de resposta	Respostas	
a) Pelo menos 1 vez por semana	50,57%	44
b) Pelo menos 1 vez de 15 em 15 dias	9,20%	8
c) Pelo menos 1 vez por mês	8,65%	7
d) Menos de 1 vez por mês	10,34%	9
e) Nunca	21,84%	19
Total		87

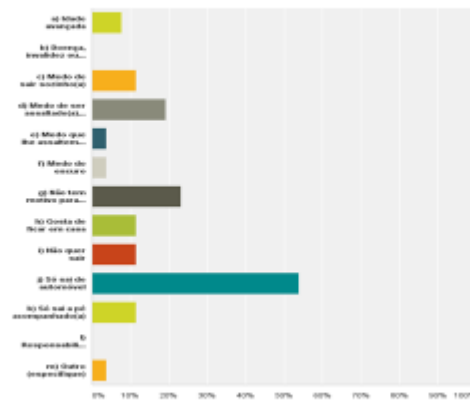
Powered by SurveyMonkey

Q5: Porque razão nunca anda a pé sozinho(a) à noite, na área da sua residência, ou anda menos de uma vez por mês? (Pode indicar mais do que um motivo)

Opções de resposta	Respostas	
a) Idade avançada	2,89%	2
b) Doença, invalidez ou deficiência	8,89%	0
c) Medo de sair sozinho(a)	11,54%	3
d) Medo de ser assaltado(a) ou agredido(a)	19,72%	5
e) Medo que lhe assalte a casa	3,85%	1
f) Medo do escuro	3,85%	1
g) Não tem motivo para sair ou lugar onde ir	23,08%	6
h) Gosta de ficar em casa	11,54%	3
i) Não quer sair	11,54%	3
j) Só sai de automóvel	53,85%	14
k) Só sai a pé acompanhado(a)	11,54%	3
l) Responsabilidades familiares (ex: guarda de crianças)	8,89%	0
m) Outro (especifique)	3,85%	1
Total de respondentes: 36		

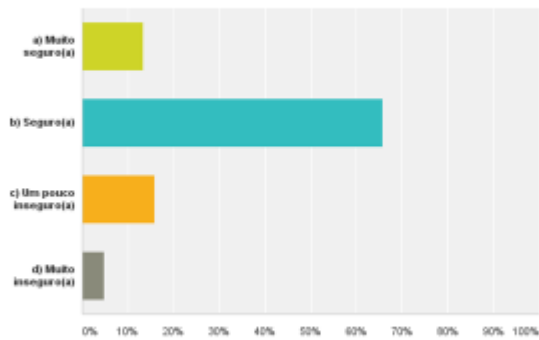
Powered by SurveyMonkey

Q5: Porque razão nunca anda a pé sozinho(a) à noite, na área da sua residência, ou anda menos de uma vez por mês? (Pode indicar mais do que um motivo)



Powered by SurveyMonkey

Q6: Quando anda sozinho(a) à noite na sua área de residência, sente-se...



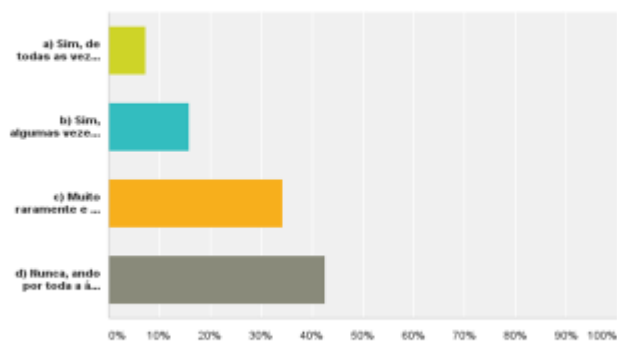
Powered by SurveyMonkey

Q6: Quando anda sozinho(a) à noite na sua área de residência, sente-se...

Opções de resposta	Respostas
a) Muito seguro(a)	13,41% 11
b) Seguro(a)	65,85% 54
c) Um pouco inseguro(a)	15,85% 13
d) Muito inseguro(a)	4,88% 4
Total	82

Powered by SurveyMonkey

Q7: Nos últimos 12 meses, ao andar a pé sozinho(a) na área da sua residência, evitou utilizar certos trajetos ou zonas por recear ser vítima de crime?



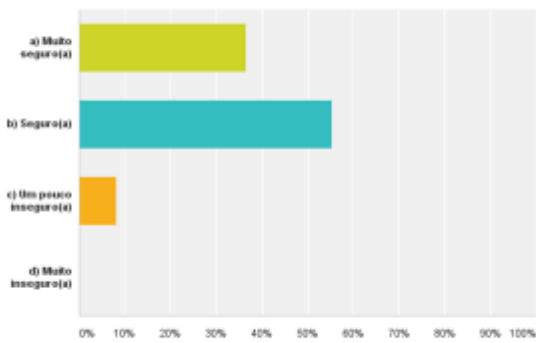
Powered by SurveyMonkey

Q7: Nos últimos 12 meses, ao andar a pé sozinho(a) na área da sua residência, evitou utilizar certos trajetos ou zonas por recear ser vítima de crime?

Opções de resposta	Respostas	
a) Sim, de todas as vezes que saio de casa	7,32%	6
b) Sim, algumas vezes quando saio de casa	15,85%	13
c) Muito raramente e só por um motivo especial que não se repetiu	34,15%	28
d) Nunca, ando por toda a área de residência sem qualquer receio	42,68%	35
Total		82

Powered by  SurveyMonkey

Q8: À noite, em sua casa, sente-se...



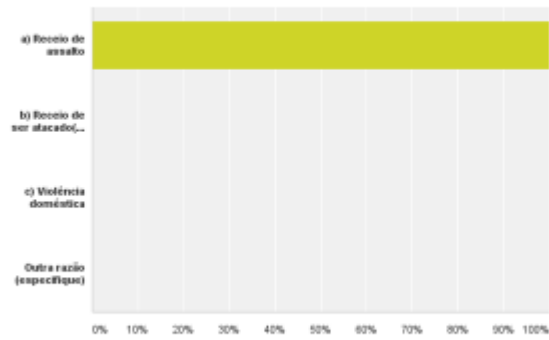
Powered by  SurveyMonkey

Q8: À noite, em sua casa, sente-se...

Opções de resposta	Respostas	
a) Muito seguro(a)	36,47%	31
b) Seguro(a)	55,29%	47
c) Um pouco inseguro(a)	8,24%	7
d) Muito inseguro(a)	0,00%	0
Total		85

Powered by  SurveyMonkey

Q9: Porque razão se sente inseguro(a), à noite, em sua casa?



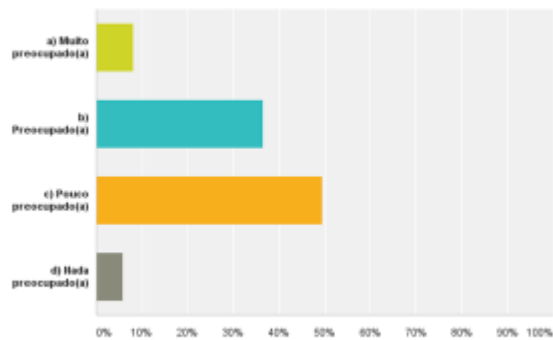
Powered by SurveyMonkey

Q9: Porque razão se sente inseguro(a), à noite, em sua casa?

Opções de resposta	Respostas	Porcentagem	Contagem
a) Receio de assalto	100,00%		7
b) Receio de ser atacado(a) por estranhos	0,00%		0
c) Violência doméstica	0,00%		0
Outra razão (especifique)	0,00%		0
Total			7

Powered by SurveyMonkey

Q10: Nos últimos 12 meses a hipótese de lhe assaltarem a casa e furtarem ou roubarem alguma coisa deixaram-no(a)...



Powered by SurveyMonkey

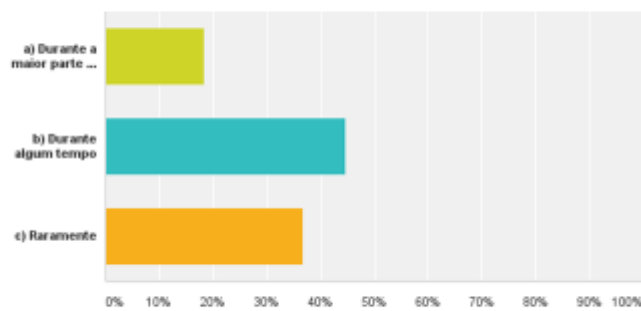
Q10: Nos últimos 12 meses a hipótese de lhe assaltarem a casa e furtarem ou roubarem alguma coisa deixaram-no(a)...

Respondidas: 85 Ignoradas: 3

Opções de resposta	Respostas
a) Muito preocupado(a)	8,24% 7
b) Preocupado(a)	36,47% 31
c) Pouco preocupado(a)	48,41% 42
d) Nada preocupado(a)	5,88% 5
Total	85

Powered by SurveyMonkey

Q11: Essa preocupação aconteceu com que frequência?



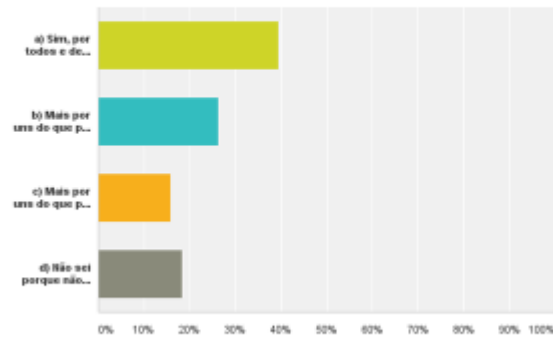
Powered by SurveyMonkey

Q11: Essa preocupação aconteceu com que frequência?

Opções de resposta	Respostas
a) Durante a maior parte do tempo	18,42% 7
b) Durante algum tempo	44,74% 17
c) Raramente	36,84% 14
Total	38

Powered by SurveyMonkey

Q12: Essa preocupação também foi partilhada pelos outros membros do seu agregado doméstico (com quem vive)?



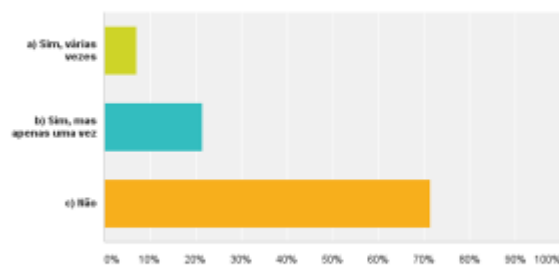
Powered by SurveyMonkey

Q12: Essa preocupação também foi partilhada pelos outros membros do seu agregado doméstico (com quem vive)?

Opções de resposta	Respostas
a) Sim, por todos e de igual modo	39,47% 15
b) Mais por uns do que por outros e eu fui quem teve maior preocupação	26,32% 10
c) Mais por uns do que por outros mas eu fui quem teve menor preocupação	15,79% 6
d) Não sei porque não falamos sobre estes assuntos	18,42% 7
Total	38

Powered by SurveyMonkey

Q13: Nos últimos 5 anos (2011-2016), o(a) senhor(a) ou alguém do seu agregado familiar foi vítima de algum crime?(pode incluir aqueles que possam ter ocorrido fora da área de residência)



Powered by SurveyMonkey

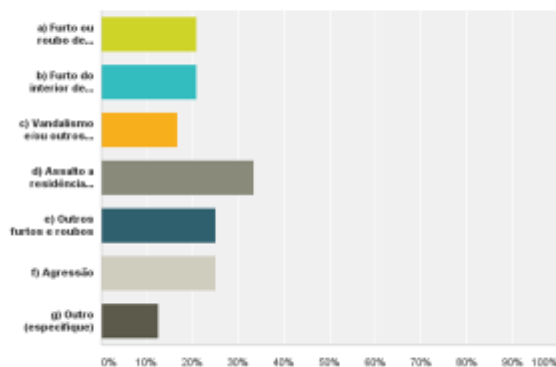
Q13: Nos últimos 5 anos (2011-2016), o(a) senhor(a) ou alguém do seu agregado familiar foi vítima de algum crime?(pode incluir aqueles que possam ter ocorrido fora da área de residência)

Respondidas: 84 Ignoradas: 4

Opções de resposta	Respostas
a) Sim, várias vezes	7,14% 6
b) Sim, mas apenas uma vez	21,43% 18
c) Não	71,43% 60
Total	84

Powered by SurveyMonkey

Q14: De que tipo de crime é que o(a) Entrevistado(a) ou alguém do seu agregado familiar foi vítima?(pode assinalar mais do que uma resposta)



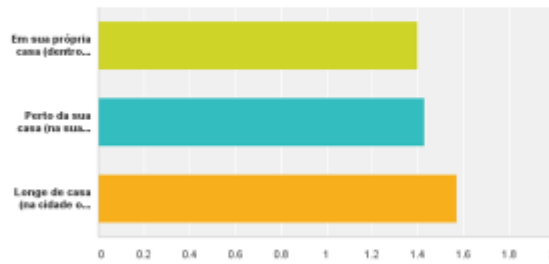
Powered by SurveyMonkey

Q14: De que tipo de crime é que o(a) Entrevistado(a) ou alguém do seu agregado familiar foi vítima?(pode assinalar mais do que uma resposta)

Opções de resposta	Respostas
a) Furto ou roubo de automóvel, motociclo, ou outro meio de transporte	20,83% 5
b) Furto do interior de veículo	20,83% 5
c) Vandalismo e/ou outros danos de propriedade	16,67% 4
d) Assalto a residência (incluem-se tanto situações de roubo como de furto)	33,33% 8
e) Outros furtos e roubos	25,00% 6
f) Agressão	25,00% 6
g) Outro (especifique)	12,50% 3
Total de respondentes: 24	

Powered by SurveyMonkey

Q15: Onde ocorreu (ou ocorreram) esses crimes e quantas vezes isso aconteceu? Indique para cada uma das situações o número de vezes que foi vítima de um crime



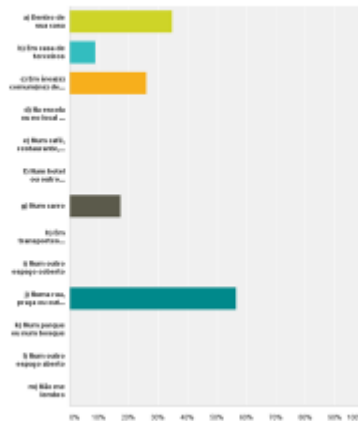
Powered by SurveyMonkey

Q15: Onde ocorreu (ou ocorreram) esses crimes e quantas vezes isso aconteceu? Indique para cada uma das situações o número de vezes que foi vítima de um crime

Opções de resposta	Número médio	Número total	Respostas
Em sua própria casa (dentro do edifício, nas escadas ou mesmo dentro de casa)	1	14	10
Perto da sua casa (na sua área de residência)	1	20	14
Longe de casa (na cidade ou eventualmente fora da cidade)	2	11	7
Total de respondentes: 22			

Powered by SurveyMonkey

Q16: Mais concretamente em que tipo de local?(pode assinalar mais do que uma resposta)

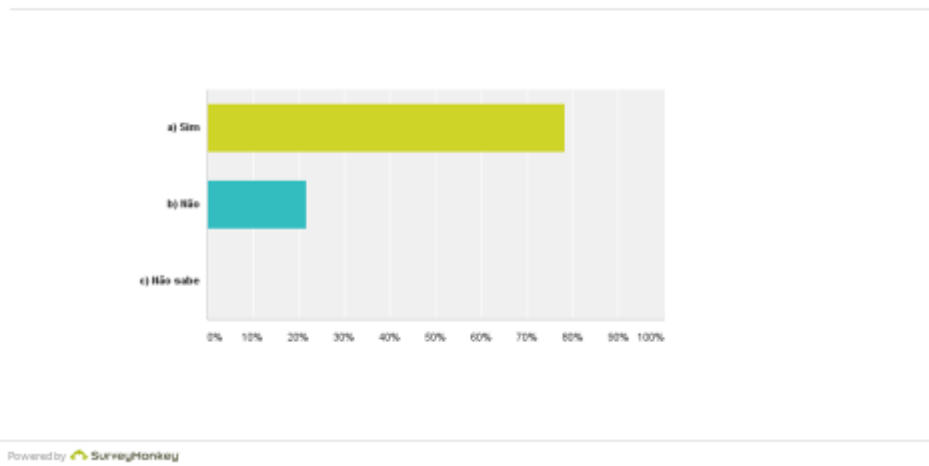


Powered by SurveyMonkey

Q16: Mais concretamente em que tipo de local?(pode assinalar mais do que uma resposta)

Opções de resposta	Respostas
a) Dentro de sua casa	34,78% 0
b) Em casa de terceiros	0,00% 2
c) Em área(s) comum(ns) de uma residência (pátio, garagem, escadas...)	26,09% 6
d) Na escola ou no local de trabalho	0,00% 0
e) Num café, restaurante, bar ou discoteca	0,00% 0
f) Num hotel ou outro estabelecimento hoteleiro	0,00% 0
g) Num carro	17,39% 4
h) Em transportes públicos	0,00% 0
i) Num outro espaço coberto	0,00% 0
j) Num rua, praça ou outro local público	56,52% 13
k) Num parque ou num bosque	0,00% 0
l) Num outro espaço aberto	0,00% 0
m) Não me lembro	0,00% 0
Total de respondentes: 23	

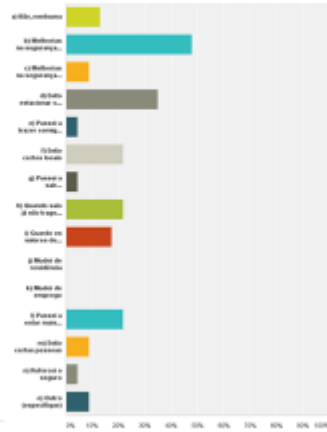
Q17: Efetuou uma participação ou de algum outro modo a PSP, GNR ou PJ tomaram conhecimento?



Q17: Efetuou uma participação ou de algum outro modo a PSP, GNR ou PJ tomaram conhecimento?

Opções de resposta	Respostas
a) Sim	78,26% 18
b) Não	21,74% 5
c) Não sabe	0,00% 0
Total	23

Q18: Em consequência do sucedido tomou alguma medida (ou algumas das pessoas que pertencem ao seu agregado) para tentar(em) evitar que a situação se repita?(pode assinalar mais do que uma resposta)



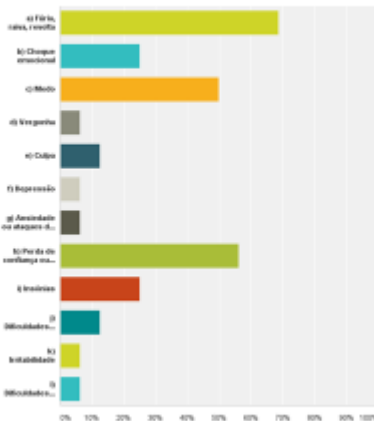
Powered by SurveyMonkey

Q18: Em consequência do sucedido tomou alguma medida (ou algumas das pessoas que pertencem ao seu agregado) para tentar(em) evitar que a situação se repita?(pode assinalar mais do que uma resposta)

Opções de resposta	Porcentagem	Respostas
a) Não, nenhuma	11,8%	3
b) Melhorias na segurança de casa (locksmiths, alarmes, ...)	47,8%	11
c) Melhorias na segurança do(s) veículo(s)	8,1%	2
d) Evito estacionar o(s) veículo(s) em determinadas zonas	21,2%	5
e) Passei a trazer comigo dispositivo de segurança (alarmes, armas, ...)	4,3%	1
f) Evito certas zonas	21,2%	5
g) Passei a sair acompanhado	4,3%	1
h) Quando saio já não trago comigo valores (objetos ou dinheiro)	21,2%	5
i) Quando os valores de fora não saio	11,8%	3
j) Mudei de residência	6,9%	0
k) Mudei de empresa	6,9%	0
l) Passei a estar mais alerta e curio menos nos processos	21,2%	5
m) Evito certas pessoas	8,1%	2
n) Melhorar o seguro	4,3%	1
o) Outro (especificar)	8,1%	2
Total de respondentes: 23		

Powered by SurveyMonkey

Q19: Em consequência do incidente ou incidentes teve alguma das seguintes reações? (pode indicar mais do que uma resposta)



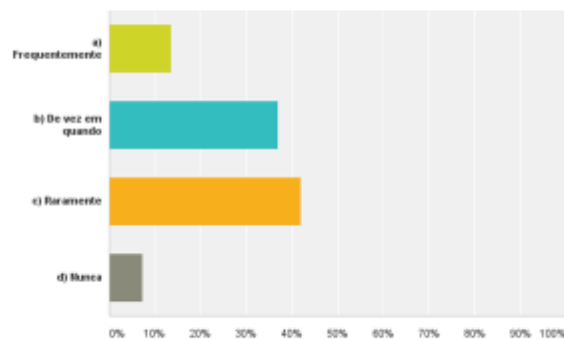
Powered by SurveyMonkey

Q19: Em consequência do incidente ou incidentes teve alguma das seguintes reações? (pode indicar mais do que uma resposta)

Opções de resposta	Respostas
a) Fúria, raiva, revolta	68,75% 11
b) Choque emocional	25,89% 4
c) Medo	58,89% 8
d) Vergonha	6,25% 1
e) Culpa	12,59% 2
f) Depressão	6,25% 1
g) Ansiedade ou ataques de pânico	6,25% 1
h) Perda de confiança ou sentimento de vulnerabilidade	18,25% 3
i) Insónias	25,89% 4
j) Dificuldades de concentração	12,59% 2
k) Instabilidade	6,25% 1
l) Dificuldades nos relacionamentos sociais	6,25% 1
Total de respondentes: 16	

Powered by  SurveyMonkey

Q20: Com que frequência pensa na possibilidade de ser vítima de um crime e nas formas de o evitar?



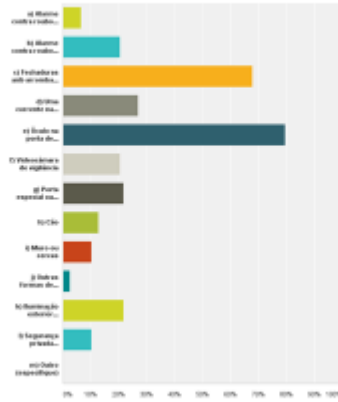
Powered by  SurveyMonkey

Q20: Com que frequência pensa na possibilidade de ser vítima de um crime e nas formas de o evitar?

Opções de resposta	Respostas
a) Frequentemente	13,58% 11
b) De vez em quando	37,04% 30
c) Raramente	41,38% 34
d) Nunca	7,41% 6
Total	81

Powered by  SurveyMonkey

Q21: A sua casa encontra-se protegida por... (pode assinalar mais do que uma resposta)



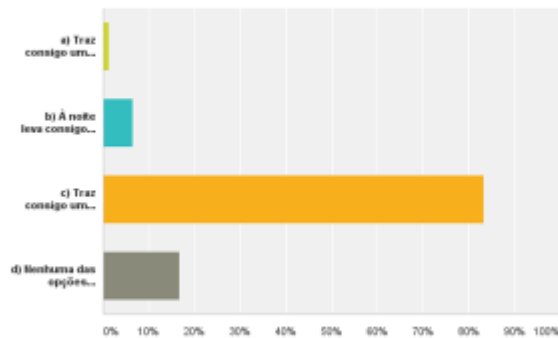
Powered by SurveyMonkey

Q21: A sua casa encontra-se protegida por... (pode assinalar mais do que uma resposta)

Opções de resposta	Respostas
a) Alarme contra roubo, não ligado a uma empresa de segurança ou autoridade especial	6,41% 5
b) Alarme contra roubo, ligado a uma empresa de segurança ou autoridade especial	26,51% 16
c) Fechaduras anti-intrusão	47,90% 53
d) Linha corrente na porta	26,92% 21
e) Óculo na porta de entrada	79,49% 62
f) Videocâmara de vigilância	26,51% 16
g) Porta especial ou grades nos janelas	21,79% 17
h) Cão	12,82% 10
i) Muro ou cercas	16,26% 8
j) Outras formas de vigilância em conjunto com os vizinhos	2,56% 2
k) Iluminação exterior ativada por sensores de movimento	21,79% 17
l) Segurança privada (vigilante, etc.) ou guarda noturno	16,26% 8
m) Outro (especificar)	0,89% 0
Total de respondentes: 78	

Powered by SurveyMonkey

Q22: Para melhorar a sua segurança pessoal... (pode assinalar mais de que uma resposta)



Powered by SurveyMonkey

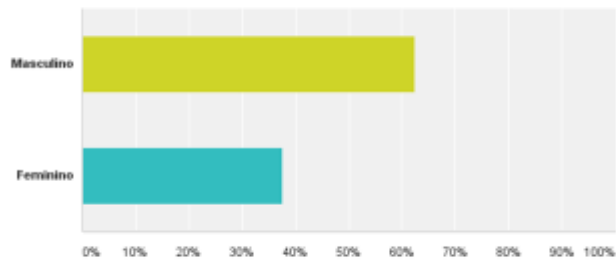
Q22: Para melhorar a sua segurança pessoal... (pode assinalar mais de que uma resposta)

Respondidas: 78 Ignoradas: 10

Opções de resposta	Respostas
a) Traz consigo um spray ou um dispositivo de alarme	1,28% 1
b) À noite leva consigo um objeto que possa ser utilizado como arma se necessário	6,41% 5
c) Traz consigo um telemóvel para pedir ajuda	83,33% 65
d) Nenhuma das opções anteriores	16,67% 13
Total de respondentes: 78	

Powered by  SurveyMonkey

Q23: Sexo



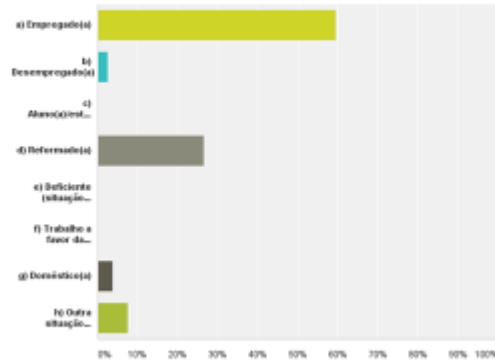
Powered by  SurveyMonkey

Q23: Sexo

Opções de resposta	Respostas
Masculino	62,50% 50
Feminino	37,50% 30
Total	80

Powered by  SurveyMonkey

Q27: Presentemente, qual a categoria abaixo indicada corresponde à sua condição perante o trabalho?



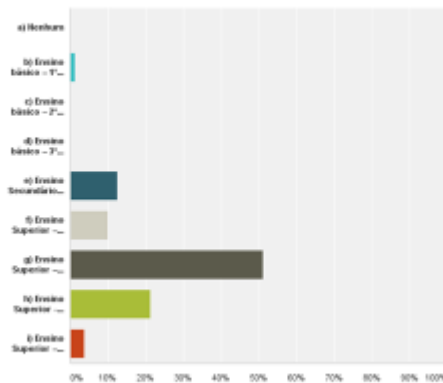
Powered by SurveyMonkey

Q27: Presentemente, qual a categoria abaixo indicada corresponde à sua condição perante o trabalho?

Opções de resposta	Respostas
a) Empregado(a)	59,49% 47
b) Desempregado(a)	2,53% 2
c) Aluno(a)/estudante/em formação ou estágio profissional não remunerado	0,00% 0
d) Reformado(a)	26,58% 21
e) Deficiente (situação permanente)	0,00% 0
f) Trabalho a favor da comunidade (não remunerado)	0,00% 0
g) Deserdado(a)	3,89% 3
h) Outra situação (especifique)	7,59% 6
Total	79

Powered by SurveyMonkey

Q29: Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou?



Powered by SurveyMonkey

Q29: Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou?

Opções de resposta	Respostas
a) Nenhum	0,00% 0
b) Ensino básico – 1º Ciclo (antiga 4ª classe)	1,25% 1
c) Ensino básico – 2º Ciclo (antiga 2ª ano de Ensino Preparatório)	0,00% 0
d) Ensino básico – 3º Ciclo (antiga 5ª ano dos Liceus)	0,00% 0
e) Ensino Secundário (antiga 7ª ano dos Liceus)	12,50% 10
f) Ensino Superior – Bacharelato	10,00% 8
g) Ensino Superior – Licenciatura	51,25% 41
h) Ensino Superior – Mestrado	21,25% 17
i) Ensino Superior – Doutoramento	3,75% 3
Total	80

Powered by  SurveyMonkey

ANEXO 7 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS CONDOMÍNIOS

Tabela 8 - Análise dos resultados do 'Sacadura Cabral'

Questão	Designação	As grandes tendências	
A.	1	Segurança na área de residência	60% dos respondentes considera a sua área de residência segura
	2	Ocorrências criminais praticadas na área de residência	80% dos respondentes tem conhecimento acerca da ocorrência de crimes na sua área de residência nos últimos 12 meses
	3	Comportamentos indesejáveis praticados na área de residência	80% tem conhecimento da prática de incivildades na sua área de residência
	4	Frequência com que anda a pé na área da residência	A maioria dos respondentes (80%) admite andar a pé pelo menos uma vez de 15 em 15 dias na área de residência
	5	Razões apontadas para quem nunca ou anda menos de 1 vez por mês, a pé, na área de residência	Gosta de ficar em casa
	6	Sentimento de segurança quando anda sozinho à noite na área de residência	A grande maioria (80%) sente-se seguro à noite na sua área de residência
	7	Inutilização de certos trajetos por receio de ser vítima de crime	Uma razoável percentagem (40%) dos respondentes admite, algumas vezes, ter evitado certos trajetos ou zonas por recear ser vítima de crime.
	8	Sentimento de segurança, à noite, na sua residência	60% revela sentir-se um pouco inseguro à noite em sua casa
	9	Razões apontadas para o sentimento de insegurança, à noite, na sua residência	O receio de assalto assume-me como a razão apontada para a insegurança revelada à noite nas suas residências
	10	Preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência	A maioria dos respondentes (60%) equaciona a eventual hipótese de furtarem ou roubarem algo da sua residência
	11	Frequência com que a preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência aconteceu	Essa preocupação manifestou-se durante a maior parte do tempo
	12	Partilha da preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência com os restantes membros do agregado familiar	66,67% partilhou essa preocupação por todos e de igual modo; 33,33%, admite que essa preocupação se fez sentir mais nuns do que outros, tendo o sido o inquirido o que teve maior preocupação

B.	13	Historial de vitimização	40% foi a taxa de vitimização (prevalência) apurada neste inquérito (para um período de 5 anos)
	14	Tipo de crimes de que foi vítima	66,67% assalto a residência 33,33% outros furtos e roubos
	15	Local	Maioria ocorre em zonas perto de casa e áreas comuns da mesma e nas zonas de proximidade
	16	Local, mais específico	66,67% dentro de casa 33,33% rua, praça ou outro local público
	17	Conhecimento às FSS	A taxa de revelação (conhecimento às entidades competentes) apurada neste inquérito foi 100%
	18	Medidas de proteção	Verifica-se um equilíbrio entre a adoção de medidas de proteção pessoais e na residência
	19	Consequências da vitimação	A fúria/raiva/revolta, o medo e a perda de confiança e o sentimento de vulnerabilidade foram as consequências mais evidenciadas
C.	20	Possibilidade de ser uma eventual vítima de um crime	60% pensa nesta possibilidade, pelo menos, de vez em quando
	21	Medidas de segurança na residência	50% fechaduras anti-arrombamento 30% óculo na porta de entrada
	22	Segurança pessoal	Todos equacionam o telemóvel como meio de segurança pessoal
D.	23	Sexo	60% do sexo feminino e os restantes 62,50% do sexo masculino
	24	Idade	<26 anos, 0% 27-46, 60% 47-67, 20% 68-87, 20% +88, 0%
	25	País onde nasceu	100%, Portugal
	26	Composição do agregado familiar	60% composto por 2 pessoas 40% composto 3 pessoas
	27	Condição profissional	60% empregado(a) 40% reformado(a)
	28.	Profissão	Pertencentes a quadros técnicos superiores e intermédios
	29	Nível de escolaridade	100%, licenciatura

Tabela 9 - Análise dos resultados do 'Arco do Carvalhão'

Questão	Designação	As grandes tendências	
A.	1	Segurança na área de residência	71,43% dos respondentes considera a sua área de residência segura
	2	Ocorrências criminais praticadas na área de residência	Pouco mais de metade dos respondentes (57,14%) não tem qualquer conhecimento acerca da ocorrência de crimes na sua área de residência nos últimos 12 meses
	3	Comportamentos indesejáveis praticados na área de residência	(57,14%) não tem conhecimento da prática de incivildades na sua área de residência
	4	Frequência com que anda a pé na área da residência	A maioria dos respondentes (71,43%) admite andar a pé pelo menos uma vez por semana na área de residência
	5	Razões apontadas para quem nunca ou anda menos de 1 vez por mês, a pé, na área de residência	-
	6	Sentimento de segurança quando anda sozinho à noite na área de residência	Este sentimento encontra-se algo repartido sendo que 57,15% sente-se, no mínimo, seguro à noite quando sozinho na área de residência, enquanto 42,85% admite sentir-se, pelo menos, um pouco inseguro à noite na sua área de residência
	7	Inutilização de certos trajetos por receio de ser vítima de crime	Uma razoável percentagem (42,86%) dos respondentes admite ter evitado certos trajetos ou zonas por recear ser vítima de crime.
	8	Sentimento de segurança, à noite, na sua residência	Nenhum dos respondentes revela insegurança à noite, na sua residência
	9	Razões apontadas para o sentimento de insegurança, à noite, na sua residência	-
	10	Preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência	A maioria dos respondentes (57,14%) não equaciona a eventual hipótese de furtarem ou roubarem algo da sua residência, porém, uma taxa significativa (42,86%) admite ter revelado alguma preocupação
	11	Frequência com que a preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência aconteceu	Metade dos respondentes (50%) manifestou essa preocupação durante algum tempo e com a outra metade essa frequência aconteceu raramente
	12	Partilha da preocupação com eventuais situações de roubo ou furto na sua residência	50% partilhou essa preocupação por todos e de igual modo; 25%, admite que essa preocupação se fez sentir mais nuns do que outros, tendo o

		com os restantes membros do agregado familiar	sido o inquirido o que teve maior preocupação; 25% não fala desses assuntos
B.	13	Historial de vitimização	14,29% foi a taxa de vitimização (prevalência) apurada neste inquérito (para um período de 5 anos)
	14	Tipo de crimes de que foi vítima	50% outros furtos e roubos 50% agressões
	15	Local	Totalidade em zonas perto da área da residência
	16	Local, mais específico	100% rua, praça ou outro local público
	17	Conhecimento às FSS	A taxa de revelação (conhecimento às entidades competentes) apurada neste inquérito foi 100%
	18	Medidas de proteção	Verifica-se unicamente a adoção de medidas orientadas para a proteção pessoal
	19	Consequências da vitimação	Não houve predominância de nenhuma das reações elencadas, tendo a fúria/raiva/revolta, choque emocional, medo, insónias e dificuldades de concentração se expressado equitativamente (20% cada)
C.	20	Possibilidade de ser uma eventual vítima de um crime	42,86% pensa nesta possibilidade, pelo menos, de vez em quando, pelo menos, de vez em quando 57,14% muito raramente pensa nessa possibilidade
	21	Medidas de segurança na residência	23,81% óculo na porta de entrada 28,57% fechaduras anti-arrombamento 23,81% corrente na porta 14,29% videocâmara de vigilância
	22	Segurança pessoal	75% equaciona o telemóvel como meio de segurança pessoal
D.	23	Sexo	71,43% do sexo masculino e os restantes 28,57% do sexo feminino
	24.	Idade	<26 anos, 14,29% 27-46, 28,57% 47-67, 14,29% 68-87, 42,85%
	25.	País onde nasceu	100%, Portugal
	26.	Composição do agregado familiar	42,86 composto por 1 pessoa 28,57% composto 3 pessoas 28,57% composto por 2 pessoas
	27	Condição profissional	42,86% empregado(a) 42,86% reformado(a) 14,29% outro

	28.	Profissão	Pertencentes a quadros técnicos superiores e intermédios
	29	Nível de escolaridade	57,14%, licenciatura 28,57%, mestrado 14,29%, bacharelato

ANEXO 8 – TABELA DE CODIFICAÇÃO⁴⁵

Tipo de ocorrência	Subtipo de Ocorrência	Código	Classificação estatística
Pessoas	Contra a liberdade pessoal	PLP1	Ameaça e coação
	Crimes contra a honra	PH1	Difamação, calúnia e injúria
	Crimes contra a reserva da vida privada	PVP1	Violação de domicílio e introdução em lugar vedado ao público
	Integridade física	PIF1	Ofensas à integridade física voluntária simples
		PIF2	Outros crimes de violência doméstica
		PIF3	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos
Património	Contra o património geral	PATG1	Burla informática e nas comunicações
		PATG2	Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços
		PATG3	Outras burlas
	Contra a Propriedade	PATP1	Furto de metais não preciosos
		PATP2	Furto de oportunidade/objectos não guardados
		PATP3	Furto de veículo motorizado
		PATP4	Furto em área anexa a residência

⁴⁵ Para a explicação e devida tipificação de cada um dos crimes aqui presentes consultar DGPJ (2016)

		PATP5	Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
		PATP6	Furto em outros edifícios com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
		PATP7	Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
		PATP8	Furto em supermercado
		PATP9	Furto em veículo motorizado
		PATP10	Furto por carteirista
		PATP11	Outro dano
		PATP12	Outros crimes contra a propriedade
		PATP13	Outros furtos
		PATP14	Roubo a pessoas na via pública (excepto esticção)
		PATP15	Roubo por esticção
		PATP16	Abuso de confiança

		PATP17	Furto em estabelecimento de ensino com arrombamento, escalamento ou chaves falsas
		PATP18	Furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas
Vida em Sociedade	Falsificação	VSF1	Contrafacção ou falsificação de moeda e passagem de moeda falsa
		VSF2	Contrafacção ou falsificação de títulos de crédito ou valores selados e sua passagem
	Contra a segurança das comunicações	VSSC1	Condução de veículo com taxa de alcoolémia igual ou superior a 1,2 gr/l
Estado	Contra a autoridade pública	ESTAP 1	Desobediência
Legislação avulsa	Condução sem habilitação legal	LACSH L1	Condução sem habilitação legal
	Estupefaciente	LAEST 1	Outros crimes respeitantes a estupefacientes
		LAEST 2	Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)
	Outros crimes	LAOC1	Outros crimes previstos em legislação avulsa

ANEXO 9 – CRIMINALIDADE OCORRIDA NAS UV'S

Tabela 10 - UV 'Arco do Carvalhão'

Código		Frequency N	Valid Percent %	Cumulative Percent
Valid	Total	2513,0		
	PATP9	219	8,7	8,7
	PATP5	207	8,2	17,0
	PIF1	189	7,5	24,5
	PATP8	184	7,3	31,8
	PATP10	156	6,2	38,0
	VSSC1	150	6,0	44,0
	PATP11	132	5,3	49,2
	PLP1	118	4,7	53,9
	LAEST2	108	4,3	58,2
	PATP2	107	4,3	62,5
	PIF3	76	3,0	65,5
	PATP7	75	3,0	68,5
	PATP3	69	2,7	71,2
	LAEST1	67	2,7	73,9
	LACSHL1	61	2,4	76,3
	PATG3	61	2,4	78,8
	PATP14	47	1,9	80,6
	PATG1	46	1,8	82,5
	PATP12	44	1,8	84,2
	PH1	37	1,5	85,7
	PATP15	31	1,2	86,9
	PATP18	23	,9	87,8
	PATP13	22	,9	88,7
	LAOC1	21	,8	89,5
	PATP1	18	,7	90,3
	ESTAP1	17	,7	90,9
	PATP4	17	,7	91,6
	PVP1	17	,7	92,3
	PATG2	14	,6	92,8
	PIF2	14	,6	93,4
	VSF1	12	,5	93,9
	VSF2	8	,3	94,2
	PATP16	7	,3	94,5
	PATP6	6	,2	94,7
	Não codificados	133	5,3	100,0

Tabela 11 - UV 'Sacadura Cabral'

Código		Frequency N	Valid Percent %	Cumulative Percent
Valid	Total	2099,0		
	PATP10	256	12,2	12,2
	PATP9	233	11,1	23,3
	PATP2	201	9,6	32,9
	PIF1	129	6,1	39,0
	PATP5	123	5,9	44,9
	PATP7	120	5,7	50,6
	PATP11	106	5,1	55,6
	PLP1	71	3,4	59,0
	PATP8	66	3,1	62,2
	PATG3	61	2,9	65,1
	PATP3	57	2,7	67,8
	PATP14	56	2,7	70,5
	PATP15	55	2,6	73,1
	PATG1	51	2,4	75,5
	PATP12	46	2,2	77,7
	VSSC1	44	2,1	79,8
	PH1	40	1,9	81,7
	PATP13	37	1,8	83,5
	PIF3	36	1,7	85,2
	PATP1	28	1,3	86,5
	PATP18	27	1,3	87,8
	PATG2	17	,8	88,6
	PATP4	17	,8	89,4
	PATP16	15	,7	90,1
	PIF2	10	,5	90,6
	LAOC1	9	,4	91,0
	VSF2	9	,4	91,5
	PVP1	8	,4	91,9
	ESTAP1	7	,3	92,2
	LACSHL1	7	,3	92,5
	PATP17	7	,3	92,9
	VSF1	7	,3	93,2
	PATP6	6	,3	93,5
	LAEST2	4	,2	93,7
	LAEST1	2	0,1	93,8
	Não codificados	131	6,241067175	100

ANEXO 10 – INTENSIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CRIMES

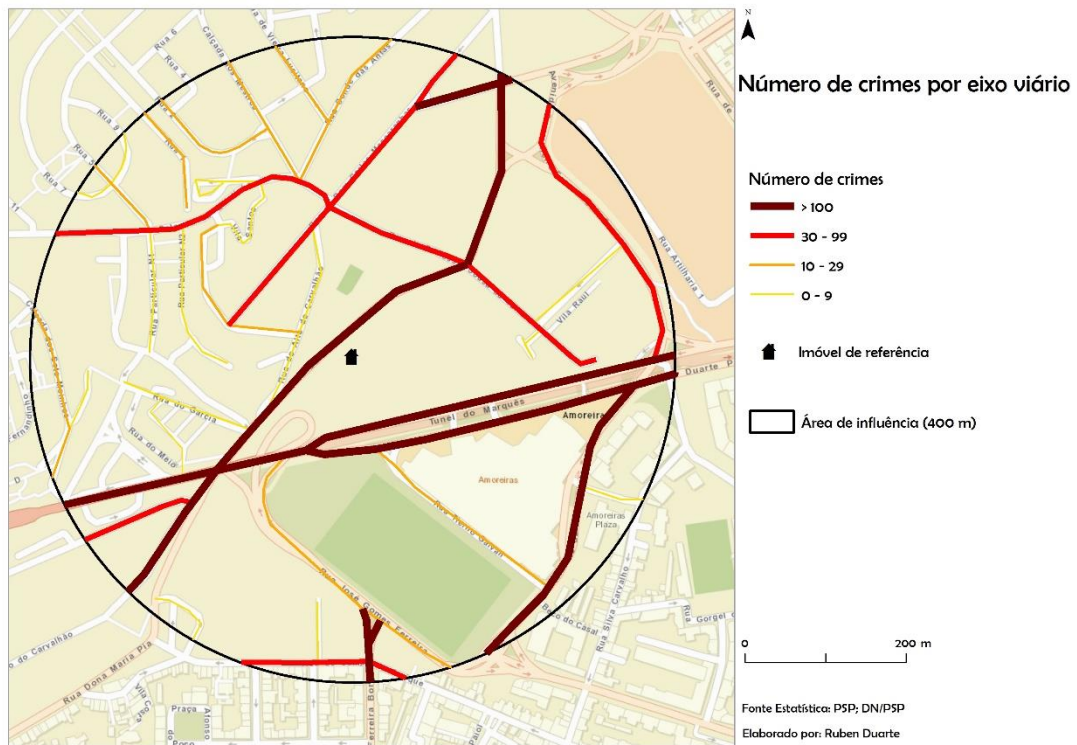


Figura 6 - Intensidade da distribuição criminal por ruas na UV do 'Arco do Carvalho'

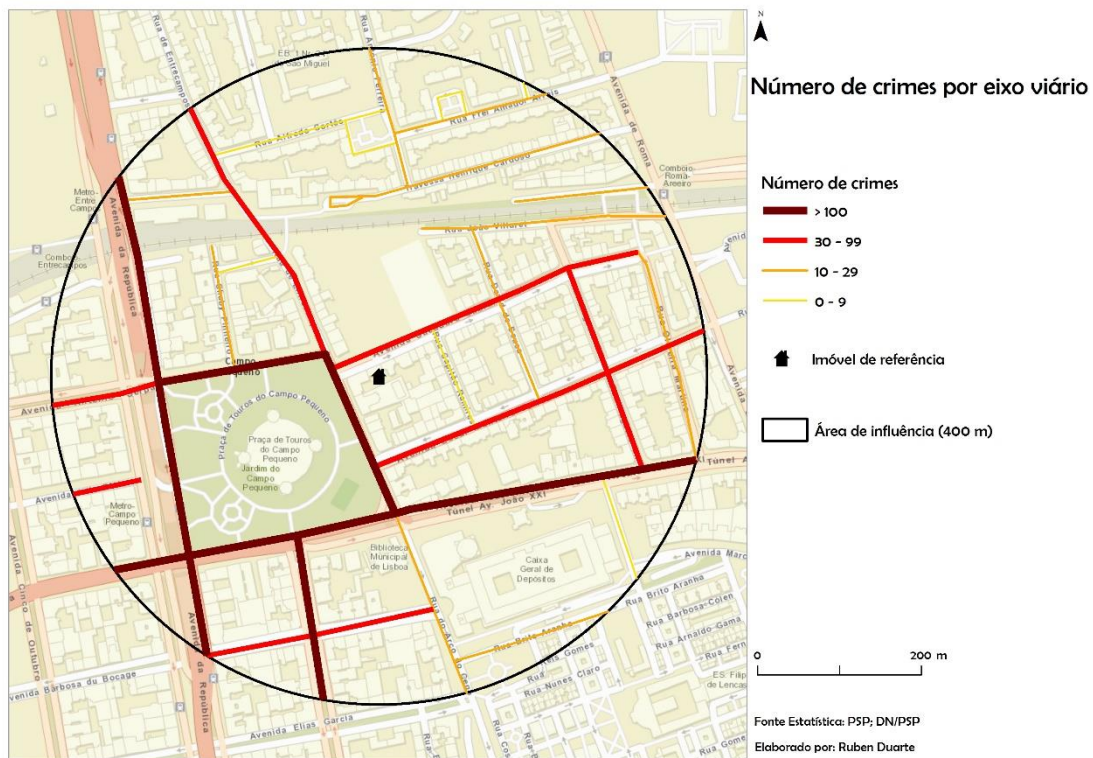


Figura 7 - Intensidade da distribuição criminal por ruas na UV do 'Sacadura Cabral'